

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



GONÇALO RAFAEL DOS SANTOS NEVES
ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

OLHAR PARA O INFINITO:
A VALIA DO INTERNATO NA FORMAÇÃO DO
OFICIAL DE POLÍCIA

ORIENTADORA
PROFESSORA DOUTORA RAQUEL DUQUE

LISBOA, 7 DE MAIO DE 2018



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



GONÇALO RAFAEL DOS SANTOS NEVES
ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

OLHAR PARA O INFINITO:
A VALIA DO INTERNATO NA FORMAÇÃO DO
OFICIAL DE POLÍCIA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA
INTERNA PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS POLICIAIS, SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DA PROFESSORA DOUTORA
RAQUEL DUQUE

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS
POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

CURSO: XXX CFOP

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA RAQUEL DUQUE

TÍTULO: *OLHAR PARA O INFINITO: A VALIA DO
INTERNATO NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE
POLÍCIA*

AUTOR: GONÇALO RAFAEL DOS SANTOS NEVES

LOCAL DE EDIÇÃO: LISBOA

DATA DE EDIÇÃO: MAIO DE 2018



*Ao agasalho dos sonhos com recheio
de bondade e à quietude
com que me entendo*

Agradecimentos

A todos os professores da minha vida, à resplandecente minoria que me ensinou a pensar com irreverência. À Escola Secundária Infanta Dona Maria – naquela biblioteca começou o desejo de estar mais perto de mim.

Aos escritores que me embalaram em instantes de aporias, às grandes reflexões que prosperam a alma. Afagaram o meu íntimo ao pormenorizarem o fascínio da existência humana e o sentido da vida.

Aos versos cantados, às palavras que moram nas estrelas, às tertúlias de poesia e às sessões de teatro que frequentemente assisti, pelas quais viajei numa fantasia que me apaziguou vezes sem fim.

À minha querida mãe e ao meu querido pai, pelos sacrifícios a que me pouparam, mesmo quando me sabiam ausente e desatento ao seu amor.

À minha querida irmã, por todas as mensagens de carinho e ânimo que tantas e tantas vezes me revitalizaram. O seu entusiasmo pelo tema cresceu quase à medida do meu.

Ao meu querido avô, viajante inveterado, de sapiência na língua e de uma sociabilidade cara, só de si admirável. Um homem de humor refinado que me levou a forjar diálogos para imitar as suas interjeições.

A todos os meus familiares e amigos que me acarinharam a troco de nada.

Ao Dr. Paulo Silveira, pela visita ao Seminário do Fundão e pelo testemunho da sua experiência no dito: um contributo crucial na compreensão da obra de Vergílio.

À Dra. Cesaltina, pela luz do entendimento, da verdade e da razão.

Aos meus colegas de curso, às memórias que se colecionaram ao longo destes cinco anos. Serão para sempre substrato das minhas evocações.

Aos meus camaradas que não completaram com glória esta caminhada. Têm o seu nome inscrito na lápide do meu coração.

Ao Ricardo Conceição do 26.º CFOP e ao Luís Vasques do 27.º CFOP, por ficarem em mim como o pêndulo das minhas referências.

À Professora Doutora Raquel Duque, pela orientação do meu pensamento e pelo seu apoio inexcedível, com sugestões e conselhos que sempre me galvanizaram.

A todos os alunos que me ajudaram a desenvolver este estudo e são parte dele.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e às pessoas a quem me afeiçoei. O estudo deste tema é a maior prova da minha gratidão.

Resumo

Toda a organização deve socorrer-se de um quadro teórico rico de modo a justificar politicamente as suas opções e, neste caso, garantir a qualidade da formação dos seus quadros superiores. Este estudo lança um diálogo entre a visão estratégica da Polícia de Segurança Pública e o substrato teórico que a fundamenta, considerando o regime de internato obrigatório no Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Esta investigação ocupa-se do espaço social específico gerado pelas instituições totais e disciplinares: o internato. Nessa medida, procura consolidar em conhecimento todo o potencial formativo dessa modalidade de ensino e compreender o funcionamento desse tipo de instituições. Assim, problematiza-se sobre a contribuição do internato na formação do oficial de polícia, interpretando o microcosmo institucional e descrevendo as suas dinâmicas.

Com base numa metodologia de natureza qualitativa, esta pesquisa aplicou dezoito entrevistas semiestruturadas a alunos que vivem em regime de internato, do primeiro ao quarto ano de formação. Posteriormente, procedeu-se ao tratamento dos dados recolhidos nas entrevistas por meio da análise temática. Dado o diferenciado contexto formativo proporcionado por uma academia policial, o internato supõe-se alinhado com os eixos de formação e o perfil de competências do oficial de polícia.

Palavras-chave: internato, oficial de polícia, instituição total, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, academia policial.

Abstract

Any organization must rely on a sound theoretical framework in order to support its political options and, in this case, to ensure the quality of the senior staff's training. This study launches a dialogue between the strategic vision of the Public Security Police and the theoretical background that sustains it, considering the regime of mandatory boarding school in the training for senior police officers, delivered by the Higher Institute of Police Sciences and Internal Security.

This research deals with the specific social space generated by total and disciplinary institutions: the boarding school. In doing so, it seeks to know all the formative potential from this kind of education and to understand the activity of this type of institutions. Thus, it reflects on the contribution of the boarding school in the formation of the senior police officer as well as on the interpretation of the institutional microcosm and description of its dynamics.

Based on a qualitative methodology, this research performed eighteen semi-structured interviews to students in the boarding school regime from the first to the fourth year. Subsequently, the data collected in the interviews was processed through thematic analysis. Given the different formative context provided by a police academy, the boarding school is supposed to be aligned with the training axes and the skills profile of the senior police officer.

Keywords: boarding school, senior police officer, total institution, Higher Institute of Police Sciences and Internal Security, police academy.

Lista de siglas

CFOP	Curso de Formação de Oficiais de Polícia
CMICP	Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
EMES	Escolas Militares de Ensino Superior
EPP	Escola Prática de Polícia
ESP	Escola Superior de Polícia
ICAL	Instrução de Corpo de Alunos
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
PE ISCPSI	Plano Estratégico do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
PSP	Polícia de Segurança Pública

Índice de ilustrações

Diagrama I - Entre o <i>cá-dentro</i> e o <i>lá-fora</i>	40
Diagrama II - A tensão hierárquica.....	40
Diagrama III - O relógio paradoxal	41
Diagrama IV - A valia do internato.....	41
Diagrama V - Caracterização da amostra	71
Imagem I - Autorização de cedência de dados.....	68
Imagem II - Autorização para aplicação de entrevistas	69
Tabela I - Universo de cadetes-alunos de nacionalidade portuguesa em internato	71

Índice

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
LISTA DE SIGLAS	V
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	VI
ÍNDICE	VII
INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	3
CAPÍTULO I – O INTERNATO	5
1.1. Enquadramento concetual	5
1.1.1. Internato	5
1.1.2. Instituições totais	7
1.1.3. Instituições disciplinares	9
1.2. Microcosmo institucional	11
1.2.1. Os indivíduos dirigidos e o corpo dirigente	11
1.2.2. O adestramento do eu	13
1.2.3. O fechamento e o <i>lá-fora</i>	15
1.3. Funcionamento institucional	17
1.3.1. A arquitetura do olhar	17
1.3.2. O tempo disciplinar	19
1.3.3. O quotidiano institucional	21

CAPÍTULO II – O OFICIAL DE POLÍCIA	23
2.1. A formação	23
2.1.1. O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	23
2.1.2. O Curso de Formação de Oficiais de Polícia	25
2.1.3. Regulamento de alunos.....	27
2.2. Perfil de competências.....	30
2.2.1. Competências de comando.....	30
2.2.2. Competências de gestão.....	31
2.2.3. Competências de liderança	33
2.3. Eixos de formação	35
2.3.1. Formação científica (<i>saber</i>).....	35
2.3.2. Formação técnico-policial (<i>saber-fazer</i>).....	36
2.3.3. Formação ético-moral (<i>saber-ser</i>)	38
CAPÍTULO III – PELAS VOZES DO AMANHÃ.....	40
3.1. Entre o <i>cá-dentro</i> e o <i>lá-fora</i>	41
3.2. A tensão hierárquica	45
3.3. O relógio paradoxal.....	49
3.4. A valia do internato	51
CONCLUSÃO.....	55
BIBLIOGRAFIA.....	60
LEGISLAÇÃO	65
APÊNDICES.....	67
Apêndice A – Pedidos de autorização	67
Apêndice B – Caracterização do universo e da amostra.....	70
Apêndice C – Guião de entrevista.....	72
Apêndice D – Termo de consentimento informado	76
Apêndice E – Entrevistas.....	78

Introdução

“Aquilo que se vê melhor é aquilo que se não vê. Para vermos bem temos de fechar os olhos. O que está mais perto dos olhos são os olhos e aos olhos ninguém os vê.”

Vergílio Ferreira

Antes de tudo, a presente pesquisa situa-se na temática geral da Administração Policial, no âmbito das linhas de investigação aprovadas. O termo remete para a atividade de gerir superiormente ou para a instituição responsável por assegurar essa atividade (Boudon, Besnard, Cherkaoui, & Lécuyer, 2002). Nessa perspetiva, afigura-se imperioso lançar um permanente diálogo entre as decisões estratégicas da Polícia de Segurança Pública e o substrato teórico que as enforma e fundamenta, como condição inequívoca do progresso.

Com efeito, o tema proposto integra o conjunto de estudos que versa sobre o funcionamento do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). Por conseguinte, esta investigação aprofunda o internato enquanto regime de frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), consolidando em conhecimento todo o seu potencial formativo. Em paralelo, propõe-se a compreender a aposta originária nessa modalidade de ensino, avaliando-a como uma opção sustentada.

De qualquer modo, estudar as dinâmicas intrínsecas do internato obriga a aflorar questões interdisciplinares que nunca se podem descurar. Em contraste, estudos que reduzem o quadro teórico do internato a uma lógica vã de custo-benefício pecam pela ligeireza e pela incompletude a que são votados. Por essa razão, as conclusões que fazem a apologia do externato (C. Sousa, 2014), alicerçadas em premissas puramente económicas, não cobrem o assunto com a minúcia e a abrangência que este reclama.

Nesse sentido, não se tenciona delinear comparações entre o regime de internato e o de externato, nem colocar em evidência a primazia de um em relação ao outro. Torna-se, sim, mais premente constatar que a modalidade de externato vigora em inúmeras academias policiais (Conti & Nolan, 2005) e, a partir daí, refletir sobre a valia do internato de forma separada e profunda. Em concordância, este estudo responde à questão de partida seguinte: “De que modo o internato contribui para a formação do oficial de polícia?”.

A problemática consiste na perspectiva teórica com que se decide tratar o problema formulado pela pergunta de partida ou numa via trilhada por outros autores que leve a interrogar o fenómeno em estudo (Quivy & Campenhoudt, 2005; Beins, 2014). Assim, perante um ensino com exigências próprias, esta investigação ocupa-se do espaço social específico gerado pelas instituições totais e disciplinares: o internato. Nessa medida, este oferece um diferenciado e singular contexto formativo e supõe-se em estreita conexão com os eixos de formação e o perfil de competências do oficial de polícia.

Numa visão ampliada, o trabalho compõe-se de um primeiro capítulo sobre a temática do internato e as dinâmicas que aí se produzem, com uma sistemática original. Consecutivamente, o segundo capítulo analisa a formação do oficial de polícia, explorando o perfil de competências e os eixos de formação, por meio de um exaustivo compêndio legislativo e histórico, mas também com recurso a vasta literatura. De seguida, o terceiro e último capítulo apresenta e discute os resultados obtidos, através da aplicação cuidada e rigorosa da metodologia.

Consequentemente, esta pesquisa prossegue os seguintes objetivos: problematizar o espaço social e as dinâmicas do internato; interpretar o funcionamento das instituições totais e disciplinares; enquadrar o ISCPSI no leque de instituições anteriormente referidas; descrever o perfil de competências do oficial de polícia e os eixos de formação do CFOP; refletir sobre o alcance estratégico e o mérito da aposta no modelo de ensino fundacional; por fim, teorizar acerca da contribuição do internato no projeto formativo do oficial de polícia.

Nessa ordem, a hipótese corresponde a uma pressuposição acerca do comportamento dos objetos, simbolizando a centelha do espírito de descoberta de qualquer trabalho científico. Demais, a coerência do quadro de análise esboçado depende largamente da articulação das hipóteses entre si e das relações que se estabelecem entre mapas conceituais (Beins, 2014). Uma investigação é tanto mais segura quanto a sua organização em torno de hipóteses de trabalho rigorosas. Assim, a hipótese confere a direção do que é necessário procurar, ocupando, numa fase posterior, o lugar da pergunta de partida enquanto fio condutor da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Hipótese 1: O internato adequa-se ao perfil de competências do oficial de polícia.

Hipótese 2: O regime de internato concorda com os eixos de formação delineados.

Hipótese 3: O internato molda a personalidade dos alunos.

Hipótese 4: O regime de internato favorece o desenvolvimento do espírito de corpo.

Metodologia

Inicialmente, a metodologia ajuda o investigador a “ser capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo para elucidação do real” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 15), com o máximo de coerência e eficácia, conduzindo e guiando a investigação (Mertens, 1998). A abordagem desta investigação apoia-se em fundamentos metodológicos qualitativos que pressupõem uma maior flexibilidade, não restringindo a variedade nem a classe de situações a apurar (A. Pereira, 2004). Além disso, os métodos qualitativos favorecem o estudo de histórias de vida pessoais, tal como comportamentos do quotidiano (Silverman, 2005).

Os procedimentos utilizados centram-se na pesquisa bibliográfica, de forma a “explorar a temática de investigação e construir o racional para o problema que é estudado” (Mertens, 1998, p. 34), e na análise documental. Seguidamente, a técnica de recolha de dados passa pela aplicação de entrevistas. Estas redundam numa transação de informação entre entrevistador e entrevistados (Amado, 2014), em que os últimos atribuem às “práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou as leituras que fazem das suas experiências” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 103).

Em simultâneo, o universo dos sujeitos a entrevistar presencialmente cinge-se à população de cadetes-alunos – alunos do primeiro ao quarto ano – de nacionalidade portuguesa que frequenta atualmente o CFOP em regime de internato. A amostragem fez-se em função da representatividade das características do universo em estudo, considerando três critérios sociobiográficos: o género, o ano frequentado e, por último, a condição civil ou o vínculo policial dos entrevistados (*cf.* Apêndice B). Em todo o caso, o género do entrevistado não é revelado publicamente porque, além de se não preverem inferências importantes a partir dessa variável, fragilizaria o conforto do anonimato atendendo à dimensão reduzida do universo (*cf.* Apêndice E).

Em coerência, o tamanho da amostra depende de múltiplos fatores, especialmente da facilidade de acesso ao universo de entrevistados, da qualidade dos dados recolhidos e da natureza do fenómeno estudado (Morse, 2000). A amostragem qualitativa assegura e descobre, por excelência, a maioria das perceções, na medida em que nela postula um princípio orientador: a saturação. Ou seja, o investigador considera suficiente o número de participantes assim que esteja garantido um padrão do fenómeno em estudo e assim que os dados comecem a tornar-se redundantes. Logo, na pesquisa qualitativa, não é a

frequência de uma ocorrência que enriquece os resultados, porquanto uma é potencialmente tão útil quanto muitas (Mason, 2010).

Noutro sentido, a estrutura da entrevista segue uma linha semiestruturada, isto é, depende de um plano prévio no qual se delinea uma ordem lógica, embora não limitadora, que o entrevistador deve respeitar. O plano referido traduz-se num guião, de elaboração própria (*cf.* Apêndice C), construído a partir de questões de pesquisa e eixos de análise da investigação. Realizou-se um teste ao guião perante dois aspirantes a oficial de polícia – alunos do quinto ano –, excluídos do universo em estudo. O ensaio muniu a entrevista de questões mais claras do ponto de vista linguístico e em harmonia com o quadro de referência dos entrevistados, bem como de um plano mais adequado aos objetivos propostos (Amado, 2014).

Posto isso, trataram-se os dados recolhidos por intermédio da análise temática, sem recurso a qualquer programa informático. Demarcada de modo autónomo nos estudos de métodos qualitativos, a análise temática consiste numa técnica flexível (Fereday & Muir-Cochrane, 2006) que fornece um conjunto rico e detalhado de dados, descrevendo e interpretando o seu conteúdo explícito e implícito (Vaismoradi, Turunen, & Bondas, 2013). Na sua essência, a análise temática “pode ser uma abordagem proveitosa para descobrir vários significados em quantidades de texto substanciais, que podem ser usados para identificar novas questões sobre a compreensão das instituições totais” (Bengtsson & Büllow, 2016, p. 56).

Deste modo, a análise temática obedece ao cumprimento de seis etapas bem definidas. Primeiramente, o investigador familiariza-se com os dados por meio de leituras reiteradas; em segundo lugar, codificam-se as características mais interessantes do conjunto de dados; num terceiro momento, esses mesmos códigos organizam-se por temas potenciais; em quarta instância, afere-se uma lógica estrutural entre os temas; numa quinta dimensão, apuram-se as especificidades de cada tema, aprimorando a definição respetiva; por último, extraído o perfil temático, relacionam-se excertos dos resultados com a literatura pesquisada, tendo em vista a produção de um relatório de análise (Braun & Clarke, 2006). A presente dissertação respeitou estas etapas e cumpriu todo o quadro metodológico apresentado.

Capítulo I – O internato

“Por mais paradoxal que seja, frequentar um internato inculca uma
necessidade de libertação que nunca mais termina. Essa vida o
que me inculcou foi sobretudo um desejo de liberdade
absolutamente imoderado.”

Eduardo Lourenço

1.1. Enquadramento concetual

1.1.1. Internato

Numa perspetiva semântica, por internato entende-se o estabelecimento que oferece uma modalidade de ensino caracterizada pelo afastamento do aluno da sua família por longos períodos (Boudon *et al.*, 2002). Esta aceção funda o acutilante interesse em considerar a formação ministrada neste tipo de instituições e em interpretar a experiência de quem vive nessa condição. Deste modo, os discursos e as práticas institucionais estudam-se em plena observância a esse contexto específico e balizado (Benelli, 2015).

Historicamente, o internato assumiu-se como um meio de obter um nível de escolaridade avançado, determinante na criação de segmentos sociais. Pouco numerosos, os estabelecimentos escolares estavam reservados a uma minoria (Saraiva, 2017; Guigue & Boulin, 2016). De outra perspetiva, o internato destinava-se à formação de elites dirigentes (Nova Enciclopédia Larousse, 1998), tal como ocorria “em internatos de elite, escolas para a formação de oficiais” (Goffman, 1961, p. 68).

Em consequência, os alunos ingressavam nos internatos, no mais das vezes, por candidatura familiar. Circunstancialmente, impunha-se a necessidade de alojamento devido às longas distâncias entre a residência e a escola, acentuadas por deficientes vias de comunicação entre localidades (Behaghel, Chaisemartin, Charpentier, & Gurgand, 2013). Assim, o consensual valor formativo do internato devia-se, em copiosa parte, ao rigoroso espírito de moralidade e disciplina inculcados e à aposta numa educação metódica baseada no cumprimento escrupuloso de regras. Por conseguinte, “o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito” (Foucault, 1999, p. 137).

Esta modalidade de ensino continua a justificar-se em ramos de estudo invulgares e de existência diminuta, nos quais se conjuga geralmente uma componente académica e desportiva. Além disso, o internato reforça o desígnio educativo, social e cultural, uma vez que inculca, do ponto de vista quantitativo, mais escola, implicando uma intensa vida coletiva (Guigue & Boulin, 2016). Em resultado, a escola administra o tempo que, em

condições normais, seria livremente gerido com autonomia ou sob alçada dos seus pais. Por esta razão, estudar em internato significa um maior controlo por parte da escola, expressa numa ininterrupta supervisão (Behaghel *et al.*, 2013).

Em detalhe, o internato opõe-se radicalmente ao externato, existindo, porém, um regime que os entremeia: o semi-internato. No primeiro caso, os alunos internos estudam, tomam as suas refeições diárias e vivem nas instalações da instituição. Por afinidade, o semi-internato acompanha a lógica anterior, não contemplando, todavia, a dormida. Por sua vez, no regime de externato, os alunos abandonam o estabelecimento depois das horas letivas, já que não usufruem nem de alojamento, nem de alimentação (Conceição, 2014). As duas últimas modalidades emprestam uma descontinuidade – relativa ou absoluta, respetivamente – que não cabe no objeto deste estudo.

No entanto, o internato estende-se igualmente a instituições que não têm o ensino como incumbência. Na verdade, tem fundamento em instituições com valores e missões específicas e que pretendem exercer influência sobre quem as habita, à custa de práticas organizadas e estruturadas (Guigue & Boulin, 2016). Portanto, o internato representa sobretudo um espaço social específico, materializado numa experiência duradoura importante (Benelli, 2015).

Em moldes gerais, as características mais flagrantes do internato traduzem-se na separação do espaço habitado por género, em alas masculinas e femininas. Os regulamentos internos estabelecem um conjunto densificado de regras, que se diferenciam em função do objetivo pedagógico da instituição (*e.g.*, os seminários prescrevem obrigações religiosas diárias). Contudo, patenteiam-se pontos convergentes no que tange ao cumprimento de horários rígidos, ao respeito do silêncio, à moderação na forma de estar e, finalmente, a um vestuário padronizado (Conceição, 2014).

Em síntese, a frequência de um internato privilegia um ambiente social favorável e protetor. Como contrapartida, o internato limita a liberdade, extrapolando o rigor da rotina do estabelecimento para uma vivência constrangida (Altoé, 1990). Igualmente, serve-se do controlo eminente da locomoção e da limitação do uso espontâneo do espaço, a fim de figurar como uma etapa de vida transformadora em que se aprende, onde se molda, na qual se forma (Conceição, 2015).

1.1.2. Instituições totais

Como obra central da temática dos estudos institucionais, apresenta-se o indelével legado de Erving Goffman (1961). De forma original, descortinou características coincidentes entre estabelecimentos diversos, denominando-os de instituições totais. Em traços gerais, estas definem-se como um local simultaneamente de residência e de trabalho ou formação, que congrega um elevado número de indivíduos em condição análoga. Além disso, as instituições totais sentenciam uma nítida separação da sociedade mais ampla, por tempo significativo, traduzida numa vida fechada e formalmente administrada.

De modo complementar, as instituições totais consistem num “híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal” (Goffman, 1961, p. 22). Em jeito explicativo, pretendem abarcar “todas as formas de instituições nas quais a autoridade procura uma total regulamentação da vida diária de seus habitantes” (Ignatieff, 1987, p. 185). Nessa medida, as atividades que compõem o quotidiano institucional realizam-se impreterivelmente num conjunto alargado e arregimentado de pessoas, tratadas de modo indiferenciado (Benelli, 2015). Assim, este “coletivo anónimo forma uma microsociedade ‘sui generis’, desfigurada em relação à sociedade global, que a tem como referencial longínquo” (Cunha, 1991, pp. 137-138).

Nenhuma das características anteriormente coligidas se revela exclusiva das instituições totais, nem sequer se mostra comum a todas, pois “o que distingue as instituições totais é o facto de cada uma delas apresentar em grau intenso muitos itens dessa família de atributos” (Goffman, 1961, p. 17). De feição particular, despontam outros aspetos da vida organizacional que nas instituições totais acabam por adquirir um carácter dramático (Motta, 1981). As vivências aí inculcadas detêm a capacidade de transmitir atitudes, valores e normas de uma forma mais poderosa, eficaz e abrangente, permeando o ser dos seus membros (Collet-Sabé, 2013).

Nessa ordem de ideias, Goffman (1961) agrupou as instituições totais em cinco categorias, em que se incluem: as instituições que providenciam cuidados a pessoas incapazes, nomeadamente casas de repouso e lares; em segunda instância, os hospitais ou unidades psiquiátricas que prestam cuidados médicos a pessoas doentes ou com problemas sanitários que obriguem a internamento; os estabelecimentos prisionais que segregam indivíduos alegadamente perigosos, com finalidade corretiva; seguidamente, os locais de instrução religiosa como conventos, mosteiros e seminários; em último lugar, os estabelecimentos que prosseguem, na sua génese, uma missão formativa particular como os colégios internos e as escolas de formação militar ou policial.

Não obstante a vasta natureza destas instituições e a incomparável permanência temporal nestas, o seu funcionamento reúne inúmeros aspetos em comum – “na realidade, tantos são estes aspetos que, para conhecer uma dessas instituições, é aconselhável considerar também as outras” (Goffman, 1961, p. 16). Deste modo, as instituições, embora não se equiparem, partilham dos mesmos princípios e, em último plano, encerram a mesma racionalidade (Ignatieff, 1987). Assim, e por ocasião da sua relevância, legitimam-se raciocínios por analogia que explicitem o funcionamento global das instituições totais.

Em abstrato, a admissão voluntária em instituições totais presumiria um desfasamento considerável relativamente aos estabelecimentos em que o ingresso é forçado (Scott, 2011). Contudo, essa diferença não adormece o impacto da perda da livre iniciativa (Benelli, 2015). Pelo contrário, quando a entrada na instituição é voluntária, sugere-se uma proeminência precoce dessa perda, uma vez que o indivíduo já se afastara previamente do seu mundo doméstico. Logo, a instituição corta e promove a rutura declarada de algo que já havia começado a definhir (Goffman, 1961).

Em resumo, as instituições totais permitem, no seu interior, uma atmosfera de confinamento que se instala em torno de “um espaço físico e funcional rigidamente delimitado” (Moreira, 1994, p. 49). Numa dimensão material, discursiva ou simbólica, desencadeiam-se processos de reinvenção e de autodesenvolvimento do indivíduo, embora, em concomitância, zelem pela uniformidade. Em razão de instruções formais ou pela própria retórica institucional, as instituições totais visam fundamentalmente mudar os seus membros, adquirindo estes uma nova identidade, papel ou estatuto social (Scott, 2011).

1.1.3. Instituições disciplinares

No trajeto intelectual de Michel Foucault repousa um referencial teórico incontornável. No seu entendimento, as instituições disciplinares caracterizam-se por conter, no seu normal funcionamento, dispositivos de poder que se decalam numa metáfora da sociedade disciplinar (Foucault, 1999). De um modo geral, o poder disciplinar aplica-se em instituições que se organizam em locais fechados e com estruturas burocráticas rígidas (Motta, 1981).

Independentemente do cariz estatutário da instituição, o poder disciplinar prossegue sempre a mesma finalidade: formar corpos dóceis e produtivos. Nessa medida, um corpo dócil torna-se suscetível de transformação e aperfeiçoamento. Por outras palavras, é na noção de docilidade que se conjuga o corpo analisável com o corpo modelável. Universalizando, o poder disciplinar treina o corpo, conectando-o à obediência e à utilidade (Motta, 1981).

Em reforço da ideia transata, as instituições disciplinares comportam dispositivos consonantes com a sua natureza, tais como a organização do espaço e o controlo do tempo institucional. Parcelarmente, a arquitetura dos edifícios dispõe de uma articulada geometria que age sobre o comportamento dos indivíduos, concordando em absoluto com os demais dispositivos de poder. Por seu turno, a inexorabilidade do tempo atua como uma penalidade subtil, invariavelmente corretiva (Foucault, 1999).

De modo equivalente, o sucesso do exercício da disciplina deve-se ao emprego de instrumentos simples, designadamente o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o procedimento específico do exame contínuo. Com particular importância, o jogo da observação impõe-se de forma subliminar, induzindo a efeitos de poder que, em contrapartida, potenciam a arte da visibilidade. Já a sanção normalizadora acolhe um mecanismo penal – essência de todos os sistemas disciplinares –, ao passo que o exame contínuo supõe a fusão das técnicas da hierarquia que vigia e dos procedimentos da sanção que normaliza (Foucault, 1999).

Noutro contexto, mais do que impor unicamente a obediência a um superior e fabricar corpos submissos, úteis e hábeis, as disciplinas procuram, no mais de tudo, o aumento do autodomínio (Foucault, 1999). A título ilustrativo, o silêncio e o confinamento conduzem à introspeção, tal como convidam a uma conduta regrada e a uma postura de correção (Benelli, 2015). Logo, as instituições disciplinares existem em nome da punição, da construção ou da reestruturação da personalidade (Scott, 2011).

Assim, o poder disciplinar funciona simultaneamente como meio de gestão de multiplicidades, operando no controlo de uma malha humana substancial, e, por outro lado, como ambiente de produção de individualidades. Do ponto de vista prático, a vigilância contínua e os mecanismos associados tornam cada indivíduo perfeitamente visível, estabelecendo diferenças que permitem qualificar, classificar e punir de forma justa, explícita e individual. Em suma, o poder disciplinar visa adestrar multidões confusas, pois “a disciplina fabrica indivíduos” (Foucault, 1999, p. 164).

Noutro âmbito, a repressão desvendou inovadoras formas de pôr em ação o poder, acabando por delinear um método geral – a disciplina. Nesse particular, “a repressão implica saberes constituídos tanto quanto a inculcação ideológica” (Motta, 1981, p. 35). Ou melhor, “em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar; ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (Foucault, 1999, p. 164). Corroborando, a minúcia do regulamento, o detalhe da inspeção e o controlo das mínimas parcelas da vida e do corpo resultarão numa racionalidade económica sustentada no cálculo do ínfimo e do infinito (Foucault, 1999).

Por conseguinte, a análise das instituições disciplinares pressupõe a articulação entre a produção de saberes e os modos de exercício do poder (Benelli, 2015). Com efeito, o poder e o saber têm uma relação muito própria, porquanto o poder não se esgota em funções de repressão. Se assim fosse, sairia fragilizado e eclipsava-se na escuridão da censura e do impedimento. Assim, o poder não impede o saber, acaba justamente por produzi-lo (Foucault, 1979).

No contexto hodierno, as instituições totais e disciplinares mantêm a sua relevância, frequentemente alheias a inovações tecnológicas. Mesmo que se reconsiderem certos aspetos do seu funcionamento, não se revelam estruturais e tão-pouco atentam contra a necessária estabilidade institucional (Benelli, 2004). Aliás, é também este tradicionalismo que as classifica. Além disso, não tendo como propósito único a “inclusão de grupos socialmente excluídos” (Martins, 2010, p. 95), estas instituições propõem-se a facilitar a integração de populações no tecido social (Valente, 2003).

1.2. Microcosmo institucional

1.2.1. Os indivíduos dirigidos e o corpo dirigente

O microcosmo institucional explica as minudências reproduzidas num pequeno mundo, numa sociedade à parte (Conceição, 2014). No seu seio, emergem dois grupos axialmente opostos. Por um lado, os indivíduos dirigidos, internos ou internados, cuja vida se concretiza dentro da instituição, reféns de uma sequência de atividades que se impõe de cima, por um sistema de regras formais explícitas. Em contraposição, o corpo dirigente regula a administração do internato, está perfeitamente integrado no mundo externo e assume-se como representante da hegemonia institucional (Goffman, 1961; Benelli, 2015).

Por ordem, o corpo dirigente pertence a um estrato hierárquico superior, tendo uma constituição heterogénea dos seus membros, na medida em que possuem atribuições de natureza diversa, da docência a cargos de direção e demais serviços (Collet-Sabé, 2013). Significa, pois, que o ângulo de escrutínio da conduta dos indivíduos dirigidos adquire uma extensão periférica e maior probabilidade de controlo, a que Goffman (1961) designa de autoridade escalonada.

Além disso, o corpo dirigente insinua o caminho a seguir para a aquisição das competências necessárias e retifica posturas inadequadas, exercendo, por consequência, uma ação cívica e educativa sobre a conduta dos indivíduos dirigidos (Begonha, 1992). Esta, por dizer muito da imagem institucional, integra o núcleo das preocupações dos membros do corpo dirigente. Por outras palavras, estes dão voz à missão institucional, defendendo a racionalidade subjacente ao funcionamento da instituição total (Goffman, 1961).

Em contraste, os indivíduos dirigidos vivem sob regime de internato, numa rotina detalhadamente gerida pelo corpo dirigente. Demais, encontram-se subordinados a um poder diretivo e vivem em estreita dependência das regras institucionais inscritas. Reverenciam o corpo dirigente, observando um quadro de deferências que atua em segredo como uma “súbita presença invisível, imensa e ilimitada” (V. Ferreira, 2008, p. 21). Assim, a interação apresenta uma linha coerente de cordialidade, cristalizada pelo formalismo do tratamento hierárquico, acompanhada de atos verbais de cortesia (Benelli, 2015).

Deste modo, há uma demarcação entre classes “simultaneamente experiencial, cognitiva e de estatuto” (Neves, 2007, p. 1033). Por norma, não se verifica uma penetração social entre estas. Assim, o distanciamento inequívoco justifica-se, uma vez que “de qualquer arranjo relacional tem que existir uma clarificação do estatuto de cada um dos termos em confronto, do qual, em boa parte, é função” (Cunha, 1991, p. 123). Este

antagonismo acompanha o desenvolvimento de dois mundos sociais e culturais diferentes e patenteia um confronto nítido entre eles (Goffman, 1961).

Ainda que em certas instituições parte dos membros do corpo dirigente tenham pertencido à outra classe, na qualidade de indivíduos em formação (Benelli & Costa-Rosa, 2003), os dois grupos mostram uma distância social irremediável que se sobrepõe à cumplicidade que uniria, à partida, os dois estratos na prossecução do projeto pedagógico. Em resultado, os membros do corpo dirigente desenvolvem as suas atividades quotidianas sem que sejam afetados pela presença dos indivíduos dirigidos, encobertos por uma certa invisibilidade. Na mesma pegada, “os internados não são indivíduos socialmente significantes e as bases de interação social entre os dois estratos são precárias” (Cunha, 1991, p. 123).

Todavia, alguns dos indivíduos dirigidos notabilizam-se e tomam, por força do seu estatuto, uma posição de contacto privilegiado com os membros do corpo dirigente. Servindo de intermediários, os internos poupam-lhes o desgaste provocado pela vulgaridade do contacto. Por isto, engendra-se ocasionalmente uma competição desenfreada e emulativa entre os indivíduos dirigidos, a fim de otimizarem a sua imagem diante do poder (Cunha, 1991). Sob pretexto de agir a contento dos superiores, adotam posturas que não firam a autoridade do corpo dirigente (Goffman, 2002).

Adicionalmente, o contacto interpessoal entre as duas classes estabelece-se de forma episódica, frequentemente por razões de índole disciplinar. Mesmo que a razão que promove o diálogo seja outra, a lembrança da reprimenda disciplinar surge inevitavelmente como hipótese. Por isso mesmo, os internados furtam-se a interagir com os superiores hierárquicos. Outras vezes, são os próprios dirigentes que evitam o contacto, preferindo manter um distanciamento aparentemente lógico (Moreira, 1994).

Com efeito, é igualmente o desfasamento temporal entre a última e a próxima interação que concorre para o crescer do distanciamento formal mencionado. Assim, esta interação simbólica perpetua-se, na medida em que releva contrastes e estabelece uma separação nítida entre os dois grupos (Cunha, 1991), tanto mais vincada quanto o corpo dirigente assim pretender. A demarcação desta distância robustece a capacidade de se fazer obedecer e confirma-se em todos os aspetos do figurino institucional (Moreira, 1994) porque “quando ocorrem relações de intimidade entre os dois lados há uma tendência para a subversão da autoridade” (Benelli, 2015, p. 53).

De igual modo, a diferença entre esses dois grupos ganha realce em índices exteriores, designadamente na segregação de determinados espaços. O acesso a lugares, nomeadamente refeitórios, corredores ou gabinetes do corpo dirigente, depende de um pedido de licença. Por oposição, os quartos dos internos apresentam disponibilidade

permanente, simbolicamente abertos a qualquer instante, despojados de privacidade, e sempre à mercê de uma visita superior mais ou menos inesperada (Cunha, 1991).

Por conseguinte, o corpo dirigente, por se encontrar perfeitamente integrado no mundo externo, reedita diariamente os antípodas no seio do estabelecimento, a dicotomia entre o exterior e o interior, bem como a ambivalência entre os espaços inteiramente disponíveis e os espaços invioláveis (Cunha, 1991). Por analogia, interessa notar que o médico do asilo torna-se naquele “que pode dizer a verdade da doença pelo saber que dela tem, e aquele que pode produzir a doença em sua verdade e submetê-la, na realidade, pelo poder que sua vontade exerce sobre o próprio doente” (Foucault, 1979, p. 121).

1.2.2. O adestramento do eu

Determinantes no desenvolvimento pessoal e no devir de cada indivíduo, as instituições totais afiguram-se como “estufas para mudar pessoas” (Goffman, 1961, p. 22). No mesmo pensamento, os traços identitários de cada indivíduo são inevitavelmente mortificados, conquanto, muitas das vezes, de forma não intencional. Esta mortificação representa a forma típica de ação do poder disciplinar nas instituições totais (Motta, 1981). Com indiscutíveis similitudes, Foucault (1999, p. 131) enunciou recursos para um bom adestramento do eu nas instituições disciplinares: “foi expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado”.

Na verdade, os estabelecimentos “adotam o regime de internato como estratégia pedagógica e ressocializadora” (Benelli, 2015, p. 8). De certa forma, a ressocialização define-se como um processo social intenso de destruição e reconstrução do papel de um indivíduo. Com pormenor, sujeita o indivíduo à interiorização de novos valores, na medida em que lhe retira os apoios anteriores e o prepara para viver segundo as regras institucionais. Numa instituição total, a ressocialização desdobra-se em duas fases: promove, num primeiro momento, o desvanecimento da identidade, e, num estágio seguinte, conduz à construção de uma nova personalidade ou ao entendimento de si mesmo (Crossman, 2017).

Nessa medida, as dinâmicas de internato agem no que respeita à relação do indivíduo com o exterior, mas também no que concerne à relação consigo mesmo (Neves, 2007). Ou seja, “lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e, se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos” (Foucault, 1999, p. 131). Neste género de instituições não se chega a promover uma substituição cultural completa, até porque os indivíduos que pretendem frequentar um internato trazem consigo um quadro de valores por influência mormente familiar (Benelli, 2015).

Conforme discorreu Goffman (1961), os processos de admissão facultam ao novato a noção clara da sua condição inferior, lembrando-a a todo instante. Numa lógica de iniciação, estes determinam uma despedida e um começo: a distribuição de roupas da instituição, a instrução relativa às normas internas, a designação de um quarto para dormir e a atribuição de números. Em consequência, a perda do nome configura uma brutal mutilação do eu, “a redução ao número é sem qualquer dúvida um traumatismo” (Lourenço, 1999, p. 162). Desta forma, os processos de admissão geram uma “morte simbólica que se pretende inaugural, necessária ao renascimento ou reconversão do sujeito” (Neves, 2007, p. 1030).

Sob um prisma racional, a necessidade de controlo da vida diária de um grande número de pessoas, num espaço confinado e com recursos exíguos, justifica a busca pela eliminação da individualidade. Esta resume-se à transformação de si próprio (Martins, 2010), começando por mudanças radicais na carreira moral, composta por progressivas alterações que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros (Goffman, 1961), “algo que quem muda de empresa ou de universidade também vive, mas evidentemente em nível de intensidade incomparavelmente menor” (Motta, 1981, p. 37).

Com efeito, os territórios da intimidade do eu invadem-se, as fronteiras entre o indivíduo e o ambiente também admitem permeabilidade (Goffman, 1961). Os internatos organizam-se arquitetónica e funcionalmente de modo a que o meio, constituído como um todo, permita educar os internados segundo os mesmos princípios morais que estruturam a instituição. Desta maneira, os indivíduos configuram-se como totalidades representativas do meio social em que vivem (Xavier, 2013).

Embora o ingresso numa instituição total possa ser voluntário, os indivíduos perdem, no imediato, o livre-arbítrio. A propósito, isso sucede em instituições fortemente hierarquizadas, como o exército e a polícia. Nessas organizações, “a formação dá-se em regime de internato temporário e a obediência aos superiores é a regra de ouro: não é preciso pensar muito, basta obedecer” (Benelli, 2015, p. 37). Na mesma lógica, o adestramento é coletivo, uma vez que os ideais coletivos ocupam um lugar de destaque em sacrifício dos próprios ideais (Motta, 1981).

No contexto social mais amplo, cada pessoa “precisa de um estojo de identidade para o controlo da sua aparência pessoal” (Goffman, 1961, p. 28), todavia, esta deteriora-se em internato. O estojo de identidade inclui os haveres pessoais que conduzem à apresentação pessoal de cada um (e.g., perfumes, roupas ou cortes de cabelo). Essa diversidade é suprimida em parte ou reduzida ao mínimo, por forma a cultivar uma imagem coletiva e uma massa homogénea. Por isso, o estojo de identidade simboliza uma defesa contra as desfigurações da personalidade provocadas pela vida coletiva e fechada, pela

desconsideração da individualidade de cada interno e pela angústia de ser reduzido a uma alegada igualdade entre pares (Altoé, 1990).

Concluindo, não se procura uma categórica vitória cultural, supervisiona-se uma miríade de itens de conduta, que abarcam a roupa, o comportamento, as boas maneiras. Em relevo, qualquer pessoa do corpo dirigente tem poder disciplinar sobre qualquer indivíduo dirigido, aumentando, por consequência, a possibilidade de sanção. Assim, cria-se uma força intrépida e que se usa como estratégia de controlo (Goffman, 1961). O indivíduo acabará por aceitar a rotina sem pensar no assunto: a espontaneidade criadora da unanimidade pelo adestramento do eu (Benelli, 2002).

1.2.3. O fechamento e o *lá-fora*

Como mote inicial, “toda instituição conquista parte do tempo e do interesse dos seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de fechamento” (Goffman, 1961, p. 16). A instituição total monta no seu funcionamento um apelo ao exterior que se revela tão desejado quanto inacessível. Essa tensão agudiza o fechamento causado pelo internato, intensifica a presença da realidade interna, do microcosmo institucional. Esta abordagem implica que o melhor ponto para consideração de qualquer instituição total seja a partir do exterior (Ignatieff, 1987). Aí emerge uma dimensão importante, num horizonte indefinido e limitado: o *lá-fora*.

Numa lógica centrípeta de funcionamento (Collet-Sabé, 2013), o fechamento, num plano físico e simbólico, configura também em si mesmo um processo de adestramento (Scott, 2011). Em decorrência, é requisito das instituições totais, pois aí reside a totalidade da instituição: “o seu fechamento ou o seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico” (Goffman, 1961, p. 16). Assim, o fechamento gera dinâmicas que não se produzem necessariamente pelo tempo de estadia ou pela duração do internamento; produzem-se desde o primeiro dia.

Consequentemente, o tema verdadeiro da história das instituições não é, argumenta Michael Ignatieff (1987), tanto o que ocorre dentro das paredes, entre muros, mas a relação histórica e tensa entre o dentro e o fora. Em reforço, as instituições totais acentuam um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o institucional. Deste modo, a percepção de estar dentro de quatro paredes desvirtua-se em favor do sentido específico, que vive intensamente em cada indivíduo, de sair ou de ir para fora (Goffman, 1961). Em simbiose, “as instituições totais produzem seus efeitos na sociedade através do peso mítico e simbólico de duas paredes” (Ignatieff, 1987, p. 188), dando origem a um mundo insular: a estrutura fechada e impermeável do internato.

Por outro lado, o fechamento ergue muros que delimitam o seu território e que observam de longe o *lá-fora*, restringindo o contacto com o mundo exterior. Numa aparência de ilha fortificada, dá-se um controlo das saídas, configurando estas em si mesmo uma exceção ou uma regalia regulamentada (Benelli, 2015). O castigo envereda pela suspensão dessas dispensas a qualquer momento. Aliás, essa restrição inclui-se no plano físico e arquitetónico da instituição e “adia a relação usual com o mundo” (Goffman, 1961, p. 21).

Com esse propósito, a instituição recorre a marcadores defensivos materiais, consubstanciados na separação física do *lá-fora* e na limitação do olhar exterior para o interior, através do “espaço murado que não só impede o contacto dos internados com a via pública e a população livre, como garante um maior isolamento” (Moreira, 1994, p. 32). Além das questões arquitetónicas, releva-se a organização do quotidiano à volta de regras rígidas. Assim, o espaço institucional também se revela extremamente defensável (Neves, 2007; M. Pereira, 2007). Em ampla concordância, o fechamento desencadeia sentimentos de solidão indispensáveis à submissão – o isolamento é um dos meios de transformação do indivíduo (Moreira, 1994).

Noutro sentido, a lonjura da cidade natal, nos dias que correm, é encurtada pela facilidade de viajar, mas “a distância não se mede por quilómetros, mas sim pelo grau de dificuldade em transpor essa distância” (V. Ferreira, 1996). A distância emocional releva, porque a própria viagem – e o tempo que a antecede – requer preparação e tem um peso determinante neste sentir. Em paralelo, os internos têm dificuldade em manter uma existência doméstica significativa (Goffman, 1961), em jeito de rutura com o passado. Assim, os fins de semana e o término das férias propiciam a passagem de um ambiente a outro, do internato à família de modo abrupto e repetido, gerando esta dicotomia dramaticamente declarada e permanente (Collet-Sabé, 2013; Guigue & Boulin, 2016).

1.3. Funcionamento institucional

1.3.1. A arquitetura do olhar

O estudo sociológico da arquitetura dos edifícios toma dois caminhos divergentes: dirigido ao processo criativo por detrás da conceção do projeto arquitetónico, ou, em alternativa, centrado na sua utilização que confere significado simbólico ao lugar habitado (Muga, 2006). De todo o modo, o fundamento comum ao duplo ângulo de análise trata de pôr a nu a racionalidade subjacente à lógica de funcionamento, isto é, as intenções de partida que se querem instituir nos espaços construídos (Marques, 2003).

Complementarmente, o espírito do lugar importa na medida em que é o lugar do espírito (V. Ferreira, 1994). Em explicação, ocorre uma transferência entre a orgânica vivencial dos grupos sociais e o espaço do qual se faz uso, explicitado num processo osmótico em que se subestima a materialidade das construções (Rabaça, 2011). Por outra, a arquitetura representa comportamento e este, por sua vez, é interpretado do ponto de vista arquitetónico (M. Pereira, 2007).

Bem assim, a arquitetura institucional segue uma de três soluções. Numa primeira hipótese, mais arcaica, a instituição pode funcionar na residência do proprietário (Saraiva, 2017); em segunda opção, os estabelecimentos, aproveitando edifícios anteriores, adaptam-se ao propósito desejado (F. Almeida, 1999); ou, por último, aqueles que se constroem de raiz para um fim específico (Xavier, 2013). Em todo o caso, a solução arquitetónica encontrada não deve hipotecar, bloquear ou inibir o objetivo estrutural da instituição (Marques, 2003). Importa especialmente assegurar a integridade do sistema no qual se integra, preservando a eficácia do funcionamento institucional (Neves, 2007).

Ao serviço do projeto pedagógico e educativo, a configuração espacial deve responder às exigências do regime aplicado (Moreira, 1994). A arquitetura das instituições totais e disciplinares oferece uma visibilidade total e irrestrita, tornando inteiramente observável quem nelas está, quem nelas vive. Por outras palavras, a criação deste observatório natural obedece a critérios e efeitos de poder que se propagam desde os interstícios e que se produzem à custa de um domínio sobre a conduta dos internados (Benelli, 2004). Consequentemente, a disciplina socorre-se primordialmente da distribuição dos indivíduos no espaço (Foucault, 1999).

Do prisma antropológico, a lógica espacial delimita de forma rígida os territórios sociais, por meio de um controlo apertado dos corpos. O espaço é, então, parcela de um discurso identitário, enfatizado e inculcado (Marques, 2003). De modo a potenciar o equilíbrio disciplinar, a arquitetura, de modo articulado e detalhado, atua como “operador para a transformação de indivíduos” (Foucault, 1999, p. 166), designadamente pela grandeza e o número de janelas: “os cem olhos” (V. Ferreira, 2008, p. 19).

Em simultâneo, a arquitetura concebe também barreiras físicas e psicológicas, desde logo pela já exposta dicotomia entre o interior e o exterior institucional (*i.e.*, o fechamento e o *lá-fora*), bem como pela introdução de espaços de exclusividade, de frequência de certo grupo social. Por suposto, evita-se a mistura das categorias, das idades, dos géneros, gerando espaços proibidos e vigiados ou de circulação indevida. Esta distribuição interna premeditada baliza valores atribuídos aos espaços de encontro. De modo cúmplice, a gestão minuciosa da liberdade de movimentos impõe um espaço que se quer disciplinar (Marques, 2003).

Com maior enfoque, a arquitetura conventual pressupunha a clausura das suas comunidades, na demanda do isolamento do mundo e de uma disciplina austera. Além disso, visava a proteção da moralidade e o desenvolvimento espiritual, a localização dos edifícios conventuais circunscrevia-se ao interior ou às proximidades de povoações, a fim de um maior controlo dos hábitos (M. Pereira, 2007). Bem assim, a imponência e a austeridade dos aspetos arquitetónicos essenciais – causando uma aparência de inacessibilidade – mantêm a integridade simbólica do microcosmo e a ordem do funcionamento institucional. Desta maneira, “criam-se espaços complexos, simultaneamente arquitetónicos, funcionais e hierárquicos: marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos” (Foucault, 1999, p. 142).

Finalmente, a arquitetura institucional configura em si mesma um dispositivo disciplinar. A longa permanência num espaço intensifica a interação deste com os indivíduos que o ocupam, determina em larga medida o modo como o quotidiano se expressa. Cirurgicamente, a configuração espacial convida à ubiquidade do olhar e à onnipresença da observação, ainda que presumida e conjetural, tal como incide sobre os indivíduos internados e encontra-se ao dispor do corpo dirigente de forma económica. Portanto, “o internado nunca está inteiramente sozinho” (Goffman, 1961, p. 32), sente a presença incessante da arquitetura do olhar.

1.3.2. O tempo disciplinar

Num plano inaugural, o tempo disciplinar consiste num dispositivo essencial ao funcionamento institucional, até porque a sua administração está a cargo do corpo dirigente na prossecução da missão formativa em questão. Além disso, o tempo disciplinar caracteriza-se como um tempo singular, minuciosamente encadeado (Neves, 2007; Collet-Sabé, 2013) e tem a regularidade e a exatidão como atributos fundamentais (Foucault, 1999). Assim, presta-se a um tempo exclusivo e próprio do internato, onde a reclusão num espaço fisicamente confinado recorda a subjugação da livre iniciativa a imperativos temporais (Moreira, 1994).

Em primeiro lugar, desenvolve-se um processo de capitalização do tempo, de inspiração monástica, ancorado num princípio de exclusão da ociosidade (Benelli & Costa-Rosa, 2003). O tempo disciplinar procura tornar todos os minutos exaustivamente rentáveis, um tempo em que tudo se mostra estabelecido (Neves, 2007). Dessa forma, intensifica-se o uso do mínimo instante, na demanda de extrair forças úteis. Esta divisão rigorosa do tempo envolve a arregimentação, em que os indivíduos cumprem os seus deveres incontestavelmente em uníssono. De modo consensual, sob um sistema preciso de comando, o corpo ajusta-se ao tempo disciplinar (Foucault, 1999; Goffman, 1961).

Em paralelo, um eficaz funcionamento institucional depende da vigência de um tempo em que “todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários” (Goffman, 1961, p. 18). Configurando um mecanismo de controlo da atividade institucional, auxiliado pela utilização de dispositivos sonoros de regulação do tempo, o horário adorna o rigor da pontualidade e o alarme do ponteiro. Como regra, a linha do tempo revela uma estrutura redundante e monótona entre espaços e atividades, que “serve para conferir previsibilidade às movimentações e aumentar a possibilidade de controlo” (Neves, 2007, p. 1029). Trata-se, portanto, de uma sequência de rotinas temporalmente precisas que se pretendem mecanizadas.

A segunda grandeza do tempo disciplinar reside precisamente na ocupação plena do tempo, já que as tarefas institucionais sucedem-se e chegam quase a sobrepor-se (Guigue & Boulin, 2016). Do mesmo modo, parte do quotidiano obriga à participação em atividades do estabelecimento que promovem a imagem institucional. Exorta-se à sua adesão inquestionável por evidenciar o grau de compromisso do indivíduo e por simbolizar a adaptação ao papel que é imposto pelo estabelecimento (Benelli, 2015). Apesar disso, a percepção individual do tempo passado na instituição não abona a favor do processo de transformação individual (Neves, 2007). Ou seja, preenche-se de um intenso sentimento de tempo perdido que, por vezes, merece ser esquecido (Goffman, 1961).

A partir dessa premissa, importa considerar a terceira dimensão do tempo disciplinar. Os indivíduos dirigidos presumem-se inteiramente à disposição do corpo dirigente. Esta disponibilidade absoluta funda-se numa relação de distância e submissão, os subalternos desconhecem atempadamente os planos diários quanto ao seu próprio destino (Goffman, 1961). Cultiva-se, com a maior das intenções, a não clarificação do racional das regras, de forma a bloquear o direito de avaliá-las e, em última instância, o desejo de modificá-las (Neves, 2007). Por essa razão, vivem numa rotina imprevisível, difícil de planear e que sofre alterações a qualquer momento, uma vez que a formação neste tipo de instituições cumpre-se em poucas palavras e nenhuma explicação (Foucault, 1999).

Em simultâneo, o funcionamento institucional revela um quarto e último fenómeno que acentua as experiências diárias: a contiguidade espaciotemporal. Não existe dissociação entre as diferentes esferas da vida dos internados, aí o tempo amplia-se ao concentrar no mesmo espaço o que é normalmente separado (e.g., rotinas de sobrevivência, como o repouso, a alimentação e a higiene, as atividades de trabalho ou estudo e os momentos de lazer pessoal). Na experiência comum, estas desenvolvem-se em lugares variados, com pessoas diferentes, desprovidas de um plano racional geral (Goffman, 1961). Na totalidade das experiências do quotidiano institucional, o tempo desdobra-se sem ruturas, sem descontinuidade de lugares.

Em concordância, a contiguidade espaciotemporal favorece o controlo disciplinar, já que a vida em internato permite experimentar a amplitude do olhar dos outros. No contexto educativo, a fusão espaciotemporal expande o potencial da aprendizagem (Paymal, 2008), aumenta a influência da escola que já de si tem legitimidade (Guigue & Boulin, 2016). Igualmente, a contiguidade mencionada permite suportar o quotidiano, delineando um hiato entre a punição por um desvio às normas instituídas e o efeito pretendido por essa – a transformação do sujeito. Assim, o tempo é a quinta-essência da disciplina e aguça o íntimo dos indivíduos, esse tempo vive-se “descontando-o mais do que avançando-o. [...] Mais do que o sujeito dirigir-se para a data de saída, é a data de saída que se vai aproximando através da eliminação dos dias” (Neves, 2007, p. 1028).

1.3.3. O quotidiano institucional

Logo que ingressa na instituição, o indivíduo novato conforma-se e é modelado suavemente pelas operações de rotina do estabelecimento (Goffman, 1961). Numa lógica de defesa institucional, o quotidiano em internato rege-se por um regulamento difuso que contém regras rígidas e rigorosamente impostas, configurando um palco fértil para que todos os comportamentos sejam “dicotomicamente rotuláveis: os bons e os maus, os normais e os anormais” (Neves, 2007, p. 1032). No quotidiano inscrevem-se dinâmicas profundas, sem se anunciarem, principalmente durante o período de adaptação de cada interno. O parâmetro normativo coage a uma conformidade, traçando limites, estabelecendo diferenças, criando fronteiras entre o normal e o anormal (Benelli, 2004).

De certa forma, “toda instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto, em que aparecem pequenas ilhas de atividade vivas e atraentes” (Goffman, 1961, p. 66). Nessa medida, as cerimónias institucionais resumem-se a efemérides ou eventos com uma periodicidade anual, transversais a todos os atores institucionais, inclusivamente visitantes. Estas não determinam uma rutura liminar com a estabilidade do quotidiano institucional, pelo contrário, as cerimónias visam suavizar o rigor do internato e a rigidez da rotina (Conceição, 2014). Deste modo, a realidade mitiga-se a fim de inculcar valores institucionais e manter relações com o macrocosmo social, a sociedade do exterior (Benelli, 2015).

Demais, as cerimónias institucionais pretendem garantir o equilíbrio do microcosmo institucional, evitando desvios às normas e favorecendo uma maior interação entre as diferentes classes. Nestas circunstâncias, a separação hierárquica aligeira-se tenuemente, proporcionando comportamentos recíprocos de maior familiaridade (Cunha, 1991). Porém, o corpo dirigente, enquanto “profundo conhecedor do espaço cénico e dos atores que dirige” (Moreira, 1994, p. 174), adota uma gestão do quotidiano que concorre para a manutenção do equilíbrio indispensável ao normal decorrer do dia a dia. Além disso, otimizam a visão que o outro grupo tem de si, porque se desamarram de formalidades, dos papéis estereotipados e da distância habitual.

Noutro âmbito, as práticas institucionais atravessam-se e incrustam-se no quotidiano. No quadro regulamentar da instituição, os indivíduos dirigidos podem ser obrigados a tomar uma posição de respeito sempre que algum superior entre no local em que se encontram (Goffman, 1961). Por outro lado, as práticas emulativas afiguram-se um recurso pedagógico muito utilizado na vida diária dos internatos (e.g. notas de comportamento, elogios públicos, prémios). Enquanto recompensas, funcionam como incentivos para a obediência às regras impostas, na medida em que promovem um espírito

competitivo e de rivalidade por salientarem tanto a excelência, como a conduta menos expectável de um indivíduo em relação aos demais (Conceição, 2014).

Por seu turno, estabelece-se um sistema de privilégios que se divide em três partes. Primeiramente, inscreve-se um conjunto relativamente explícito e formal de injunções e proibições, que especificam em detalhe a austeridade da rotina diária (Benelli, 2015). Em contraste, regulamentam-se prémios perfeitamente definidos, obtidos em troca de obediência ao corpo dirigente, “em ação e espírito” (Goffman, 1961, p. 50). Neste particular, de modo algo perverso, estas satisfações potenciais, agora catalogadas como privilégios na vida institucional, faziam parte integrante da vida corrente dos indivíduos (Benelli, 2015).

Em complemento, o castigo aparece como consequência da desobediência às regras e efetiva-se pela “recusa temporária ou permanente de privilégios ou da eliminação do direito a tentar adquiri-los” (Goffman, 1961, p. 51). O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios e a punição associada mostra-se essencialmente corretiva, uma vez que é “isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada” (Foucault, 1999, p. 173). Em resumo, o sistema de privilégios confere condições para a reorganização pessoal, evidencia um efeito reintegrador, embora qualquer incentivo, no interior da instituição, não tenha o mesmo valor que tem no mundo exterior (Goffman, 1961).

Dentro das paredes institucionais, desenvolve-se uma linguagem muito própria por meio da qual os internos descrevem os acontecimentos decisivos no seu mundo específico. O corpo dirigente conhece essa linguagem e utiliza-a por vezes. A gíria institucional concretiza-se nas expressões tradicionais, compõe-se das lendas do estabelecimento e inspira-se na informação comparativa sobre a vida em instituições totais semelhantes. Através do processo de confraternização, o grupo dos internos une-se, apoia-se mutuamente e desenvolve uma cumplicidade de resistência a um sistema que os forçou à intimidade numa comunidade igualitária de destino (Conceição, 2014).

Para finalizar, o quotidiano institucional revela dois tipos de internos: os indivíduos especialmente motivados, inabalavelmente convictos – os internos colonizados; ou os outros que se esforçam para suportar as adversidades da rotina (M. Ferreira, 2012), seja porque estão focados na possibilidade de alcançar o objetivo final e acabam por se resignar às restrições do quotidiano institucional, seja porque esperam que aquela vivência, como uma etapa dentro de um itinerário de vida, compense e lhes atribua um futuro melhor, em que desfrutarão de maior liberdade (Guigue & Boulin, 2016).

Capítulo II – O oficial de polícia

“Cada um de nós, como Homem, é inteiramente excepcional. Não há ninguém igual a cada um de nós, em todos os bilhões de Homens que existem. Nem fisicamente, nem psicologicamente. Tudo é exceção.”

Agostinho da Silva

2.1. A formação

2.1.1. O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Com real interesse, há que indagar as origens do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), já que a história de qualquer estabelecimento não pode obliterar as características sociológicas dos universos que o habitam, “nem escamotear os pequenos nadas da sua vida” (Moreira, 1994, p. 37). O Decreto-Lei n.º 423/82, de 15 de outubro, criou a Escola Superior de Polícia (ESP), com sede em Lisboa, destinada à formação dos oficiais da Polícia de Segurança Pública (PSP), substituindo progressivamente os oficiais do exército que ocupavam os quadros superiores da organização. O início do seu funcionamento remonta ao ano letivo de 1984/85, com um efetivo de trinta alunos que viriam a concluir a sua formação em julho de 1989 (F. Almeida, 1999).

No cumprimento desse desígnio, instaurou-se uma comissão instaladora, consignada no Decreto-Lei n.º 288/83, de 22 de junho. Competia-lhe, entre outras atribuições, estabelecer a estrutura e a organização interna da escola; propor a instalação e a localização do edifício; apresentar o plano curricular dos cursos a ministrar e o recrutamento do pessoal docente; aprovar os planos de atividades e os regulamentos dos cursos; adquirir equipamentos e mobiliário. No fundo, a esfera de ação da comissão instaladora visava habilitar a escola com os meios indispensáveis para o cumprimento da sua missão específica, enquanto academia policial.

Na verdade, a questão primordial prendia-se com a escolha do espaço físico da escola. Assim, equacionaram-se dois cenários, o de se instalar no antigo Convento do Calvário, onde funcionava a Escola Prática de Polícia (EPP), ou, em alternativa, construir um edifício de raiz. Por urgir o advento da escola, a juntar à vontade política de se iniciarem as atividades letivas em breve trecho, a ESP ocupou as instalações da Rua 1.º de Maio, n.º 3, atribuídas à EPP em 1966. Como aspetos abonatórios, destacavam-se a localização privilegiada e os fáceis acessos de modo a acolher os bons professores, sem tempo para longas deslocações (F. Almeida, 1999). Deste modo, a localização atual da escola

deveu-se a uma mera questão de oportunidade. Em todo o caso, as suas instalações parcialmente conventuais confirmam a matriz das instituições totais, evidenciada pela solução arquitetónica do claustro (M. Pereira, 2007).

Efetuaram-se obras de restauro suportadas pelo Ministério das Obras Públicas e pela própria PSP, a fim de ajustar o edifício às necessidades da EPP, em primeira instância, e às da ESP, depois (F. Almeida, 1999). Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 288/83, de 22 de junho, reconhecia de forma elucidativa a complexidade de edificar “uma escola desta natureza, cujas actividades e fins são, a todos os títulos, altamente inovadores”. Evitando desvirtuar o desenho do perfil próprio da instituição, sujeitou-se a escola a um regime de instalação pelo período de dois anos, que viria a ser prorrogado até 30 de junho de 1986, pelo Decreto-Lei n.º 104/86, de 19 de maio, em virtude da demora dos trabalhos que acabaram por ultrapassar o prazo previamente fixado.

Em 1994, foram inauguradas as novas instalações anexas ao edifício conventual, ficando a ESP “dotada de um complexo escolar digno, ajustado e perfeitamente adequado não apenas à formação académica, mas igualmente à vivência dos formandos em regime de internato” (F. Almeida, 1999, p. 4). Depois de muitas contrariedades no processo negocial, alcançou-se a expansão do edifício originário para espaços contíguos, preservando o anterior com o mínimo de alterações, pela pessoa do Superintendente-Chefe Afonso de Almeida. Oportunamente homenageado pela sua enorme devoção, o seu nome batizou o auditório da escola, coroando, desta maneira, o seu legado triunfante.

Cinco anos mais tarde, a ESP adquire uma nova designação mais compatível com as ambições da atualidade, passando a chamar-se ISCPSI, ao abrigo da Lei n.º 5/99, de 27 de janeiro, que regulou a organização e o funcionamento da PSP – que viria a ser revogada pela Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. Esta última, no n.º 1 do artigo 50.º, explica o alcance estratégico desta decisão, uma vez que o ISCPSI promove o aperfeiçoamento permanente dos seus profissionais, coordena e colabora em projetos de investigação no domínio das ciências policiais e segurança interna. Por último, “o ISCPSI é a tradução de uma vontade institucional de emancipação da polícia portuguesa” (Paymal, 2008, p. 28).

2.1.2. O Curso de Formação de Oficiais de Polícia

O ISCPSI ministra o Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) de forma ininterrupta até aos dias de hoje. De acordo com o Decreto-Lei n.º 129-B/84, de 27 de abril, desde 1 de outubro de 1984 que se tem atendido à necessidade de dotar a PSP de um quadro próprio e autossuficiente de oficiais, com formação e especialização de nível superior. Perante o elevado desequilíbrio entre o número diminuto de vagas e o número candidaturas, superaram-se imprecisões concetuais sobre a definição do perfil de oficial de polícia.

Para tal, a comissão instaladora solicitou a colaboração da Direção-Geral do Emprego e da Formação da Administração Pública para proceder a esse estudo científico, plasmado na Portaria n.º 101/95, de 2 de fevereiro, acerca das condições de admissão ao curso e respetiva seleção criteriosa dos candidatos, alterada pela Portaria n.º 937/2000, de 30 de junho, e esta, por sua vez, revogada pela Portaria n.º 230/2010, de 26 de abril. Em atual vigência, estabelecem-se como condições gerais de admissão candidatos com idade igual ou inferior a vinte e um anos à data do concurso ou, como condições especiais de admissão, pessoal com funções policiais cuja idade não seja superior a trinta e cinco anos no ano do concurso, preceituado no artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro.

Em traços evolutivos, o Decreto-Lei n.º 43/93, de 20 de fevereiro, decretou aplicável à ESP o regime das Escolas Militares de Ensino Superior (EMES), disposto no Decreto-Lei n.º 48/86, de 13 de março, cuja formação se ministraria “em moldes análogos aos das universidades”, sem esquecer as exigências particulares da condição militar de cariz moral, intelectual e físico. O Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, estatuto do ISCPSI em vigor, aprofunda o normativo legal anterior, lembrando as especificidades e as exigências próprias do ensino superior policial. Assim, o ISCPSI afirmou-se como o único estabelecimento português de ensino superior policial universitário, articulando-se subsidiariamente com o regime geral do ensino superior público, concretamente pelo artigo 179.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Cronologicamente, o grau de licenciatura em ciências policiais passou a ser conferido aos titulares do CFOP, revelado expressamente na Portaria n.º 298/94, de 18 de maio. Mais tarde, em 2009, pelo já citado Decreto-Lei n.º 275/2009, o grau de habilitações do CFOP equiparou-se ao Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP). De todo o modo, a duração total do curso – cinco anos: quatro deles em regime de internato obrigatório, com a categoria de cadetes-alunos, seguido de um ano de estágio, na qualidade de aspirantes a oficial de polícia – permaneceu inalterada, provando a visão daqueles que conceberam os moldes originários do projeto formativo.

No artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro, estabelece-se que o CMICP integra quatro vertentes fundamentais: a formação científica de nível universitário; a formação de índole técnica e tecnológica, designada outrora pelo Decreto-Lei n.º 318/86, de 25 de setembro, como formação técnico-policial; a formação ética e deontológica, consubstanciada numa sólida educação moral e cívica, em que se desenvolvem os atributos de carácter, em especial o alto sentido do dever, a disciplina, a noção de responsabilidade e as qualidades de comando e liderança próprias do oficial de polícia – denominada anteriormente de formação humanística, como se consagrou no Decreto-Lei n.º 318/86, entretanto revogado; por último, a preparação física e policial que confere as competências imprescindíveis ao cumprimento da missão futura – o revogado Decreto-Lei n.º 402/93, de 7 de dezembro, acrescentava a expressão “adestramento policial”.

Além do já descrito, a formação integral do aluno compreende atividades complementares “baseadas na correcta gestão dos tempos livres, e que contemplam atividades de carácter policial, lúdico e de cultura geral”, consigna-se no artigo 21.º do normativo legal anterior. Por sua vez, as atividades de ensino revestem-se de um cariz presencial obrigatório justificado pela natureza específica do curso e, por outro lado, pela necessidade de garantir a formação ético-deontológica e a preparação física e policial. Estas atividades desenvolvem-se por meio de contextos multidisciplinares, nomeadamente aulas teóricas, teórico-práticas, prático-laboratoriais, seminários, estágios, exercícios de simulação de cenários policiais, selecionados em função da pedagogia mais aconselhável ao ensino e aprendizagem dos conteúdos de cada unidade curricular.

Paralelamente, o Plano Estratégico do ISCPSI (PE ISCPSI) para o quadriénio 2017-2020, publicado em 2017, reconhece que o CMICP se trata de uma das componentes de um projeto formativo mais abrangente. Ou seja, a designação de CMICP nunca obscureceu a de CFOP, porque este abraça a missão da escola na sua plenitude. Pois bem, os objetivos estratégicos descritos no mesmo documento revelam a intenção de proceder à renovação do ciclo de estudos do CMICP, bem como de propor o reajustamento do regime legal do ensino superior policial que, “no que concerne à organização e funcionamento do Instituto, encontra-se, em alguns aspetos, desajustado”.

Em abono da verdade, o ISCPSI representa o paradigma de adequação da PSP às profundamente voláteis necessidades e exigências da sociedade, avocando a nobre responsabilidade de educar e formar os futuros oficiais de polícia, pelo que a escola “não poderá deixar de se afirmar constantemente como pedra angular deste processo de mudança” (F. Almeida, 1999, p. 4). Por consequência, congrega um “projeto educativo, sólido e ambicioso, capaz de concretizar o arquétipo do oficial de polícia de excelência das democracias europeias modernas” (Paymal, 2008, p. 7).

2.1.3. Regulamento de alunos

Como documenta o atrás aludido Decreto-Lei n.º 423/82, o regime de frequência do CFOP é de internato obrigatório do primeiro ao quarto ano, desde a sua génese. Por isso, constitui encargo da escola o alojamento, disponibilizado em quartos de ocupação variável, por ano e por género, e a alimentação. Em termos práticos, este regime obriga à permanência dos alunos na academia durante todos os dias do ano letivo, exceto nos períodos de férias escolares e no final das atividades letivas diárias, caso tenham, neste último cenário, direito à dispensa correspondente. Todavia, ao longo dos quatro anos de formação, atenuam-se ligeiramente as restrições e as características de fechamento da instituição.

Excecionalmente, mediante autorização superior, facultava-se o externato noturno a partir do segundo ano de frequência, a quem tenha ascendentes, descendentes ou outros familiares e pessoas a seu cargo, seja casado ou viva em união de facto. A ideia por detrás do externato noturno manteve-se, embora a terminologia tenha sido erroneamente abreviada pelos sucessivos diplomas – como se lê no n.º 2 do artigo 32.º, do Decreto-Lei n.º 402/93, de 7 de dezembro, bem como no n.º 1 do artigo 35.º, do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro: “[...] podendo ser facultado o regime de externato em casos especiais”. Em concordância com o que já se explicou em capítulo anterior, a exceção regulamentada consubstancia, em rigor, um regime de semi-internato.

Com efeito, ao corpo de alunos – composto por oficiais, técnicos superiores e outro pessoal policial – compete o enquadramento dos alunos, em todos os aspetos relacionados com a sua integração em regime de internato, proporcionando uma adequada preparação policial, moral, social e cultural, de modo a assimilar a proteção da imagem institucional. De modo suplementar, o corpo de alunos dedica especial atenção à correta formação dos alunos como oficiais de polícia, aliando a formação ética e deontológica à preparação física e policial, redundando no apoio permanente à sua formação integral como complemento das atividades escolares. De igual forma, zela pelo cumprimento do regulamento de alunos que consiste num documento disciplinar que congrega normas internas que, por sua vez, determinam regras de conduta, rotinas e rituais.

Neste modelo de formação importa considerar a diversidade existente nos alunos admitidos, ainda que se pretenda respeitar a fidelidade às normas da corporação. Por conseguinte, desencadeia-se um processo de conversão da heterogeneidade natural em homogeneidade artificial. Esta, por sua vez, transforma-se em heterogeneidade filtrada, traduzida numa certa diferenciação, em resultado da ação pedagógica e educativa – em três fases, adaptação, acomodação e assimilação total e completa (Begonha, 1992). Em jeito explicativo, os objetivos formais da instituição tendem para uma certa uniformização

de comportamentos e de valores em torno de pilares definidos. Paralelamente, preconiza-se a importância de formar profissionais com espírito de iniciativa, conhecimentos específicos variados, responsabilidade e liderança, características que supõem um grau elevado de autonomia, contrário ao processo anterior (Leal, 2013). Em síntese, conciliam-se valores e desígnios aparentemente incompatíveis, como a frontalidade, a crítica metódica com disciplina, o respeito hierárquico e uma certa rebeldia intelectual ou autonomia de espírito (Torres, 2014).

Fiel ao Decreto-Lei n.º 423/82 acima citado, a escola deveria seguir uma estrutura acentuadamente civil, sem, contudo, se menosprezarem os aspetos militares da formação, ilustrado pelo alinhamento dos subgrupos em formatura equiparado a “linhas dispostas com um rigor militar que também se aplica à polícia” (Dias, 2012). Estende-se igualmente ao ensino de ordem unida e da realização de formaturas, baseadas na valorização e no incitamento da hierarquia, da disciplina e da obediência. De outra forma, pelo uso obrigatório de fardamento no interior da escola, em observância ao plano de uniformes da PSP, estatuído na Portaria n.º 294/2016, de 22 de novembro.

Num âmbito genérico, os alunos têm o dever de adotar uma conduta irrepreensível de correção e aprumo, em qualquer circunstância ou lugar. Todos os atos são alvo de escrutínio e avaliação, com natural reflexo na nota de mérito comportamental, classificação atribuída na unidade de curricular da Instrução de Corpo de Alunos (ICAL) que integra o plano de estudos do CFOP. A fórmula avaliativa incide sobre os seguintes parâmetros: registo comportamental, registo atitudinal, atividades curriculares (como tiro policial, ordem unida, estágios práticos, trabalhos de grupo ou provas de liderança) e projetos-escola. A classificação negativa na nota de ICAL veda a aprovação do aluno ao semestre imediato, obrigando-o a repetir todas as unidades curriculares no ano letivo seguinte.

Além de se aplicar o regulamento de continências e honras transversal à organização policial, constante na Portaria n.º 123/2011, de 30 de março, consolida-se internamente o dever dos alunos se dirigirem a qualquer pessoa, independentemente da sua categoria ou função, com uma postura formal, utilizando, sempre que encetem conversação, o termo “senhor” ou “senhora” seguido da categoria ou função ou, não sendo esse o caso, utilizando o nome do destinatário com a devida deferência. Em coerência, dentro da sala de aula, em boa ordem e compostura, à chegada do docente e à ordem do chefe de curso ou de turma, tomam uma posição de respeito e aguardam a ordem para se sentarem.

Por outro lado, o acesso ao exterior do ISCPSI – ou Instituto, assim designado na convivência entre alunos – depende impreterivelmente do registo das saídas e de entradas, a fim de controlar o cumprimento do gozo das dispensas concedidas. De modo suplementar, em defesa de uma apresentação pessoal discreta, os alunos devem apresentar brio e cuidado no seu apurmo e higiene, usando sempre o cabelo de forma regulamentar e a barba, no caso dos alunos masculinos, devidamente escanhada. As regras de atavio policial procuram salvaguardar parâmetros gerais da sociedade, permitindo a aceitação do polícia em qualquer camada, grupo ou contexto social.

Deste modo, os alunos pautam o seu comportamento por um conjunto de valores transgeracionais, reprodutíveis na vida académica, em cidadania e especialmente na função policial. De entre muitos que aparecem inscritos nos pilares dos claustros, distinguem-se os que se elencam: camaradagem; dedicação; disciplina; honestidade; humanismo; humildade; inteligência; isenção; justiça; lealdade; perseverança; responsabilidade; solidariedade; tolerância. Evidentemente, educa-se para o futuro, já que muitos destes valores compõem os valores institucionais da PSP, presentes na Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro.

A este propósito, a prática desportiva mobiliza a componente atitudinal espontânea e natural, uma vez que se afigura improvável que um aluno consiga esconder facetas do seu temperamento durante quatro anos. À parte isso, os alunos devem demonstrar empenho em todas as atividades formativas, procurando a sua valorização pessoal. Algumas delas fomentam especialmente o sentido de responsabilidade, designadamente a função de comandante de companhia-aluno que consiste no cadete-aluno do quarto ano com a melhor classificação geral no ano letivo anterior. Este lidera toda a companhia de alunos e revela-se como o principal elo de ligação entre o corpo de alunos e o grupo de cadetes.

Alternadamente, cada aluno está incumbido de apresentar o subgrupo de curso em formatura e de encaminhar de modo ordeiro os respetivos colegas para as aulas ou para as refeições. De igual maneira, é atribuída a função de chefe de curso e chefe de turma aos primeiros e segundos melhores classificados, respetivamente, de cada ano. Decorrente do cargo, têm o dever adicional de concentrar em si todos os assuntos de curso ou de turma a reportar superiormente. Complementarmente, também existe a nomeação, por escala, para o serviço de cadete-dia, que se trata do aluno que ostenta um braçal no braço esquerdo e tem a responsabilidade de supervisionar as instalações, de anotar as faltas nas formaturas, de registar as refeições tomadas e de dar conhecimento posterior ao corpo de alunos.

2.2. Perfil de competências

2.2.1. Competências de comando

Inicialmente, o perfil de competências de uma determinada função ilustra o perfil completo e ideal de um trabalhador, encaixando-se no retrato perfeito de um profissional de excelência. Assim, as competências definem-se como o agrupamento de predicados e comportamentos profissionais que catalisam os conhecimentos técnicos e que acabarão por facilitar a resolução de problemas. Deste modo, as competências estimulam desempenhos profissionais superiores, em perfeita harmonia com as diretrizes estratégicas da organização (Camara, P. Guerra, & Rodrigues, 2013; Levy-Leboyer, 2001).

Num plano global, o pleno exercício do cargo confiado ao oficial de polícia depende de um leque de competências rico, variado e integral. Conforme estatuído no PE ISCPSI para o quadriénio 2017-2020, publicado em 2017, o perfil desejado do oficial de polícia abarca competências de comando, de gestão e de liderança e está desenhado de modo a considerar a emergência de cenários sociais de elevada complexidade, bem como a crescente incerteza e volatilidade que assola o mundo contemporâneo.

A título particular, as competências de comando situam-se numa teia concetual vasta, num emaranhado de aceções contraditórias e ambíguas. Nesse contexto, pretende-se encontrar uma definição minimamente consistente. Com inextrincáveis ligações históricas ao glossário militar, o conceito de comando operacional traduz-se na arte de tomar decisões, liderar e dirigir (Rouco, 2012). Em momentos críticos e de alta instabilidade, os subordinados esperam comandantes que decidam convictamente, seguros de si, e que os guiem sem hesitações (Torres, 2014).

Noutro sentido, a capacidade de comandar expressa-se igualmente pela capacidade de se fazer obedecer pelo cumprimento escrupuloso dos seus próprios deveres. Por princípio, o comandante deverá pôr em prática os valores que preconiza, até porque o seu comportamento valerá mais do que qualquer exortação. Neste entender, deve-se evitar conquistar o respeito genuíno por meio da cultura do medo, já que esta se aplica meramente quando todas as restantes estratégias de persuasão falharam (Chaves, 1997).

De modo complementar, à função de comando liga-se inevitavelmente o cargo. A cadeia de comando, característica de uma organização policial, pressupõe prerrogativas próprias de um estrato hierárquico superior. A disciplina e a consciência que subjaz ao respeito hierárquico infiltra-se e impregna-se desce cedo: repartem-se indivíduos através da disposição por fileiras ou em filas de alunos “segundo a idade, seus desempenhos, seus

comportamentos; ocupam ora uma fila, ora outra [...] marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades” (Foucault, 1999, p. 142).

Numa linha mais estruturada, o comando revela-se um constructo composto a três dimensões, em conexão recíproca: a competência (física, intelectual, emocional e interpessoal), a autoridade (posição de comando ancorada no estatuto legal e nos atributos pessoais) e, por fim, a responsabilidade (obrigações e deveres impostos pela cadeia de comando) (Pigeau & McCann, 2002). Por isto, o conceito de comandante inclui, mas não se reduz ao conceito de líder. Aliás, a ação de comando fornece o contexto para o exercício da liderança (Rosinha, 2009).

Demais, as competências de comando supõem duas importantes características humanas: a criatividade e a determinação. Ora, interpretar, adaptar e reinventar procedimentos policiais, a fim de resolver uma situação inopinada e imprevisível, requer uma boa dose de improviso e criatividade. Em segundo plano, a determinação envolve um elemento volitivo, isto é, a faculdade de chegar à própria decisão, bem como de agir com base nela, apesar da oposição – a capacidade de superar obstáculos, mantendo o foco na missão. Logo, comandar é a “expressão criativa da vontade humana necessária para cumprir a missão” (Pigeau & McCann, 2002, p. 56).

Por fim, em sentido lato, um comandante desempenha funções de gestão e, sempre que se imponha, recorre a competências de liderança, morando nessa dialética a arte de comandar (Rouco, 2012). As competências de comando carecem de uma compreensão inequívoca da missão e dos resultados a alcançar, de uma gestão eficaz dos recursos e das prioridades, tal como de uma avaliação e antecipação dos riscos. Portanto, a ação de comando não resiste quando desprovida da capacidade de decidir e de afetar recursos para o cumprimento dos objetivos, nem sem conseguir influenciar coletivamente os subordinados a cumprirem a missão (Rosinha, 2009).

2.2.2. Competências de gestão

Em primeira linha, a gestão representa uma necessidade transversal a todas organizações, independentemente da sua dimensão. Bem assim, um gestor é muito mais do que um responsável pelo trabalho de outrem, configurando um pilar essencial na prossecução da missão da organização. A gestão compreende a realização de tarefas, associando-se às noções de disciplina, de eficiência e de gestão de pessoas. Não se trata propriamente de uma ciência natural, mas, fundamentalmente, de uma prática, de desempenho, de uma disciplina social que se debruça sobre o comportamento das pessoas e das organizações (Drucker, 1993; Drucker & Maciariello, 2008).

De igual modo, a gestão não depende da posição hierárquica ou do poder; é objetivamente fundada na responsabilidade para o desempenho – “a gestão é a função, a disciplina, a tarefa a ser feita; os gestores são profissionais que praticam essa disciplina, executam as funções e conduzem essas tarefas” (Drucker, 1993, p. 10). Por um lado, a expressão *gestão das pessoas* adquire um alcance concetual que não se basta com as homólogas *gestão de pessoal* ou *gestão de recursos humanos*, frequentemente acusadas de não designarem o próprio objeto: as pessoas. Com efeito, a gestão deseja fazer um uso mais competitivo das pessoas, atingindo ou pulverizando os objetivos da empresa (Moura, 2000).

Num panorama genérico, as competências de gestão revestem-se de enorme complexidade, na medida em que se constituem de uma panóplia de funções que visam atingir os objetivos organizacionais, de forma eficaz e eficiente. Nesse sentido, o gestor precisa de apuradas capacidades para manter a sua equipa de trabalho orientada para os valores e para as metas organizacionais. As funções de gestão, amplamente diversas na sua essência, elencam-se a seguir: a definição de objetivos e missões específicas da organização; o zelo pela eficácia do colaborador; a gestão dos impactos e responsabilidades sociais, mais concretamente os erros e o propósito final da organização; a produtividade do trabalho e a realização do trabalhador (Borges, 2014).

Em jeito de súpula, a boa gestão conquista-se a expensas de planos detalhados, de programas orientados para resultados específicos e da distribuição dos recursos a fim de viabilizá-los. Assim, o gestor pensa numa visão de curto prazo, considera o imediato, ajudando a organização a não defraudar as expectativas das várias partes interessadas. Ou seja, cabe somente ao gestor executar o que se espera dele, o que é suposto fazer. Por consequência, a gestão produz estabilidade e previsibilidade, apoia a ordem e a eficiência e está geralmente isenta de emoções (Rosinha, 2009; Rouco, 2012)

Definitivamente, o ISCPSP gera “todos os anos dezenas de jovens dos mais bem preparados nas áreas de gestão e liderança em Portugal” (Torres, 2014, p. 13). Na formação, os alunos aprendem em ritmo próprio a gerir o tempo, todas as solicitações “exigem que os estudantes consigam fazer uma boa gestão do tempo a fim de não descuidarem os seus compromissos académicos” (Rodrigues, 2007, p. 14). Nessa medida, um oficial de polícia é também um gestor que organiza e administra recursos materiais, financeiros e humanos. Gere sobretudo os meios e as pessoas disponíveis, para ser eficiente, necessita de conhecimentos técnicos e de capacidade administrativa (Chaves, 1997).

2.2.3. Competências de liderança

Conquanto exista uma abundância interminável de definições do conceito de liderança, a maioria comunga de duas ideias relativamente consensuais. Primeiramente, por se associar a um fenómeno grupal, que envolve duas ou mais pessoas. Em segundo lugar, trata-se de um processo de influência interpessoal exercido de forma intencional, no qual o líder persuade os seus seguidores a assimilarem uma linha de valores, atitudes e objetivos e a envidarem esforços em nome destes (Bergamini, 1994; Hogg, 2005).

A maioria das abordagens ao conceito de liderança parte de tábulas de referência díssímeis e enquadra-se em campos de pesquisa inconciliáveis. Ainda assim, convém desmistificar a ideia de que o líder se distingue por possuir um conhecimento técnico superlativo em relação ao dos seus subordinados. Por isso, cada vez se afigura menos exigível que o líder domine todas as áreas do saber, tornando as exigências da liderança muito mais elevadas do que há duas ou três décadas (Torres, 2014).

Genericamente, as definições de liderança contemporâneas afastam-se de apontar uma predisposição natural para liderar alavancada no carisma (Borges, 2014). Embora o líder apareça suportado por uma autoridade e um poder legítimos, não é o mero posto hierárquico que determina a influência do líder, nem tão-pouco o fomento de relações laborais saudáveis. Na verdade, as competências de liderança congregam uma miríade de atributos concêntricos e interrelacionados: interpessoais, cognitivos e técnicos (Messick, 2005).

Em detalhe, o líder mostra uma visão holística aos seus seguidores, de modo a direcioná-los estrategicamente, motivando-os e interferindo no comportamento destes. Numa segunda dimensão, oferece segurança e proteção aos seus subordinados, ao prescindir do seu bem-estar em nome do coletivo (Hogg, 2005). Por último, o líder mobiliza os seguidores a alcançar metas praticamente impossíveis de atingir isoladamente. Como tal, o líder inspira cada indivíduo a adotar valores que estão em conformidade com a sua visão (Messick, 2005; Rouco, 2012).

Com especial ênfase, o exercício da liderança, particularmente em contexto policial, requer autoconhecimento, autodomínio e autodisciplina como sustentáculos para uma eficaz relação de influência sobre o subalterno (Leal, 2013). Em consonância, o líder compreenderá melhor o outro a partir do grau de conhecimento que tenha sobre si mesmo (Bergamini, 1994). A título ilustrativo, a formação em liderança dos cadetes em academias é progressivamente aprofundada ao longo dos anos, ao ritmo da concessão de liberdades (Leal, 2013).

Por sua vez, a liderança procura desenvolver uma visão de futuro e, por efeito, produzir mudanças organizacionais. Em regra, os líderes concentram a sua atenção e o seu foco a longo prazo, colocando os olhos num horizonte de sentido holístico (Rouco, 2012). Assim sendo, caracterizam-se como pessoas dotadas para responder às necessidades da organização de forma original, criativa e bem-sucedida (Rosinha, 2009). Corroborando, o líder prepara a organização para a mudança e alinha os seus colaboradores de forma a perseguir-la, comunicando uma nova direção, não obstante os obstáculos para mudar (Kotter, 2001).

Por fim, o estilo de liderança mais eficaz reside em encorajar os subordinados a sentirem-se como parte do sucesso, elevando a sua autoestima (Bergamini, 1994). Por conseguinte, o oficial de polícia deve privilegiar uma liderança de proximidade, participativa e orientada para as pessoas, criando empatia com os outros, conquistando a confiança dos seus subalternos e o seu envolvimento emocional. Nesse desiderato, o ISCPSI procura distinguir-se dos estabelecimentos de ensino convencionais: além de alunos, forma cidadãos e líderes (Torres, 2014).

2.3. Eixos de formação

2.3.1. Formação científica (*saber*)

Em jeito introdutório, o conteúdo poliédrico do CFOP promove uma formação abrangente e multifacetada. Paralelamente, o PE ISCPSI aponta a necessidade de a formação do oficial de polícia englobar eixos pluriformes como o *saber*, o *saber-ser* e o *saber-fazer*. Na verdade, as linhas orientadoras gerais do curso não têm sofrido alterações substanciais. Todavia, de modo a promover um processo de ensino e aprendizagem adequado aos novos desafios das ciências policiais e da segurança interna, renovam-se os métodos de ensino e o plano de estudos, de acordo com o artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro.

Nessa perspetiva, a análise aprofundada de um plano de formação a ministrar considera, preliminarmente, o referencial da atividade futura dos alunos, seguidamente, o referencial das competências que a função a desempenhar requer e, em última instância, o referencial da formação propriamente dita (Guittet, 1998). Explorados sucintamente os dois primeiros, resta pormenorizar o último. A formação científica ministrada, vulgarmente designada como *saber*, edifica a componente universitária e de erudição do curso – do CMICP –, instituindo-se a atribuição de prémios académicos aos alunos que mais se destacarem em áreas específicas do ensino das ciências policiais – ínsitas no Despacho n.º 7902/2010, de 5 de maio.

Na mesma senda, o *saber* comporta os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos por via da aprendizagem ou da experiência, designadamente pelo estudo e pelos estágios, respetivamente. No fundo, segundo o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 275/2009 previamente mencionado, adquirem-se e cimentam-se as bases do conhecimento essenciais ao permanente acompanhamento da evolução do saber, já que “o futuro é composto de mudança e a capacidade de adaptação ao nível da liderança é um dos maiores trunfos da gestão de topo” (Nunes, 1999, p. 8).

Com efeito, a realidade social permanentemente em mutação explica a necessidade de uma formação continuada e ao longo da carreira, mas de outro modo confere recursos aos alunos para procurarem autonomamente essa atualização, como um convite do espírito. Por conseguinte, o aluno, fruto de uma construção curricular do CFOP que condensa um conjunto extenso e alargado de conhecimentos em áreas científicas muito diversas, num espetro de matérias difícil de concentrar e oferecer em qualquer outra formação universitária, conseguirá adaptar-se facilmente a essa volatilidade (L. Guerra, 2014).

De qualquer modo, “a delicada missão de formar os Oficiais de Polícia de amanhã, exige-lhe um esforço constante e sustentado de reflexão, de concepção e adaptação dos próprios programas e métodos pedagógicos” (F. Almeida, 1999, p. 38). Em resultado, deseja-se um modelo de formação que inculque as competências indispensáveis a “levar os alunos a pensar, questionar e a refletir. Não basta bombardeá-los com informação. A informação em excesso é geradora de stress[e] (*sic*), faz da mente um reservatório e não estimula a inteligência” (V. Sousa, 2009, p. 347).

Nesse entender, aduzem-se argumentos a favor de introduzir na formação uma real e franca discussão sobre as decisões a tomar no terreno, debatendo-se os verdadeiros problemas das esquadras e da comunidade na escola (V. Sousa, 2009). De qualquer modo, o objetivo do aluno deve passar por estudar para adquirir conhecimento e não tanto para obter mera aprovação nos exames, estimulando o gosto pelo *saber*, pela indagação intelectual. Além disso, o que se aprende para passar no exame é facilmente perecível, porque não deriva de um interesse real. Afinal de contas, “o que se espera da escola é que prepare para a vida” (Motta, 1981, p. 39).

Dadas as constantes adaptações do conhecimento e das exigências da função policial, os alunos necessitam de *aprender a aprender*. Nessa perspetiva, o espírito crítico configura uma das competências nucleares para compreender as grandes questões filosóficas ao redor de todos, a capacidade de iniciativa mostra-se imprescindível para agir de modo proativo – tudo isso exige um certo grau de autonomia, de liberdade intelectual ou mesmo de plasticidade mental (Leal, 2013). Deste modo, pretende-se que o eixo do *saber* represente, em todas as dimensões, uma formação longa e duradoura, como se se formasse para uma carreira.

2.3.2. Formação técnico-policial (*saber-fazer*)

De antemão, reconhece-se que numa formação tão vasta quanto a policial, a “componente técnica acaba por ser a menos importante” (Torres, 2014, p. 14). Porém, também é verdade que se continuam a identificar contextos mais favoráveis ao desenvolvimento de competências, tais como a experiência e o contacto com a realidade (Guittet, 1998). Bem assim, o corpo de alunos possui um papel preponderante na instrução técnico-profissional ministrada, maioritariamente à custa de atividades circum-escolares.

Em todo o caso, a dimensão técnica destina-se a “satisfazer a qualificação profissional indispensável ao desempenho das funções técnicas no âmbito da PSP”, consagra a alínea b) do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro. Porém, esta não se preenche unicamente com a execução de uma tarefa. Na realidade, o

saber-fazer não se isola do *saber* adquirido, aliás, representa a sua aplicação. A análise pormenorizada de uma tarefa quotidiana considera tanto o *saber*, como o *saber-fazer*.

De resto, o *saber-fazer* contempla as cadeias de competência adquiridas pelo hábito e pela rotina, orientadas para a função, para o trabalho, para a vocação. Em complemento, trata-se da implementação do *saber*, isto é, quando se é estimulado a utilizar um *saber* para uma ação, chamando a si mormente habilidades psicomotoras. O *saber-fazer* combina conhecimento e ação e brota da experiência de campo, definindo-se como a habilidade para aplicá-los no contexto certo (Stroobants, 1993). Assim, a sensibilização para problemas concretos é um argumento pedagógico deste eixo de formação (Paymal, 2008).

Por um lado, a fórmula constituída pelo *saber* e pelo *saber-fazer* é certamente a mais frequente e a mais adequada para circunscrever toda a espécie de conhecimento. Todavia, revela-se igualmente ambígua porque cobre as oposições entre teórico e prático; entre abstrato e concreto; entre intelectual e manual; entre formal e informal (Stroobants, 1993). Acima de tudo, o *saber* e o *saber-fazer* acabam por conviver em estreita articulação, os diferentes níveis de ação comunicam entre si, complementam-se e reforçam-se (Guittet, 1998).

A formação técnica redonda no desembaraço e no vigor adequados ao exercício das funções policiais, de pôr em prática a doutrina policial e os conhecimentos na aplicação da lei. Como prova, os períodos de estágio fazem parte integrante do CFOP e decorrem a tempo inteiro durante o último ano letivo, em unidades operacionais da PSP, sob a orientação do ISCPSP. Neste sentido, o estágio tem carácter pedagógico e procura a aproximação do aluno à realidade da futura atividade profissional, avaliando a capacidade de adaptação à função e os conhecimentos adquiridos até àquele momento. Demais, compreende duas fases: uma de sensibilização e observação e outra teórico-prática.

Assim, o *saber-fazer* não se alcança em absoluto a partir de contextos meramente formativos ou a partir de exercícios de campo encorajadores, já que se não muda o quadro ideológico de uma pessoa instantaneamente. A assimilação de valores, atitudes e boas práticas resulta, em copiosa parte, de modelos de identificação que se impregnam através do contacto com a realidade quotidiana. Reiterando, desenvolvem-se a partir de processos complexos, demorados e quase inconscientes, mas que se fixam de forma duradoura e sustentável. Nessa medida, há que ter sempre presente que é preferível deixar o indivíduo gerar a sua própria evolução do que oferecê-la (Guittet, 1998).

2.3.3. Formação ético-moral (*saber-ser*)

Introduzindo, os primórdios da moral assentam na estigmatização do conceito de bom e de nobre (Nietzsche, 1997). A ética representa um ramo da filosofia moral que se encontra ao serviço da reflexão eminentemente prática sobre o *dever-ser*. Assim sendo, inaugura-se igualmente uma ética profissional que se expressa em códigos de conduta organizacionais (Clemente, 2016). Logo, a afetação a uma força de segurança vincula necessariamente os seus membros ao código deontológico do serviço policial que “constitui matéria de inequívoco interesse formativo, no sentido de promover uma conduta profissional eticamente consonante com a dignidade das funções de polícia e limitadora da discricionariedade no exercício dos poderes de autoridade”, como prescreve a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro.

Por seu turno, a moral significa a arte de viver bem como ser humano. Ou seja, por moral entende-se o “conjunto de conhecimentos teóricos, de técnicas, experiências e destrezas necessárias ao desempenho com mestria de uma atividade” (Clemente, 2016, p. 43). A formação ético-moral alavanca-se numa vertente comportamental ou humanística: no *saber-ser* e no *saber-estar* – que é o prolongamento do *saber-ser* em contextos sociais múltiplos. Burilar esta componente formativa prepara os alunos para o exercício de funções sob a alçada de deveres inscritos num regime disciplinar próprio, estatuído na Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro.

Em consequência, a um polícia exige-se que evidencie, mais do que autonomia técnica, autonomia comportamental valorosa, pondo em prática uma amálgama de valores que interiorizou durante a etapa de formação (Clemente, 2014). O tempo que se passa no internato concorre para um amadurecimento oriundo de reflexões, tão mais profundas quanto a solidão: “foi olhando para si, meditando e refletindo sobre si mesmo, sob o olhar vigilante do outro, que os homens se foram individualizando, acreditando na sua singularidade pessoal” (Benelli, 2015, p. 19).

Sem desejar estabelecer comparações com ideais ascéticos, o ambiente de privação e de restrições a algumas comodidades materiais (e.g., o conforto da cama ou o silêncio da noite) induz à construção de referenciais de dor e sacrifício – a aprendizagem pela privação (Neves, 2007). Em muitas instituições totais desenvolve-se uma certa espécie de preocupação consigo mesmo. Os efeitos disciplinares que incidem sobre o corpo e o espírito do indivíduo incitam-no a uma transformação de si próprio, na medida em que o processo intenso de adestramento ocorre em relativo isolamento, em plena autonomia – brota o poder da reflexão (Goffman, 1961; Leal, 2013). Por essa razão, o saber moral edifica-se a partir do conhecimento e a otimização da imagem de si mesmo (Levy-Leboyer, 2001).

De modo particular, a formação mais do que direcionada para a profissão, projeta-se e idealiza-se para uma longa carreira porque “formar um oficial de polícia implica formar, para além de um especialista versátil em matérias de segurança, um cidadão completo” (L. Guerra, 2014, p. 91). Nesse sentido, “os valores éticos enformam a atividade policial – cada valor materializa-se no agir. A ética inspira a ação policial” (Clemente, 2016, p. 52). Logo, importa não só um quadro de valores pelo qual se deve pautar a conduta quotidiana do oficial de polícia, mas também a transmissão de uma cultura organizacional baseada na experiência coletiva e individual dos seus profissionais (Clemente, 2014).

De facto, a liderança revela-se na extensão da personalidade (Chaves, 1997), pois “à medida que se sobe na carreira, as competências mais importantes são claramente as de cariz ético-moral e comportamental” (Torres, 2014, p. 13). Por exemplo, Immanuel Kant (2009) desenhou uma teoria da moralidade cujo fundamento está circunscrito à auscultação de uma autoridade interna: a razão. Para uma ação ser moralmente correta não chega que seja boa em si mesma, carece de uma vontade e tem por base os padrões que cada sujeito estabelece livremente.

Em suma, essa vontade, enquanto princípio estrutural do seu postulado teórico, designa-se como um *imperativo categórico*. É imperativo porque se apresenta como um impositivo, uma injunção, uma ordem; é categórico, por sua vez, porque se aplica incondicionalmente, de forma clara, terminante, incisiva e contundente. Ou seja, “a vontade submete-se livremente à obrigação por respeito a si mesma” (Clemente, 2016, p. 54). Deixando o mote: "Como é que eu posso meter polícias a actuarem na rua sem eles conhecerem Kant?" (Valente, 2012).

Capítulo III – Pelas vozes do amanhã

“O conselho intelectual que eu gostaria de dar é o seguinte: quando estudar um assunto ou considerar uma filosofia, pergunte a si mesmo somente quais são os factos, qual é a verdade que os factos revelam. Nunca se deixe desviar pelo que gostaria de acreditar, ou pela réplica social se fosse acreditado.”

Bertrand Russell

Este capítulo trata os dados recolhidos nas entrevistas, perfilados num horizonte de sentido inscrito pelas vozes do amanhã – os alunos de hoje. Da análise temática obteve-se um corpo de resultados estruturado em quatro temas: entre o *cá-dentro* e o *lá-fora*, a tensão hierárquica, o relógio paradoxal e, por último, a valia do internato. Os diagramas abaixo contêm os códigos que deram origem aos temas, explicitando o processo mental levado a cabo.

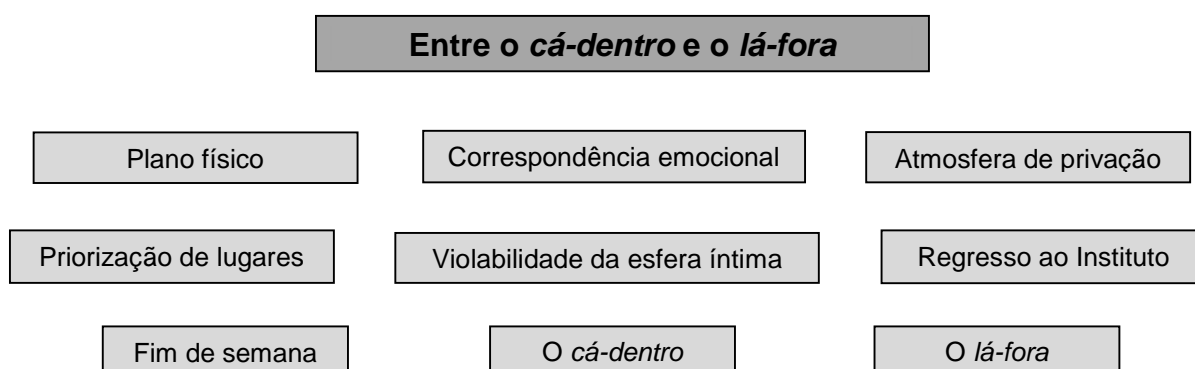


Diagrama I - Entre o *cá-dentro* e o *lá-fora*

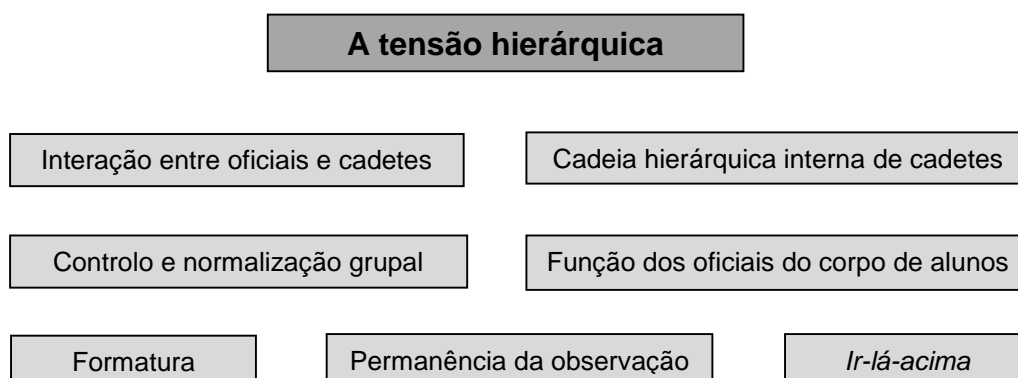


Diagrama II - A tensão hierárquica



3.1. Entre o *cá-dentro* e o *lá-fora*

Em jeito introdutório, o internato simula um ambiente de casa e assegura condições indispensáveis ao bem-estar, como a dormida e a alimentação. Numa estadia administrada pela direção, esta incentiva os alunos a considerarem o Instituto o seu próprio lar. Embora a afeição que cada um nutre pela sua casa seja insubstituível, o Instituto representa, de facto, muito mais do que uma mera escola. Na verdade, é-lhe imputada uma ótica de segunda casa, de casa em suplência, pois configura o lugar onde se está a maior soma do tempo, o lugar onde se vive cinco dias por semana. Portanto, num plano físico e existencial, o Instituto torna-se irremediavelmente casa.

No mesmo juízo, o internato desdobra-se em vivências, fazendo estreitar laços entre colegas. Assim, gera-se um renovado círculo de pessoas próximas que difere do grupo de amigos do passado, sobretudo devido a um sentimento robusto de camaradagem que se aprofunda e a uma afinidade que supõe apoio mútuo em qualquer circunstância de aperto. Por consequência, esse novo universo pessoal que se estima abraça uma visão idílica do internato, numa correspondência ideológica que se transfere para esse sentir da escola como algo que, de alguma forma, é seu, de sua pertença.

Contrariamente, alguns fatores refutam a percepção transata. Objetivamente, o Instituto trata-se de um local de pernoita, de uma escola que, de modo especial, obriga à permanência em internato. Por isso, alguns alunos acabam por rejeitar-lhe o predicado de casa, também porque esta abriga um ambiente formal, estritamente escolar ou profissional. A exemplo disso, a hierarquia entre cadetes – que se expressa no conceito de antiguidade – patenteia um espírito fechado e conservador que adia o acolhimento de novos membros na companhia de alunos, bem como a ligação emocional e imediata ao espaço envolvente. Ergue-se, então, uma barreira para conquistar a confiança de cursos já integrados.

De outro modo, a ausência de um suporte familiar veda uma maior identificação com a essência do lugar, estabelece-se pouco apego com o que está ao redor. Além disso, a rigidez da rotina instala uma atmosfera de privação, desconfortável e incômoda, como se apodera do livre-arbítrio de cada aluno para definir o seu itinerário diário e conjunto. Logo, o internato condiciona e imprime uma vivência largamente diferente – em relação ao que se deixou e ao que se teria *lá-fora* –, subjuga a regras e impõe restrições desde o início, pelas intituladas atividades de integração. Estas consistem no enquadramento ou entrosamento dos alunos recém-chegados, patrocinadas por cadetes de um ano de escolaridade mais avançado, maioritariamente do quarto ano, com a supervisão de oficiais do corpo de alunos.

Dentro de um espaço institucional alheio, priorizam-se determinados lugares. O quarto é um caso paradigmático no qual se desencadeia uma realidade relativamente privada. Partilhado por um número significativo de camaradas, produz-se um convívio intenso entre alunos do mesmo curso; por oposição, raramente é invadido por oficiais ou por cadetes de outros anos. Noutro contexto, é um espaço verdadeiramente diferenciador, desde logo, pela organização que cada um lhe empresta, na arrumação dos objetos pessoais, mas igualmente por ser aí que é permitido despir a farda e, por isso, estar mais descontraído. Mesmo no quarto, paira a suspeita de um oficial entrar a qualquer momento, prolongando a violabilidade da esfera íntima, neste caso de rompante.

Em complemento, a sala de cadetes impõe-se como a divisão de convívio por excelência e que devolve um à-vontade limitado, mas tão caro dentro das instalações. Como o nome indica, é um espaço frequentado por cadetes, onde se proporcionam atividades de lazer, promovendo uma certa atmosfera de retiro e abstração dos dias fechados: “um espaço diferente que, apesar de estar dentro do Instituto, parece que está fora” (P). Ainda assim, para alunos mais novatos, de categoria inferior, a entrada e a saída dependem de um pedido de licença ao aluno mais graduado presente, bem como perdura a provável convivência com camaradas de outros cursos com quem não se tem tanta afinidade. Por conseguinte, lamenta-se a inexistência de um espaço onde se possa estar só, completamente à-vontade e com absoluta privacidade, porque “aqui não há nenhum sítio que seja só teu” (E).

De forma particular, o fim de semana configura um parêntesis precioso na realidade institucional, motivando o retorno a casa “à procura do que não há” (K) e, com isso, o acesso ao conforto e à comodidade. Essencialmente, representa descanso, o recarregar de energias e a reposição dos níveis emocionais. Demais, possibilita o aconchego de ir para junto da família, promove a confraternização com amigos e a libertação de uma panóplia de deveres implacáveis. O fim de semana são “os dias em que tu podes despir-te daqui: ser uma pessoa normal” (O). Portanto, os alunos desligam-se da rigidez da rotina, descomprimem da pressão diária e do sufoco de estar *cá-dentro*, valem-se de um tempo que têm só para si mesmos em que não há regulamento nem aulas.

Consensualmente, experimentar o *lá-fora* e sair à rua inebria com uma sensação de liberdade e de alívio, de escape do mesmo lugar que concentra sempre as mesmas pessoas. Por isso, a ansiada sexta-feira, como travessia para o fim de semana, tem o condão de proporcionar um regozijo contagiante e uma alegria adicional. Inclusivamente quem fica dentro das instalações testemunha um conforto incomparável ao da semana, desprovido do ritmo escolar. Inscrevem-se, com maior nitidez, rotinas internas que aproveitam um ambiente de menor tensão e oferecem uma envolvimento de casa a partir da comunhão com as equipas do quadro orgânico de serviço – “Funciona quase como um oásis no deserto. À segunda-feira volta-se outra vez ao deserto” (N).

De resto, o regresso ao Instituto no domingo segmenta-se em dois estados de espírito contraditórios, mas que se explicam exatamente por essa contradição: numa face, o tempo do fim de semana escoia-se de forma veloz, a viagem tem uma longa carga dramática, pela imagem de um comboio ou de um autocarro que se repugna, pelo desânimo da lembrança de uma rotina interminável das sete da manhã até a uma hora impossível de antever – custa voltar para dentro e largar o que fica *lá-fora*; ou simboliza o reatar da convivência com os camaradas e colegas de curso, o reencontro das pessoas

com quem se priva constantemente, com maior entusiasmo depois de um período de interregno letivo.

Em certa medida, o *cá-dentro* implica um *não estar* que constitui muito mais do que estar deslocado da origem: deixa para trás a retaguarda doméstica, leva a uma perda inexorável de vivências diárias com a família, impede o acompanhamento de vicissitudes e acontecimentos importantes da vida de amigos. Em resultado, o internato inibe a vida social ampla, evidencia um corte e uma rutura com o passado e, por inculcar experiências ímpares, condena interesses anteriores que colidam com os atuais. Assim, as conversas já não têm a cumplicidade de outrora e, principalmente, refletem vivências separadas: “*Lá-fora*, com os meus amigos, eu não tenho o mesmo tipo de problemas, nem de preocupações. Eles pensam em álcool e festas, para mim não se encaixa” (K). Num processo de evolução natural, apenas resiste um leque de amizades perfeitamente dignas.

Afinal, a proximidade geográfica não encurta o isolamento que o *cá-dentro* origina. Deste modo, os amigos que estudam ou moram em Lisboa encontram-se igualmente longe, porque em internato está-se “num mundo paralelo a Lisboa” (H), não se está onde eles estão. Essa é uma questão incontornável, na medida em que “nós não mandamos na nossa vida à semana, de segunda à sexta, como eles *lá-fora* têm a oportunidade de fazer” (A). Note-se que o passado policial de alguns alunos já facultava o afastamento dos entes mais queridos, contudo, as dinâmicas de internato elevam a ausência a um nível inaudito e nunca sentido, ao ponto de se negligenciarem amizades, pois “ou estou aqui trancado, ou no fim de semana tenho de estar a estudar” (D).

Distintamente, face a familiares não se sugere essa quebra de afetividade; pelo contrário, a distância cria pontos de união bastante saudáveis, tendo o efeito de efervescer um sentimento recíproco de saudade por quem espera *lá-fora* e a necessidade de uma maior fruição do tempo depois. Bem assim, as coisas que antes eram vulgares e banais, hoje, têm um maior valor, criando essa percepção de maior riqueza dos laços familiares, quiçá, por agora à distância, se afigurar mais notório. Assim, ao longo do tempo, os alunos vivenciam na primeira pessoa essa cisão entre dois mundos – que do internato irrompem –, entre o *cá-dentro* e o *lá-fora*: de um universo hermético a um universo parentético, do poder profilático à evasão catártica.

3.2. A tensão hierárquica

Como expectável, cada oficial do corpo de alunos medeia o nível de proximidade que mantém com os cadetes. Porém, num plano global, o relacionamento que se estabelece é formal e distante. Essa interação ocorre com diminuta regularidade, em contextos esporádicos que se cingem a assuntos prementes. Os contactos face a face revelam-se raros e pouco demorados, a iniciativa de diálogo parte quase sempre dos oficiais em virtude de um à-vontade que não se proporciona, como se a superioridade hierárquica impedisse uma aproximação mais empática. Em coerência, a linguagem utilizada obedece sistematicamente a inúmeras e indispensáveis deferências.

De forma indireta, a frequência do contacto aumenta quando se cruzam pelos corredores, nas formaturas, ou em reuniões convocadas pela direção. No entanto, nessas ocasiões, o destinatário da mensagem é plural: a comunidade de alunos. Do mesmo modo, nas aulas, os oficiais tutores não se dirigem normalmente a um cadete em específico, mas sim à turma ou à globalidade do curso. Por força da posição hierárquica diferenciada, o comandante de companhia-aluno, os chefes de curso e de turma e o cadete-dia assumem um contacto privilegiado com os oficiais do corpo de alunos e gozam, nesse particular, de um estatuto especial.

No fundo, o distanciamento mencionado esbate-se ao longo do curso e à medida que se ascende na cadeia hierárquica interna de cadetes. Em especial no início, os alunos recebem uma eventual interação com oficiais, todavia, apercebem-se que de modo gradual a distância interpessoal diminui. Tendencialmente, sugere-se que o grau de proximidade é proporcional ao ano de frequência, até pelos projetos-escola que os cadetes do quarto ano estão incumbidos de coordenar e que merecem a supervisão de oficiais. Apesar disso, os alunos interpretam essa demarcação hierárquica como um dever, compreendem-na exatamente devido à inerência própria da hierarquia policial. De qualquer modo, essa separação mostra-se premeditada e mantém-se claramente delineada.

Formados igualmente no Instituto, os oficiais têm, definitivamente, atribuída uma função crucial na formação dos alunos. Em primeiro plano, conhecem em detalhe as dificuldades subjacentes ao processo de adaptação ao internato. Nesse sentido, deverão afirmar-se como o primeiro apoio na integração dos novos alunos – *urubus*, como assim são chamados. Em segundo lugar, enquanto guias e condutores, orientam e mostram o caminho a trilhar pelos alunos. Em terceira instância – porventura a mais relevante –, os oficiais têm o ónus de reger a instrução que ministram pelo exemplo, demonstrando um padrão de conduta característico de um oficial de polícia competente e idóneo. Note-se que muitos alunos detêm um vazio de referências, daí que estejam ávidos de modelos que

os inspirem: “Quando estamos a aprender, estamos a olhar para aquilo que eles fazem e temos noção que, daqui a uns anos, vamos estar no lugar deles” **(I)**.

Adicionalmente, gozam de um papel suplementar ao lecionarem unidades curriculares direcionadas para a atividade policial, contribuindo, por efeito, para a formação académica dos alunos. Diga-se que esta mereceria um currículo formal mais rico, concretamente através da partilha e passagem de conhecimento e experiências policiais entre oficiais e cadetes. Por outro lado, executam a sua missão quase como árbitros, inseridos no meio, corrigem os eixos e impõem regras e condutas. Em todo o caso, os alunos confessam que as ações de alguns superiores hierárquicos não legitimam os valores morais que apregoam e preconizam. Ou seja, a palavra não é credibilizada por meio do agir. Esta questão reflete o confronto habitual entre os dois estratos, na medida em que se se revelam contrastes e resistências.

Noutro contexto, aponta-se para um lugar simbólico que cristaliza e acentua a definição de hierarquia. No Instituto, *ir-lá-acima* significa subir as escadas e entrar no corredor dos oficiais do corpo de alunos. Os gabinetes aí localizados revelam uma presença permanente, dentro de um território que nunca se torna disponível, mesmo que esteja inóspito. Distintamente dos outros corredores, este aparenta logo à partida ser mais escuro e é o único quase inacessível, onde os alunos têm de pôr o bivaque. Portanto, é um lugar envolto numa ubiquidade de um poder que incide sobre os cadetes. Assim, *ir-lá-acima* porque são superiores hierárquicos, mas também porque as regras naquele espaço têm de ser escrupulosamente respeitadas, senão *a chuva cai de cima para baixo*.

Nessa ordem de ideias, acede-se ao corredor do corpo de alunos de forma a fazer a rendição de serviço de cadete-dia. No entanto, o primeiro pensamento conecta-se de imediato a um mau motivo, a alguma repreensão ou reprimenda disciplinar. *Ir-lá-acima* é uma expressão que dá forma a um lugar mitológico que até se evita percorrer, para o qual se vai pressionado quando se é chamado. Torna-se numa criação discursiva com conotação negativa que sublinha a distância entre as duas classes já mencionada. Se não houvesse esse afastamento, *ir-lá-acima* representaria porventura ir ao quarto, ir à sala de cadetes, ou mesmo ir à secretaria do corpo de alunos que fica no mesmo piso – “só o *ir-lá-acima* tem uma carga mais pesada” **(N)**.

De facto, em internato atravessa-se uma sensação de permanente vigia, de um olhar imediato, presumido e ameaçador, em que tudo é controlado e escrutinado na presença do outro. Essa possibilidade constante configura o “bê-á-bá” **(J)** da vida em reduto institucional, “é mais uma forma de te sentires preso” **(O)**. Para os alunos recém-chegados, esta questão impõe-se com maior fulgor, pois toda a atenção está centrada na sua conduta. Durante a integração, não raras vezes, o motivo da punição

coletiva reportava-se a um comportamento observado por alguém que nem o próprio infrator conseguia precisar. Por isso, os alunos tentam manter uma certa prudência nos gestos irrefletidos e aparentemente triviais, como a mão no bolso ou o manuseio do telemóvel.

Numa primeira explicação, essa sensação está à mercê e é criada por oficiais, extensível a professores e funcionários, por meio de um olhar superior e hierárquico que não cessa. Cada uma das tantas janelas orientadas para a parada aparentam ser um óculo dirigido, tal como a presença na parte de cima dos claustros que dá aos oficiais uma perspectiva que examina e parece incidir minuciosamente sobre cada indivíduo formado. Mesmo na passagem por corredores de circulação, pode aparecer repentinamente um oficial, e com ele, o seu olhar tão temível quanto provável.

Em parceria com a observação omnipresente, os boatos e os rumores institucionais reforçam a sensação anterior. Em virtude do Instituto ser fechado, pequeno e existir uma grande proximidade entre os alunos, tecem-se comentários que correm e se propagam a uma velocidade vertiginosa. Todos os alunos se entreolham, trocam olhares subtis, na deteção de algum comportamento incorreto ou desajustado. Traduzindo, “essa sensação é criada pelo quadro de oficiais e acaba por ser veiculada pelos alunos mais antigos” (F). Em certo ponto, influencia a conduta, uma vez que “não sabemos se nos estão a ver e quem nos está a ver” (A). Logo, esse dispositivo disciplinar desvenda e põe a nu o segredo, o ilícito e o desvio – “toda a sociedade funciona assim, mas aqui é a multiplicar” (O).

Numa esfera plenamente individual, alguns alunos optam por estar mais solitários, realizando atividades com maior autonomia, no que concerne a tarefas académicas – métodos de estudo próprios e a respetiva aprendizagem – ou trabalho suplementar na melhoria de índices de condição física, bem como o tempo de lazer pessoal. Ainda assim, os alunos estão, por regra, enquadrados e inseridos num grupo. Este pode ser mais ou menos restrito, já que as aulas decorrem em turma, os tempos de intervalo aproveitam-se em grupo, “com tanta gente à volta é sempre difícil estarmos sozinhos” (B).

Nesse entendimento, em resposta a alguma conduta desviante, impõem-se mecanismos de controlo horizontal entre cadetes. Por um lado, decorre um procedimento preliminar que se resume na tentativa de corrigir o outro pela via do diálogo. No mais das vezes, através de uma reunião de curso, o visado é pressionado pela generalidade dos colegas, operando quase como um meio de expiação da culpa que implica um atestado de reabilitação passado pelo grupo. De uma forma mais rebuscada, quando um aluno incorre num erro reiteradamente, não mostra arrependimento e continua a comportar-se em prejuízo do coletivo, o grupo reprova e reage. Esta reação consoma-se à base das típicas *praxadelas*, em que o indivíduo transgressor se depara eventualmente com a sua cama

desfeita ou com o desaparecimento da sua cadeira da sala de aula. Por norma, a mensagem chega fidedigna ao recetor e tem o efeito desejado.

Completando, vale sempre a filosofia do *por um, pagam todos*. Trata-se de uma forma de penitenciar o grupo por tropelias particulares – que se consubstancia em exercícios físicos intensivos ou revogação de dispensas –, alertando implicitamente ao necessário controlo grupal. Dessa forma, acaba por funcionar um sistema informal de punição que leva à desconsideração e à exclusão natural do indivíduo pelos demais. Em casos extremados, recorre-se à hierarquia superior, caminho a que se evita chegar até por uma questão de proteção do curso ou da companhia. Neste sentido, sugere-se que os cadetes com vínculo policial anterior, e que têm necessariamente uma idade mais avançada, avocam a si a responsabilidade de anular os pequenos diferendos porque conseguem silenciar picos de maior resistência e insurreição junto dos mais jovens, à custa de uma boa retórica. De qualquer forma, “não há como obrigar alguém a agir de determinada forma, tem de partir de si” (G).

Noutro âmbito, a formatura não é, decididamente, só uma sequência de movimentos mecanizados de ordem unida; tem uma utilidade subentendida, quase nunca explorada e compreendida. Além de uma tradição de herança militar, trata-se de um exercício quotidiano que encerra princípios nucleares de disciplina, respeito e obediência. Num espetro teórico, fomenta a coesão do grupo, a companhia de alunos junta-se na parada às horas habituais, dividindo-se por anos. Na sua plenitude, essa estratificação torna também a formatura num exercício de hierarquia. Aliás, as formaturas que antecedem as refeições permitem um encaminhamento ordeiro – e hierárquico – para a messe. Analogamente, é um meio de aprimorar uma postura correta, visto que os cadetes apresentam o subgrupo do próprio curso alternadamente, criando uma espécie de treino a uma situação de elevada exposição, na qual se requer que profiram vozes de comando e exibam uma imagem vigorosa e determinada.

Numa dimensão mais prática, a formatura oferece o contexto para um controlo superior, a fim de averiguar a pontualidade e quantificar os alunos aptos para todas as atividades institucionais, lavrando o cadete-dia um registo das faltas e o motivo delas. Adicionalmente, caso assim entenda, o oficial que recebe a formatura passa revista aos cadetes, examinando se estes estão bem uniformizados e em cumprimento dos parâmetros exigidos a respeito do aprumo pessoal. Em concordância, esse momento serve essencialmente para “aqueles cadetes que não ganharam autodisciplina no primeiro ano” (L), impedindo um certo desleixo. Deste modo, a essência da formatura revela-se extraordinariamente válida e consensual. Porém, a quantidade de formaturas implementadas – alegam os alunos – faz perder a coerência e a sua finalidade última.

3.3. O relógio paradoxal

Em internato, reflete-se uma imagética muito pessoal, temperada com enésimos paradoxos e ideias antitéticas – “nesse tempo que somos obrigados a estar cá” (**N**). Com base na dimensão psicológica e no despontar de um microcosmo interior, o tempo não é exceção. Provavelmente, os quatro anos de curso neste regime também jogam a favor de todo este plano de análise. Os internos debatem-se com uma rotina profundamente estável e com a imposição de um regime rígido. Assim, o dia tem pressa do que vem a seguir, persegue a eficiência e o instante. Como se verá, no tempo em internato reside uma natureza dicotómica: ora urge, ora demora; ora flui, ora importuna; ora um ápice, ora uma eternidade.

Bem assim, a extensão temporal do dia envolve e assenta em horários plenamente definidos e exatos que intensificam a inclemência das horas e dos ponteiros do relógio. A hora de alvorada é madrugadora e a exorbitância das atividades dispara ao começo do dia, que dura entre formaturas, refeições a horas certas e muitas outras solicitações em tão pouco tempo livre. As aprendizagens inculcam-se com densidade e em períodos muito curtos, especialmente na integração. Com efeito, o horário não é senão um elemento que acentua o reduto do tempo, desperta, estipula e ajusta – e o corpo adapta-se pela força do hábito.

Na vida em internato, em geral, não existem tempos mortos. Os dias são tendencialmente preenchidos e, por isso mesmo, o tempo escoia-se e parece mais acelerado. Ergue-se uma azáfama substancial, própria do volume de tarefas, que encurta o peso dos dias: “Não tens um momento de pausa muitas vezes para refletir. Não temos tempo de pensar efetivamente na falta que faz certas coisas, porque temos um dia muito corrido” (**E**). Paradoxalmente, as razões invocadas alongam, por igual, a duração subjetiva do dia. Aliás, essa é uma ladainha recorrente, que se propala de geração em geração, dentro do estabelecimento: um dia *cá-dentro* equivale a três *lá-fora*. O desfaseamento horário entre o acordar cedo e o final do dia, bem como o facto de não se sair do ambiente interno – a contiguidade espaciotemporal ou a reclusão – dá azo a uma monotonia que torna uma semana interminável, o tempo demora a passar. Ou seja, em internato, “o dia é maior e mais pequeno” (**P**), os dias são, ao mesmo tempo, penosos e folgados.

Em paralelo, a sobrecarga quotidiana obriga à adoção de estratégias que rentabilizem todo e qualquer minuto, sobretudo quando o intervalo entre tarefas é especialmente reduzido e a natureza da atividade requer o uso de outro fardamento. Com um cariz deveras pessoal, enformam-se estratégias para cumprir os horários com rigor, bem como para otimizar e tornar eficiente todas as questões associadas à higiene pessoal. Deste modo, dá-se a criação de uma rotina que se prepara em detalhe, que se repete e

quase se impregna ao corpo: um ciclo que se instaura e implanta no inconsciente desde os primeiros tempos de internato, o culto da pontualidade e da antecedência, a disciplina horária à flor da pele visa tirar o máximo proveito do segundo.

Em pormenor, os alunos apostam em pequenas técnicas consolidadas à luz da prática. Logicamente, o uso do relógio revela-se vital, porque o toque sonoro não dá tréguas a quem se demora. Na véspera, preparam a farda e, ao acordar, vestem a roupa pousada sobre a cadeira, a mesma de ontem e igual à dos demais. Em ocasiões de maior urgência, os uniformes estão mentalmente acessíveis, organizados no armário por gavetas e por secção, de modo a que não haja desperdício de tempo útil. A título ilustrativo, retiram em primeiro lugar o calçado, despem a camisa por dentro do pulôver – ou a *t-shirt* por dentro do suadouro – para que, no momento de tornar a vesti-los, entrem de uma só assentada. Em complemento, algumas tarefas abreviam-se ou antecipam-se, nomeadamente fazer a barba ou tomar banho na noite anterior, bem como a utilização da casa de banho de manhã, por turnos.

Não obstante a estabilidade absoluta da rotina, aparecem fatores incontroláveis que condicionam a planificação semanal. O esboço dos afazeres previamente delineado não se cumpre na totalidade, na medida em que surgem atividades inesperadas, em horas supostamente livres que, de súbito, se revelam ocupadas. Ora, a agenda rasura-se vezes sem conta e esta imprevisibilidade condena a gestão pessoal do tempo. Nesse sentido, os alunos dispõem do tempo livre unicamente à ordem, persistindo um dever absoluto de disponibilidade, de *chegar à frente*, de dizer *pronto!* em resposta à necessidade de voluntários. Por consequência, esconde-se o plano racional das atividades, “aqui no Instituto há sempre essa coisa de nunca ninguém saber nada, para o que é que vai” (B). Implicitamente, os alunos aprendem a não planear muito à frente, estimulam a capacidade de adaptação constante, o *estar dispostos a* e a predisposição para qualquer cenário.

3.4. A valia do internato

O internato fornece um solo fértil para aprimorar determinadas idiossincrasias dos alunos, para refinar o temperamento destes. Em termos de valores de gênese, não se conjeturam mudanças estruturais, no entanto, concretizam-se decisivos retoques na forma de ser de cada um. Em detalhe, as dinâmicas do internato obrigam os alunos a dominarem ímpetos de maior impulsividade, erradicando-se qualquer inclinação para a irascibilidade. Assim, ante a pressão envolvente, cultiva-se uma personalidade mais contida e ponderada. Alguns acontecimentos internos desencadeiam momentos de introspeção, extrapoláveis para a vida futura, que incitam o aperfeiçoamento de características lacunares ou a supressão de pequenos defeitos de carácter.

Em consequência, dá-se uma melhoria considerável do prisma da sociabilidade e das relações humanas. O relacionamento em permanência com muitas pessoas oferece recursos para tolerar a diversidade e para uma adaptação mais célere ao companheiro do lado. Por norma, afigura-se mais prudente optar pelo silêncio e não exteriorizar de imediato o que se pensa, a fim de não causar mal-estar dentro do grupo e, em última instância, para não chegar ao conhecimento dos oficiais. Nessa medida, o internato tem uma influência clara na forma de estar e na postura assumida pelos alunos, quanto mais não seja porque, agora *lá-fora*, são vistos como polícias, os seus conhecidos já esperam de si atitudes compagináveis com a carreira futura. Como tal, preserva-se uma linha de comportamento cívico e de sobriedade que cada um toma para si, tanto no quotidiano institucional como *lá-fora*.

De modo equivalente, a vida em internato faz esquecer e empurra gradualmente, mas de forma intencional, um passado de imaturidade. Esse processo desenrola-se à custa da exigência incutida e de um ensino formatado, impelindo a um crescimento acelerado ou a um amadurecimento fugaz. Nesse sentido, abandona-se forçosamente uma faceta mais infantil, a rotina dita uma maior seriedade, originada quiçá pela “pressão que sentimos aqui, as tarefas constantes, a falta de liberdade leva a que uma pessoa se retraia *cá-dentro* e que se seja mais sério” (O). Essa transição é frequentemente marcada pela inefabilidade, reconhece-se mas não se consegue determinar ou traduzir em palavras, tornando-se mais perceptível para pessoas de fora.

Além do mais, nesse trajeto mora um potencial revelador, na medida em que os alunos se tornam mais autónomos, mais independentes e descobrem em si capacidades latentes. Em decorrência, o eliminar de medos e de barreiras psicológicas reforça a autoconfiança, o desembaraço e a desenvoltura, até de dialogar e expor uma opinião perante superiores hierárquicos. Na mesma esfera, contribui para o desenvolvimento do sentido de responsabilidade e de compromisso, em especial quando comparado com

colegas da mesma faixa etária que se encontram na faculdade. Há sempre uma faceta que se dissimula, mas esta acabará por revelar-se numa oportunidade futura, já que o internato submete os alunos a contextos variados onde mostram o que realmente são.

Em internato, criam-se dinâmicas de grupo interessantes num curto período de tempo, a partir do trabalho de equipa. Este fator comprova-se pela menor partilha que passa a existir com alunos que deixam de viver em internato no segundo ano. Noutra ótica, a superação de adversidades em conjunto resulta num ponto de união, pois congregam-se recordações comuns. Nessa lógica, face a dificuldades, o grupo fica normalmente mais coeso, na medida em que se juntam todas as individualidades com o intuito de funcionarem como um todo. Assim, “não havendo o tal porto de abrigo que é a nossa casa, o porto de abrigo passa a ser o camarada do lado” (F). Como tal, essa afinidade e esse vínculo, impossíveis de reproduzir *lá-fora*, são inculcados ou reforçados ao entrar no Instituto.

Do ponto de vista anterior, o regime de internato funciona durante certo tempo. Porém, no decurso dos anos de formação, perde-se o espírito inculcado inicialmente, uma vez que os objetivos pessoais começam, em certa medida, a sobrepor-se aos do grupo (e.g., a rivalidade pelas notas e a competição pela classificação final). Por essa razão, parte dos alunos comunga de um certo ceticismo quanto ao contributo do internato no fomento da união, alegando até um efeito contraproducente ou um potencial não aproveitado. Dessa maneira, conviver intensamente durante vinte e quatro horas satura e causa atritos, conflitos e picardas naturais, mas, no mais das vezes, dispensáveis.

Em complemento, esse espírito de corpo parece ser, de um modo global, extensível apenas a cada curso, devido à considerável distância entre anos. Subsiste uma tendência para circunscrever certas vivências a um círculo de camaradas mais próximo, impedindo um verdadeiro e total espírito de corpo no seio da companhia de alunos. Lamentavelmente, cai no esquecimento o facto de o Instituto se tratar de “uma escola muito fechada, com regime de internato e particularidades únicas, com vivências e experiências que são só nossas e que não se repetem” (D). Por hipótese, a solidariedade entre companhia poderia ser incentivada superiormente, todavia, essa lacuna deve-se sobretudo à incapacidade dos próprios alunos de tomarem uma posição conjunta, de se mobilizarem em torno de uma causa comum ou de desenvolverem um sentido forte de camaradagem.

Ainda que de forma mais subliminar, as vivências em internato despertam um conjunto de lugares discursivos outrora ou hodiernamente instalados: o léxico institucional. Este integra palavras provavelmente ininteligíveis para quem está *lá-fora*, ensinadas e reproduzidas em instrução ou em *sã* convivência entre cadetes. Configura, pois, a linguagem corrente à qual recorrem diariamente com absoluta naturalidade. Este vocabulário particular eterniza-se e herda-se de geração em geração, compondo uma

listagem extensa “que nós próprios fazemos *cá-dentro*” (H). Exemplificando, *sabujo* define-se como a pessoa que põe em prática a arte artilosa de adular outrem de forma a obter uma contrapartida; a pessoa que simula lesões ou se dedica pouco a uma causa é apelidada de *ronhas*; *bater choco*, *estudar direito* ou *chonar* para dizer dormir em horas proibidas; ou, simplesmente, *meter as patas* que significa cometer algum erro.

Olhar para o infinito é uma das expressões que integra o léxico institucional, constituindo uma ordem emitida quer por oficiais, quer por cadetes mais antigos em formatura. Semanticamente, consiste em manter a cabeça erguida, imune à tentação de perseguir movimentos. Ou seja, olhar para o fundo e para cima, para nada em específico mas para um plano superior, “até para evitar que estejamos a olhar para outros sítios quaisquer que não o infinito” (E). Nesse particular, o infinito acaba por configurar um imaginário, um lugar sem existência real. Nesse imaginário cabe um olhar exemplar que revele uma postura firme, assertiva e elevada, que transpareça a autoconfiança necessária a assumir qualquer desafio intransponível.

Caso o regime de internato deixasse de existir, perder-se-ia precisamente o convívio forçado com os pares, o refúgio com os outros e uma instrução assente em regras. O Instituto tornar-se-ia numa universidade normal, com uma componente mais física decerto, mas também disponibilizada em qualquer faculdade de desporto. Nesse cenário, haveria um grupo restrito de amigos e um relacionamento trivial com os restantes, sem respeito por um lema ou identidade grupal, muito menos por uma noção elementar de camaradagem. A par disso, os estímulos externos de um *lá-fora* sem restrições proporcionariam inconvenientes: os alunos estariam bem menos focados na vida interna, mais propensos a aderirem a vícios perniciosos. Em súpula, não se formaria uma elite, “porque efetivamente ao final do dia ninguém precisava de ninguém” (F).

No fundo, o internato não só estimula a cooperação com os outros, a entreatada e o cuidar do próximo nas circunstâncias mais adversas, mas também faculta as vivências e o meio adequado para que se crie uma necessidade comum, uma dificuldade generalizada e a inevitabilidade de trabalhar em conjunto. Aliás, esse espírito de sacrifício é transversal a todo o grupo: “na primeira semana em que estive no Instituto dei valor ao que era beber água e lavar os dentes” (K). Nessa medida, viver sem regalias e não ter tudo aquilo que se deseja faz valorar de sobremaneira as relações pessoais, confere referenciais de dor e sacrifício oportunos, de tal modo que “se o primeiro ano for intensamente vivido e bem organizado, lança as bases para um curso poder trabalhar de futuro” (F). Em resumo, caso se excluísse a modalidade de internato do curso, perder-se-ia “o espírito que não há” (K).

Por conseguinte, a experiência do curso prolonga-se, perdura no tempo e excede o presente, acabando por configurar mais do que uma plataforma para o que vem a breve trecho. A formação em si mesma molda e direciona a personalidade do aluno em certos aspetos, “a tal pequena parcela em que há sempre uma margem para moldar” (**P**). Desde logo, por se viver numa casa durante tantos anos e pela formatação inerente, já que se transmitem crenças, filosofias e formas de pensar. Embora o internato eleve esse potencial, “não é só por estar fechado dentro de quatro paredes” (**D**) que será um bom oficial de polícia, depende igualmente dos modelos que estão ao seu dispor. Em todo o caso, com este género de formação não se fica ou sai indiferente, colecionam-se memórias com eco no coração, “pois nunca se esquece o que se passa aqui dentro” (**A**).

Finalmente, os alunos têm a consciência de que as matérias legais renovam-se, atualizam-se ou esquecem-se. Logo, uma boa parte das lições e aprendizagens em contexto de internato decorrem de modo subtil, afirmam-se como reflexões duradouras e marcantes, traduzidas em valores e princípios mais altos. Em cada problema circunstancial existe a possibilidade de refletir, através de um paralelismo fértil e desempoeirado para outro domínio. Assim, entrelaçam-se ensinamentos ocultos sem uma razão de ser explícita, mas com uma enorme utilidade: conferem capacidade de compreensão, empatia e conhecimento de causa, por exemplo, a respeito do afastamento e da separação da sua família. Deste modo, não se forma para uma carreira imediata, forma-se para a vida: “para além de se formarem aqui oficiais – e não descurando outras formações que há *lá-fora* –, formam-se Homens com determinados valores” (**I**).

Conclusão

“O tempo permite uma interpenetração do local onde se
está e nós próprios. Nós nos damos ao lugar
e nós levamos esse lugar.”

Vergílio Ferreira

Num plano geral, o ISCPSP – vocábulo mais institucional – ou o Instituto – para os alunos – é uma instituição total, isso implicou estudá-lo como tal, “nem é caserna fortificada e trancada, nem é campus universitário [...] soube conciliar os contrários: por um lado, o microcosmo do sistema de formação integral, por outro, a indispensável adaptação a uma sociedade extremamente evoluída [...]” (Paymal, 2008, p. 8). De resto, a instalação num edifício já existente garantiu a eficácia e a integridade do seu funcionamento, não hipotecando em nada o objetivo estrutural da academia policial: a formação de oficiais de polícia.

Nessa medida, realizado o estudo complexo do espaço social específico do internato, este comporta uma mundividência rica e um microcosmo institucional feito de paradoxos, no qual resistem variados antípodas e polos opostos: o zelo pela uniformidade e o enaltecimento da transformação individual; os indivíduos dirigidos e o corpo dirigente; a obediência e a autonomia comportamental; a estrutura impermeável do internato ao exterior e a permeabilidade dos indivíduos; o *cá-dentro* e o *lá-fora*; o isolamento necessário à introspeção e a permanência do grupo e da arregimentação; o tempo que urge e que demora; o desiderato teórico das instituições totais de facilitar a integração dos internos no mundo exterior e a separação destes da sociedade mais ampla.

Hipótese 1: O internato adequa-se ao perfil de competências do oficial de polícia.

Ainda que o enquadramento concetual das competências de liderança, de gestão e de comando derivem de aceções diversas e inconclusivas, podem efetuar-se inferências situadas num domínio de plausibilidade. Em primeiro lugar, a liderança consiste num fenómeno grupal em que o líder persuade e direciona estrategicamente os seus seguidores, solicitando principalmente competências interpessoais, de empatia com os outros. O relacionamento interpessoal e a tolerância para com o próximo são amplamente escarpelizados em internato. Em complemento, o líder estará tão mais preparado para liderar quanto maior o conhecimento de si próprio e, como se constará em hipótese seguinte, o internato potencia essa questão.

Em segundo lugar, as competências de gestão baseiam-se na orientação para o desempenho e para os resultados, de modo eficaz e eficiente. Em associação, a rotina em internato, alicerçada em horários rígidos, persegue justamente o instante e a eficiência. Com efeito, a desenvoltura e a autonomia comportamental conquistam-se por se deixar para trás a retaguarda doméstica, mas sobretudo por meio de dispositivos disciplinares que treinam o corpo, tornando-o obediente e produtivo. Por inevitabilidade, a disciplina do quotidiano impregna-se ao corpo pela repetição, visando otimizar o desempenho e aumentar o autodomínio, mais do que fabricar corpos submissos.

Em terceiro lugar, a ação de comando socorre-se da capacidade de se fazer obedecer pelo cumprimento escrupuloso dos seus deveres – aspeto referenciado adiante –, bem como da capacidade de improviso e de criatividade. Ora, o internato funda um dever absoluto de disponibilidade, em que se esconde o plano racional das atividades. Por conseguinte, o internato condena a gestão pessoal do tempo, porque este é administrado superiormente e convida a uma adaptação constante. Em paralelo, a sobrecarga quotidiana obriga a adotar estratégias de capitalização dos minutos que necessitam de uma boa porção de improviso e criatividade.

Hipótese 2: O regime de internato concorda com os eixos de formação delineados.

De forma incipiente, anuncia-se uma influência acessória do internato na formação técnico-policial e na formação científica, na medida em que torna os alunos mais disponíveis para se dedicarem ao estudo ou a outras atividades circum-escolares. De forma mais enfática, as vivências em internato integram um currículo oculto, traduzem-se em aprendizagens subliminares que atuam num plano rigorosamente intangível e no espectro do não-observável. Estas têm reflexo exclusivo na formação ético-moral dos alunos, encerram ensinamentos relativos à conduta, relativos à vertente comportamental ou humanística do ensino.

Exemplificando, a interdição do *lá-fora* confere poder ao *cá-dentro*. Essa cisão entre o universo de cadetes e o universo de civis está incluída no esquema físico do estabelecimento e irrompe precisamente do internato: o *cá-dentro*, por meio de uma atmosfera de privação, detém um poder profilático, afastando a aquisição de maus vícios; pelo contrário, o *lá-fora* é sentido como um parêntesis da realidade institucional, como uma evasão catártica mas longínqua. Bem assim, o internato mantém a estabilidade do microcosmo institucional e configura um ambiente social favorável, preventivo e protetor. Portanto, os cadetes assumem o seu papel social vincado, com muitos mais deveres do que um estudante normal.

De modo complementar, as dinâmicas de internato consolidam a consciência hierárquica, contribuindo para o *saber-ser* e para o *saber-estar*. Subsiste uma ubiquidade de poder implícita nas entrelinhas das normas institucionais, nas sistemáticas deferências perante superiores hierárquicos e em todos os espaços institucionais. Aliás, o *ir-lá-acima* constitui o zénite dessa omnipresença hierárquica. De outro jeito, a cadeia hierárquica interna de cadetes também se impõe bem visível na formatura e nos pedidos de licença, por parte de cadetes mais novatos, para entrar em alguns lugares do estabelecimento. Assim, o respeito hierárquico cristaliza-se e incrusta-se ao corpo, de tal forma que os cadetes interpretam-no já como um dever.

Hipótese 3: O internato molda a personalidade dos alunos.

Em virtude dos processos de admissão que a literatura alude, admite-se que, nos primeiros anos de formação, as dinâmicas de uma instituição total produzem-se de forma mais intensa, exercendo uma maior influência no indivíduo. Aliás, não são raros os entrevistados que evocam o período inicial da sua estadia em internato como marcante ou como mobilizador para o resto da formação – o acesso ao *lá-fora* é mais limitado e o processo de adestramento mais detalhado, por exemplo. De qualquer maneira, viver dentro de um ambiente fechado intensifica a interiorização de normas. Em internato, num mundo quase insular e paralelo ao *lá-fora*, transmitem-se, inquestionavelmente, valores de forma mais eficaz e poderosa.

Nesta dimensão, registam-se diferenças significativas entre os alunos oriundos da vida civil em comparação com os alunos que tinham um vínculo policial. Os últimos mostram uma perceção acentuada de perda relativamente à família e à autonomia que haviam já conquistado na sua carreira profissional. Para estes, dá-se uma repriminção de aprendizagens, reeditam-se algumas vivências, constatando-se uma menor influência do internato nas suas personalidades. No caso dos alunos civis, ávidos de modelos e de referências que os inspirem, ocorre uma rutura com os interesses do passado, propiciando-se um amadurecimento fugaz das suas personalidades.

Na verdade, mais do que moldar, o internato revela. Revela para adestrar e mortifica aquilo que é incompatível. No mesmo juízo, o internato permite a aparição de si próprio, revelando o mau, o pérfido e a lacuna – e aí incide o poder de moldar. Insistindo, o internato filtra e expurga o que está a mais e molda a personalidade com primor. Como causa, a permanente sensação de vigilância age sobre o comportamento, desvenda e põe a nu o segredo, o ilícito e o desvio. Devido ao processo de normalização grupal, e até pelos boatos veiculados pelos alunos, os cadetes preservam uma linha de comportamento cívico,

cordato e de elevada sobriedade. Como tal, o internato promove uma convivência que desnuda, em primeiro, e modela, de seguida.

Hipótese 4: O regime de internato favorece o desenvolvimento do espírito de corpo.

Por princípio, o internato, preenchido de um grupo restrito de cadetes e contemplando um ensino com particularidades únicas, ajudaria a reforçar a entreajuda e a cooperação entre todos (Dornbusch, 1955). Como objeção a esta afirmação, o convívio continuado degenera-se à medida que o tempo passa, provocando o litígio. Pelo menos, a superação de adversidades em conjunto fomenta a união, fortalece a coesão interna do grupo e um sentimento robusto de camaradagem, tal qual irmãos de um sofrer (V. Ferreira, 2008). Em todo o caso, o internato potencia o conflito, mas oferece o contexto para a solução; incentiva a discórdia e o diferendo, mas dá bases para o consenso e para a tolerância.

Com efeito, a homogeneização que se inculca nas instituições totais tem um denominador comum: as vivências. Consequentemente, o espírito de corpo alcança-se, acima de tudo, à custa de um fluxo de vivências torrenciais que o internato determina. Os indivíduos dirigidos tornar-se-ão num corpo dirigente, pelo que o espírito do corpo dirigente constrói-se a partir de um passado de indivíduos dirigidos comum e de uma matriz de valores intemporais. Exemplo disso é o léxico institucional que extravasa gerações, no qual se inclui a expressão *olhar para o infinito*. Longe de constituir um enunciado presunçoso, o internato forma uma elite, edifica o cunho do oficial de polícia – em sentido figurado, cria o fenótipo do oficial de polícia.

Como recomendações futuras, levantaram-se questões no decurso da investigação que, não obstante o seu interesse assumido, não cabiam no objeto desta. Com extremo relevo, há que estudar com profundidade a fase de transição para o mundo externo – a *extituição* (Altoé, 1990; Collet-Sabé, 2013), isto é, compreender se o internato salvaguarda a saída da academia, se permite uma boa integração na carreira futura em que se servirá a sociedade mais ampla. Subsequentemente, com esta panorâmica interdisciplinar, reunir-se-iam as condições para balançar os prós e contras da adoção do regime de internato.

Noutra dimensão, recolhendo testemunhos de oficiais de polícia em funções, importaria aferir se as vivências do internato são efetivamente duradouras, analisando se a experiência de internato se prolonga na memória individual e coletiva – o recalque institucional. De modo suplementar, urge um estudo mais centrado em toda a amplitude da formação do oficial de polícia. Existindo um currículo formal, proveniente de um plano dos conteúdos a ministrar, insinua-se que a formação se compõe, com maior predominância,

de um currículo oculto, enraizado mas não catalogado, presente em atitudes, comportamentos, práticas e discursos institucionais.

Quanto às limitações da investigação, como se trata de um estudo de foro original e pioneiro será, por isso, sempre preliminar. As conclusões aqui constantes configuram apenas postulados prováveis, aliás, como qualquer trabalho científico. Com um conteúdo inovador, a par da natureza eminentemente teórica do fenómeno em estudo, a percepção dos oficiais do corpo de alunos e dos professores complementaria a visão desta pesquisa e torná-la-ia mais fecunda, ainda que se adivinhasse inviável pela limitação do número de páginas e pela dimensão de uma investigação de mestrado. Algo a aprofundar por estudos ulteriores, na sequência deste.

Em conclusão, os cadetes são “o novo olhar” e empunham “o gládio da razão”, citando o hino dos cadetes do Instituto. A expressão *o cadete não pensa* – ouvida durante a formação e lembrada por um dos entrevistados – contraria drasticamente a afirmação anterior. De modo distinto, a exortação de *olhar para o infinito* pede a cabeça hirta, o corpo ereto e um olhar perfeitamente projetado, enfim, “uma retórica corporal da honra” (Foucault, 1999, p. 117). Representa, portanto, a obediência e o respeito hierárquico que se inculca numa academia policial, mas sempre com elevação. Sintetizando, os cadetes de hoje são os oficiais de polícia de amanhã e sugere-se que os oficiais de polícia de hoje são os cadetes de sempre – este raciocínio explica e sustenta o fenótipo do oficial de polícia criado pelo internato.

Bibliografia

- Almeida, F. (1999). *1984/1999, 15 anos ao serviço de Portugal* (1ª ed.). Lisboa: Escola Superior de Polícia.
- Almeida, M. I., & Oliveira, V. L. (jan./jun. de 2004). Primeiros passos - O início de um projecto de apoio psicoeducacional aos alunos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). *Politeia*, 119-140.
- Altoé, S. (mar./mai. de 1990). Internato de Menores - Educar para (De)Formar? *Fórum Educ.*, 50-76.
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Begonha, M. (1992). *Papel da motricidade humana na definição do perfil sociológico do oficial de polícia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Behaghel, L., Chaisemartin, C. d., Charpentier, A., & Gurgand, M. (2013). *Les effets de l'internat d'excellence de Sourdu sur les élèves bénéficiaires: résultats d'une expérience contrôlée*. Paris: Institut des Politiques Publiques.
- Beins, B. C. (2014). *Successful research projects: a step-by-step guide*. USA: Sage Publications.
- Benelli, S. (jul./dez. de 2002). O internato escolar como instituição total: violência e subjetividade. *Psicologia em Estudo*, 7, 19-29.
- Benelli, S. (2004). A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Estudos de Psicologia*, 237-252.
- Benelli, S. (2015). *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. São Paulo: Unesp Digital.
- Benelli, S., & Costa-Rosa, A. (2003). Estudo sobre a formação presbiteral num seminário católico. *Estudos de Psicologia*, 20, 99-123.
- Bengtsson, S., & Büllow, P. (2016). The myth of the total institution: Written narratives of patients' views of sanatorium care 1908-1959. *Social Science & Medicine*, 54-61.
- Bergamini, C. (mai./jun. de 1994). Liderança: a administração do sentido. *Revista de Administração de Empresas*, 34, 102-114.
- Borges, F. (2014). Competências do gestor e do líder. Estudo de caso. *Economia & Empresa*, 89-120.
- Boudon, R., Besnard, P., Cherkaoui, M., & Lécuyer, B.-P. (2002). *Dicionário Temático Larousse Sociologia*. (A. P. Ribeiro, Trad.) Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 77-101.
- Camara, P., Guerra, P., & Rodrigues, J. (2013). *Humanator XXI. Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*. Lisboa: Dom Quixote.
- Chaves, C. (1997). *Comando e Liderança*. Lisboa: Escola Superior de Polícia.
- Clemente, P. (24 de janeiro de 2014). A Formação de Oficiais de Polícia: uma perspetiva custo-benefício. (C. Sousa, Entrevistador). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Clemente, P. (2016). *Ética Policial - Da eticidade da coacção policial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Collet-Sabé, J. (mai./ago. de 2013). From Total Institution to exitution? Discussions on the future of monastic life in the Benedictine women's monasteries of Catalonia (Spain). *Revista Internacional de Sociología*, 71, 335-356.
- Conceição, J. (dez. de 2014). Permanência e configurações dos internatos em Sergipe (século XX). *Cadernos do Tempo Presente*, 60-84.
- Conceição, J. (mai./ago. de 2015). Ampliando o olhar sobre os internatos escolares. *Tempos e Espaços em Educação*, 8, 209-218.
- Conti, N., & Nolan, J. (jun. de 2005). Policing the Platonic Cave: Ethics and Efficacy in Police Training. *Policing & Society*, 15, 166-186.
- Crossman, A. (23 de junho de 2017). *Understanding Resocialization in Sociology. Definition, Discussion and Examples*. Obtido de ThoughtCo: <https://www.thoughtco.com/resocialization-3026522>.
- Cunha, M. I. (1991). Caracterização das relações entre os universos sociais de uma "instituição total" na cidade de Lisboa: o Hospital Júlio de Matos. Em A. Lopes, S. Bastos, M. Cunha, C. Medeiros, & M. Coelho, *Do desvio à instituição total. Subcultura, Estigma, Trajectos* (pp. 119-145). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Dias, J. (28 de dezembro de 2012). Força, tiro e Eça: assim se forma um oficial. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2012/12/28/jornal/forca-tiro-e-eca-assim-se-forma-um-oficial-25814517>.
- Dornbusch, S. (1955). The Military Academy as an Assimilating Institution. *Social Forces*, 316-321.
- Drucker, P. (1993). *Management. Tasks, Responsibilities, Practices*. New York: Truman Talley.
- Drucker, P., & Maciariello, J. (2008). *Management*. New York: HarperCollins.

- Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. *International Journal of Qualitative Methods*, 1-11.
- Ferreira, M. (2012). Polissemia do conceito de instituição total: diálogos entre Goffman e Foucault. *Ecos*, 2, 75-86.
- Ferreira, V. (5 de abril de 1994). O furacão que desceu a terra.
- Ferreira, V. (28 de janeiro de 1996). Vergílio Ferreira: Retrato à Minuta. (D. Andringa, & M. Soares, Entrevistadores).
- Ferreira, V. (2008). *Manhã Submersa*. Lisboa: Quetzal.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder* (13ª ed.). (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir*. (R. Ramalhete, Trad.) Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, E. (1961). *Asylums - Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. New York: Anchor Books.
- Goffman, E. (2002). *A representação do eu na vida quotidiana* (10ª ed.). (M. Raposo, Trad.) Petrópolis: Editora Vozes.
- Guerra, L. (21 de janeiro de 2014). A Formação de Oficiais de Polícia: uma perspetiva custo-benefício. (C. Sousa, Entrevistador). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Guigue, M., & Boulin, A. (out./dez. de 2016). O Internato Escolar: limites e paradoxos de uma instituição total. *Educação & Realidade*, 985-1003.
- Guittet, A. (1998). *Développer les compétences. Par une ingénierie de la formation* (2.ª ed.). Paris: ESF.
- Hogg, M. (2005). Social Identity and Leadership. Em D. Messick, & R. Kramer, *The Psychology of Leadership* (pp. 53-81). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ignatieff, M. (1987). Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, 185-193.
- Kant, I. (2009). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70.
- Kotter, J. P. (dez. de 2001). What Leaders Really Do. *Harvard Business Review*, 1-12.
- Leal, G. (abr./jun. de 2013). Socialização em uma instituição total: implicações da educação em uma academia militar. *Educ. Soc.*, 34, 389-406.
- Levy-Leboyer, C. (2001). *La gestión des compétences*. Paris: Éditions d'Organisation.
- Lourenço, E. (1999). 25 Portugueses. (L. Osório, Entrevistador) Lisboa: Editorial Notícias.

- Marques, F. (2003). O modelo arquitectónico dos novos liceus. Em F. Marques, *Os Liceus do Estado Novo. Arquitectura, Currículo e Poder* (pp. 107-129). Lisboa: Educa.
- Martins, C. (2010). A Casa Pia como Instituição Total e o governo do aluno surdo. *Educação, Sociedade & Culturas*, 95-111.
- Mason, M. (set. de 2010). Sample Size and Saturation in PhD Studies Using Qualitative Interviews. *Forum: Qualitative Social Research*, 11, 1-19.
- Mertens, D. M. (1998). *Research Methods in Education and Psychology: Integrating diversity with qualitative & quantitative approaches*. USA: Sage Publications.
- Messick, D. (2005). On the Psychological Exchange Between Leaders and Followers. Em D. Messick, & R. Kramer, *The Psychology of Leadership* (pp. 81-97). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Moreira, J. (1994). *Vidas encarceradas: estudo sociológico de uma prisão masculina*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Morse, J. (jan. de 2000). Determining Sample Size. *Qualitative Health Research*, 10, 3-5.
- Motta, F. (1981). O Poder Disciplinar nas Organizações Formais. *Revista de Administração de Empresas*, 33-41.
- Moura, E. d. (2000). *Gestão dos Recursos Humanos. Influências e Determinantes no Processo*. Lisboa: Sílabo.
- Muga, H. (2006). *Psicologia da Arquitectura*. Gailivro.
- Neves, T. (2007). A defesa institucional numa instituição total: o caso de um centro de internamento de menores. *Análise Social, XLII*, 1021-1039.
- Nietzsche, F. (1997). *Genealogia da Moral* (7ª ed.). (C. J. Meneses, Trad.) Lisboa: Guimarães Editores.
- Nova Enciclopédia Larousse*. (1998). Círculo de Leitores.
- Nunes, S. (1999). *A Função do Comando de Esquadra - Gerir/Liderar/Comandar*. Lisboa: ISCPSI.
- Paymal, F. (2008). *La construction identitaire de l'élève officier à l' Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (I.S.C.P.S.I). Ecole supérieure de police portugaise*. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Pereira, A. (2004). Concepções e práticas metodológicas em diferentes paradigmas de investigação. Em L. Oliveira, A. Pereira, & R. Santiago, *Investigação em Educação. Abordagens Conceptuais e Práticas* (pp. 47-58). Porto: Porto Editora.

- Pereira, M. (2007). *Ópticas de Poder*. Prova Final de Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura, Coimbra.
- Pigeau, R., & McCann, C. (2002). Reconceptualizing command and control. *Canadian Military Journal*, 53-54.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trads.) Lisboa: Gradiva.
- Rabaça, A. (2011). *Entre o corpo e a paisagem*. Coimbra: e|d|arq.
- Rodrigues, C. (2007). *Integração dos estudantes no ISCPsi: um estudo preliminar*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Rosinha, A. (2009). *Conhecimento tácito em contexto militar (incursões na promoção do desenvolvimento de competências de comando)*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Rouco, J. (2012). *Modelos de gestão de desenvolvimento de competências de liderança em contexto militar*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Saraiva, A. (2017). *Vergílio Ferreira, Seminarista nos Seminários do Fundão e da Guarda*. Porto: Exclamação.
- Scott, S. (2011). *Total Institutions and Reinvented Identities*. London: Palgrave Macmillan.
- Silva, A. (1999). *Oficiais de Polícia. Formação e Carreiras - Subsídios para análise do Curso de Formação de Oficiais de Polícia da Polícia de Segurança Pública*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Silverman, D. (2005). *Doing Qualitative Research* (2ª ed.). London: Sage Publications.
- Sousa, C. (2014). *A formação de oficiais de polícia: uma perspetiva custo-benefício*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Sousa, V. (2009). A formação da polícia - o desejado equilíbrio entre o que se ensina e o que é necessário saber. Em M. M. Valente, *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida* (pp. 329-351). Coimbra: Almedina.
- Stevens, G., Rosa, F., & Gardner, S. (1994). Militar Academies as Instruments of Value Change. *Armed Forces & Society*, 20, 473-484.
- Stroobants, M. (1993). *Savoir-faire et compétences au travail. Une sociologie de la fabrication des aptitudes*. Bruxelles: Institut de Sociologie.
- Torres, J. M. (outubro/novembro de 2014). Rubrica. *Boletim - Newsletter*. (ISCPsi, Entrevistador).

- Vaismoradi, M., Turunen, H., & Bondas, T. (2013). Content analysis and thematic analysis: Implications for conducting a qualitative descriptive study. *Nursing and Health Sciences*, 398-405.
- Valente, M. (2003). *Prisão - A Metamorfose da Benevolência*. Lisboa: Almedina.
- Valente, M. (28 de dezembro de 2012). Força, tiro e Eça: assim se forma um oficial. (J. Dias, Entrevistador) Obtido de <https://www.publico.pt/2012/12/28/jornal/forca-tiro-e-e-eca-assim-se-forma-um-oficial-25814517>.
- Xavier, S. (2013). Em diferentes escalas: a arquitetura do Hospital-Colônia Rovisco Pais sob o olhar do médico Fernando Bissaya Barreto. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 983-1006.

Legislação

- Lei n.º 5/90, de 20 de fevereiro. *Diário da República n.º 43/1990 – Série I*. Lisboa: Assembleia da República, 670-684.
- Lei n.º 5/99, de 27 de janeiro. *Diário da República n.º 22/1999 – Série I - A*. Lisboa: Assembleia da República, 443-465. (Revogado).
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República n.º 168/2007 – Série I*. Lisboa: Assembleia da República, 6065-6074.
- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro. *Diário da República n.º 174/2007 – Série I*. Lisboa: Assembleia da República, 6358-6389.
- Decreto-Lei n.º 423/82, de 15 de outubro. *Diário da República n.º 239/1982 – Série I*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 3392-3397. (Revogado).
- Decreto-Lei n.º 288/83, de 22 de junho. *Diário da República n.º 141/1983 – Série I*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2225-2226.
- Decreto-Lei n.º 129-B/84, de 27 de abril. *Diário da República n.º 98/1984 – Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, das Finanças e do Plano e da Educação, 1420.
- Decreto-Lei n.º 48/86, de 13 de março. *Diário da República n.º 60/1986 – Série I*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 608-609.
- Decreto-Lei n.º 104/86, de 19 de maio. *Diário da República n.º 114/1986 – Série I*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 1179.

Decreto-Lei n.º 318/86, de 25 de setembro. *Diário da República* n.º 221/1986 – Série I.
Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2721-2726. (Revogado).

Decreto-Lei n.º 43/93, de 20 de fevereiro. *Diário da República* n.º 285/1993 – Série I - A.
Lisboa: Ministério da Administração Interna, 720.

Decreto-Lei n.º 402/93, de 7 de dezembro. *Diário da República* n.º 43/1993 – Série I - A.
Lisboa: Ministério da Administração Interna, 6794-6797. (Revogado).

Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de outubro. *Diário da República* n.º 192/2009 – Série I.
Lisboa: Ministério da Administração Interna, 7139-7147.

Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. *Diário da República* n.º 204/2015 – Série I.
Lisboa: Ministério da Administração Interna, 9054-9086.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de fevereiro. *Diário da República*
n.º 50/2002 – Série I - B. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1669-1671.

Portaria n.º 298/94, de 18 de maio. *Diário da República* n.º 115/1994 – Série I - B. Lisboa:
Ministérios da Administração Interna e da Educação, 2656-2658. (Revogado).

Portaria n.º 101/95, de 2 de fevereiro. *Diário da República* n.º 28/1995 – Série I - B. Lisboa:
Ministérios da Administração Interna e da Educação, 654-656 (Revogado).

Portaria n.º 937/2000, de 30 de junho. *Diário da República* n.º 149/2000 – Série II. Lisboa:
Ministério da Administração Interna, 11065-11068. (Revogado).

Portaria n.º 230/2010, de 26 de abril. *Diário da República* n.º 80/2010 – Série I. Lisboa:
Ministério da Administração Interna, 1368-1370. (Revogado).

Portaria n.º 123/2011, de 30 de março. *Diário da República* n.º 63/2011 – Série I. Lisboa:
Ministério da Administração Interna, 1732-1746.

Portaria n.º 294/2016, de 22 de novembro. *Diário da República* n.º 224/2016 – Série I.
Lisboa: Ministério da Administração Interna, 4075-4100.

Despacho n.º 7902/2010, de 5 de maio. *Diário da República* n.º 87/2010 – Série II. Lisboa:
Ministério da Administração Interna, 23820-23824.

Plano Estratégico do ISCP/SPSI 2017-2020, de 25 de janeiro. Lisboa: Instituto Superior de
Ciências Policiais e Segurança Interna.

Apêndices

Apêndice A – Pedidos de autorização

Fátima Da Conceição Caires Nunes

De: Gonçalo Rafael Dos Santos Neves
Enviado: segunda-feira, 8 de Janeiro de 2018 22:07
Para: ISCPSI - Direcção Ensino
Assunto: Solicitação de dados para Dissertação

Categorias: Veiga; Fátima

Boa noite

Abaixo segue solicitação de dados a remeter ao Diretor do ISCPSI, Superintendente-Chefe Pedro Clemente.

Grato.

Exmo. Diretor do ISCPSI
Superintendente-Chefe Pedro Clemente,

Atendendo à realização da Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, no âmbito do CFOP, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência, que se digne a autorizar a cedência dos dados seguintes:

Número de cadetes-alunos de **nacionalidade portuguesa** a frequentar o ISCPSI (do 1.º ao 4.º ano, **inclusivamente**), especificando o número:

- 1) por ano de frequência (1.º, 2.º, 3.º, 4.º);
 - 1.1.) por género (masculino e feminino);
 - 1.1.1.) por regime de frequência do curso (internato ou externato);
 - 1.1.1.1.) por condição (vínculo policial ou civil).

Antecipadamente grato, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Gonçalo Neves
Aspirante a Oficial de Polícia
3007/15590
grneves@psp.pt

Despacho
1. Visto.
2. Autorizado.
Data 22.01.2018

Pedro José Lopes Clemente Superintendente-Chefe DIRETOR

P.

Fazer o 2º despacho
e S. Ex. o DNA/R
assinado pelo Ex. Sr
Diretor do ISCPSI

09.01.2018

O Diretor Ex. Sr

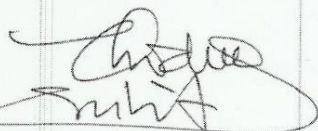


Imagem I - Autorização de cedência de dados

Gonçalo Rafael Dos Santos Neves

De: ISCPSI - Direcção Ensino
Enviado: 20 de fevereiro de 2018 14:24
Para: Gonçalo Rafael Dos Santos Neves
Cc: Nuno Ricardo Pica Dos Santos
Assunto: RE: Pedido de autorização para aplicação de entrevistas

Sinal. de seguimento: Sinalizar para acompanhamento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Exmo. Sr. Aspirante

Encarrega-me o Exmo. Sr. Diretor de Estágio Comissário Nuno Pica dos Santos, de informar V. Ex.^a que o seu pedido conforme e-mail infra foi autorizado pelo Exmo. Diretor do ISCPSI.

Cordiais Cumprimentos

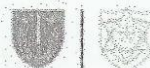
Joaquim Augusto Leite Veiga

Agente Principal
Direção de Ensino

Rua 1.º de Maio, n.º 31 1049-010 Lisboa | PORTUGAL
Tel: (+351) 21 364 32 00 | Email: joaquim@iscpsi.pt

www.facebook.com/ISCPSI | www.instagram.com/iscpsi

POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

www.iscpsi.pt | geral@iscpsi.pt

PT

De: Gonçalo Rafael Dos Santos Neves
Enviada: terça-feira, 6 de Fevereiro de 2018 15:03
Para: ISCPSI - Direcção Ensino
Assunto: Pedido de autorização para aplicação de entrevistas

Exmo. Diretor do ISCPSI
Superintendente-Chefe Abílio Vieira,

Atendendo à realização da Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência, que se digne a autorizar a aplicação de entrevistas a 16 (dezasseis) cadetes-alunos de nacionalidade portuguesa, do 1.º ao 4.º ano, que frequentam o Curso de Formação de Oficiais de Polícia em regime de internato.

Esta técnica de recolha de dados tem por objetivo refletir sobre as particularidades da vida em internato no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança e Interna e, por efeito, compreender o seu contributo na formação do oficial de polícia.

Anexa-se o respetivo guião de entrevista.

Antecipadamente grato, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Gonçalo Neves
Aspirante a Oficial de Polícia
3007/15590
grneves@psp.pt

Apêndice B – Caracterização do universo e da amostra

	Masculino		Feminino		
	Policial	Civil	Policial	Civil	
1.º Ano	7	13	4	6	
2.º Ano	4	15	1	4	
3.º Ano	6	9	2	5	
4.º Ano	2	10	2	7	
TOTAL	19	47	9	22	97

Tabela I - Universo de cadetes-alunos de nacionalidade portuguesa em regime de internato

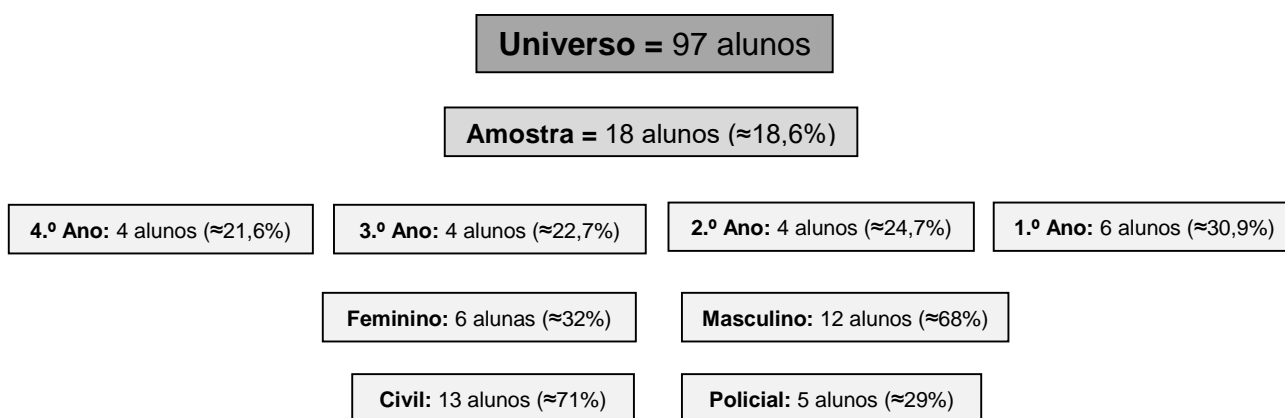


Diagrama V - Caracterização da amostra

Apêndice C – Guião de entrevista

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



GUIÃO DE ENTREVISTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

***OLHAR PARA O INFINITO:* A VALIA DO INTERNATO NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE POLÍCIA**

A entrevista tem um formato semiestruturado e será aplicada a cadetes-alunos de nacionalidade portuguesa, do 1.º ao 4.º ano, que frequentam o Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) em regime de internato. Seguem-se as questões orientadoras para que o entrevistado reflita sobre as particularidades da vida em internato, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança e Interna (ISCPSI), e ajude o entrevistador a compreender o seu contributo na formação do oficial de polícia.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: **VÍNCULO POLICIAL:**

1.º BLOCO TEMÁTICO: O internato no ISCPSI

- 1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?
- 1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?
- 1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

2.º BLOCO TEMÁTICO: Os oficiais do corpo de alunos e os cadetes

- 2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?
- 2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?
- 2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

3.º BLOCO TEMÁTICO: A individualidade na uniformidade

- 3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?
- 3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?
- 3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

4.º BLOCO TEMÁTICO: O fechamento e o *lá-fora*

- 4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?
- 4.2. O que representa para ti o fim de semana?
- 4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

5.º BLOCO TEMÁTICO: A arquitetura do olhar

- 5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento inadequado pode ser observado superiormente?
- 5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais *à-vontade*? Quais?
- 5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

6.º BLOCO TEMÁTICO: O tempo disciplinar

- 6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?
- 6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?
- 6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

7.º BLOCO TEMÁTICO: O quotidiano institucional

- 7.1. Qual a utilidade das formaturas?
- 7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?
- 7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

8.º BLOCO TEMÁTICO: Teor reflexivo

- 8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?
- 8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?
- 8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

Apêndice D – Termo de consentimento informado

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Este documento vincula-se ao estudo de título “*Olhar para o Infinito: A Valia do Internato na Formação do Oficial de Polícia*” da autoria de Gonçalo Rafael dos Santos Neves, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3007/155990, no âmbito da Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, curso ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

A investigação em causa obedece a uma metodologia qualitativa, aplicando entrevistas semiestruturadas como técnica de recolha de dados. O conteúdo das questões colocadas relaciona-se com a vivência em regime de internato no curso de formação de oficiais de polícia. O entrevistado consente, de forma livre, esclarecida e informada, a gravação de áudio, na condição de se proceder à destruição da mesma logo após o seu tratamento.

A participação neste estudo tem carácter voluntário. Garante-se total confidencialidade das respostas. Durante o processo de transcrição, o anonimato será rigorosamente preservado, removendo-se as referências explícitas que permitam a identificação de algum dos participantes, aquando da publicação.

Por outro lado, o investigador compromete-se a guardar os dados recolhidos em condições seguras de armazenamento, não autorizando a partilha com terceiros. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para os fins da investigação aqui mencionada.

Assinatura: _____

Data: _____

Apêndice E – Entrevistas

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

A: No início quando entramos aqui, estamos um bocado à parte dos cursos todos. Sentimo-nos um pouco fora do nosso ambiente. Com o passar dos tempos aqui dentro, e à medida que vamos conhecendo outros cursos e quebrando o gelo com o nosso próprio curso, vamo-nos começando a sentir em casa. Quebrar o gelo com o nosso curso é fácil; com os outros cursos há sempre aquela barreira, especialmente no início. Com aqueles pormenores todos de fazer sentido quando os outros cadetes passam, mal falamos. Agora já me sinto muito mais integrado do que me sentia quando entrei aqui.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

A: Aqui dentro, acho que o principal das atividades é em grupo: os desportos, os trabalhos em grupo. O facto de estarmos praticamente sempre em grupo faz com que haja uma dinâmica de grupo entre a companhia toda.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

A: Em primeiro, tinha gente mais nova do que eu que tinha de tratar por “você”. Eu trato uma pessoa com respeito tratando-a por “tu”. Causou-me um bocado de estranheza, essa foi a primeira barreira. Depois, todo o ritmo e a imposição – e bem – do espírito de corpo, de grupo, de sermos um curso, de tentar limar todas as arestas porque há sempre pessoal que tem um espírito diferente, não tanto de trabalho de equipa. Juntar isso tudo e tentar formar um curso coeso que consiga ultrapassar as dificuldades que todos passamos. O saber lidar com pessoas diferentes, somos quarenta e cinco no meu ano e temos que nos adaptar todos uns aos outros.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

A: Do que eu vejo, quem interage mais com os oficiais, além dos chefes de curso de cada ano, são mais os cadetes do quarto ano. Creio que esse contacto vai crescendo ao longo dos anos. No primeiro ano há pouco contacto, é mais com o oficial tutor que nos vem dar a ICAL. Pelo que me apercebi até agora, vai aumentando ao longo dos anos.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

A: Acho que é um contacto muito distante. Não há uma proximidade muito elevada, até pela hierarquia que existe dentro da polícia. Causam uma separação de propósito entre os cadetes e os oficiais.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

A: É um papel importante, uma vez que já estão cá há mais tempo, já têm uma experiência muito maior do que é este trabalho, do que nos espera *lá-fora*. Mais do que as cadeiras que temos aqui dentro, ouvir a experiência de uma pessoa que já sabe os problemas que vamos ter *lá-fora*, essa transmissão de conhecimentos enriquece em muito a nossa formação enquanto cadetes e prepara-nos melhor quando chegarmos como subcomissários *lá-fora*. Acho que falta um bocado essa vertente, de apostar numa vertente mais prática, numa passagem de conhecimentos entre oficiais e futuros oficiais, todos sairiam a ganhar.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

A: No primeiro ano, acho que é mesmo esse o objetivo deles. Tentarem moldar consoante aquilo que a instituição quer. Por isso é que no primeiro ano não há regime de externato sequer. Assim que passamos para o segundo ano, já há uma maior abertura, já há mais saídas. Acho que o regime de internato cria laços para a vida, mas também é preciso haver uma separação dentro do curso, passamos muitas horas juntos a vermo-nos sempre, e é natural que cause alguns atritos. Estar sempre a ver as mesmas pessoas durante vinte e quatro horas é um bocado complicado. Acontece isso, por exemplo, nos submarinos em que há algumas picardias normais e aqui, passo a analogia, não é num tubo, mas é num edifício. Sinceramente, o internato cria espírito de corpo, mas também é preciso saber que temos de separar-nos um pouco de vez em quando.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

A: Dos camaradas do meu quarto, com quem estamos mais próximos no primeiro ano, tentamos corrigir-nos uns aos outros, já sabemos que vamos sempre errar, isso é normal. Dentro do curso todo, o procedimento habitual é ver um erro, falarmos com a pessoa diretamente e explica-se o que ela deverá corrigir para não voltarem a ocorrer esses erros.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

A: A minha maneira de ser não mudou, está igual. Sempre fui a pessoa que sou aqui neste momento. Agora, em termos de dinâmicas de grupo e espírito de corpo, isso senti uma alteração. Sempre gostei de trabalhar em equipa, mas passar pelas mesmas dificuldades de um curso inteiro, cria sempre laços diferentes. Nesse aspeto, foi uma experiência bonita que vivemos e que estou a viver ainda.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

A: Já estava habituado a ter amigos com vidas diferentes, que têm sempre a vida ocupada. Aos fins de semana, que é quando nós podemos sair, tentamos fazer um esforço para nos vermos, se bem que às vezes é difícil porque tenho testes ou porque outro tem estágio. Causa dificuldades em acompanhar amigos que tínhamos e que temos *lá-fora*, mas é difícil porque nós não mandamos na nossa vida à semana, de segunda à sexta, como eles *lá-fora* têm a oportunidade de fazer. A parte da família, então, é para esquecer, falamos ao telefone, mas perde-se sempre vivências de semana com a família. Em certo ponto, corta-se um pouco os laços com a família por não estarmos presentes. O tempo também é pouco e não dá para ligar a toda a gente. O tempo do fim de semana não dá para “apagar todos os fogos”, mas são sacrifícios.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

A: Quando chega a sexta-feira é o melhor dia da semana, em que vamos para casa e saímos deste ambiente rotinado. É um escape, por assim dizer. É uma oportunidade para fazermos aquilo que gostamos de fazer sem ter de estar à “hora x” num local, ou sem nos dizerem que temos de fazer isto ou aquilo. É um escape da vida aqui dentro, uma forma de voltarmos a ganhar contacto com a família e de pôr as informações em dia, de passar tempo com eles que é importante.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

A: No início, vinha para aqui com um sentimento, não de tristeza, mas não vinha contente. Mais uma semana de integração, de horas sem dormir. Mas agora, já é um sentimento diferente, já estamos mais habituados, mais integrados, já pensamos que é mais uma semana de trabalho e que vai passar num instante...e passa felizmente.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

A: Sim, claramente. Uma pessoa quando está nos claustros, aquilo tem tantas janelas, parece que está sempre alguém à espreita e a ver se nos estamos a comportar como deve ser. Em certo ponto, influencia o modo como nos comportamos porque não sabemos se nos estão a ver e quem nos está a ver. Quando estamos todos juntos “baixamos a guarda”, começamos a ter um comportamento mais à-vontade. Mas se passa algum oficial, voltamos logo a recompor-nos, porque há sempre um comportamento que eles querem que se mantenha. Nós estamos *cá-dentro* e temos de cumprir.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

A: Os nossos quartos. Dentro de um espaço que não é nosso, aquele acaba por ser o nosso espaço. Portanto, principalmente o quarto. Diria também a sala de aula, a sala de cadetes e a messe que é o momento mais descontraído do dia em que podemos estar todos a conversar.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

A: Normalmente, quando alguém *vai-lá-acima* é porque cometeu algum erro ou fez alguma coisa. Portanto, vai ter um encontro com os oficiais, vai ter uma apresentação a um oficial. Não é coisa boa, de certeza.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

A: Sim, claramente, até porque nós levantamo-nos muito cedo e deitamo-nos tarde. O dia parece que se estica, precisamente porque temos essa diferença tão grande de horários. O internato acaba por influenciar ainda mais isso, porque como não saímos do ambiente onde trabalhamos, o dia parece que nunca mais acaba.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

A: Tenho a roupa toda pronta do dia anterior. De manhã, as coisas para fazer a barba e de higiene já estão todas preparadas e prontas, é só pegar. A roupa está já estruturada, a camisa fica já dentro do pulôver. É só vestir, aproveitamos isso. Na altura da integração, tinha tudo pronto no cabide. Sou capaz de acordar um pouco mais cedo. De manhã, combinávamos, havia dois turnos: uns começavam por fazer a barba, outros por tomar banho, e depois trocávamos para não perder tempo à espera. Havia malta que tomava banho na noite anterior para ser menos um a ocupar a casa de banho de manhã.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

A: Aqui é complicado planear a semana, porque a qualquer momento o planeamento que nos mandam acaba por alterar-se. Muitas vezes marquei o barbeiro e tive que ir desmarcar outras tantas, porque à última da hora aparecia alguma coisa para irmos fazer e os planos iam “por água abaixo”. Aprendi aqui a não planear muito à frente. Um cadete mais antigo disse-me uma vez que “aqui é dia a dia, mas eu digo-te mais: é hora a hora”. Na altura estranhei, mas já percebo e concordo completamente. Não vale a pena estar na segunda-feira a planear para quarta ou quinta, porque podemos sair com os planos furados.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

A: Acho que é um momento para o oficial que recebe a formatura, se mandar abrir fileiras, conseguir ver se a companhia se encontra de acordo com os parâmetros que nos são exigidos. É um procedimento habitual dentro das forças de segurança e armadas, que serve também para pôr os cursos divididos na parada, mas também para ter a noção de quantos elementos temos, quanto estão de fora, o pessoal lesionado. Em resumo, é isto, mas há sempre um lado de estarmos a ser praxados. O primeiro ano é o último a comer e acabamos por ser praxados relativamente a outros cursos. Diria que é uma praxe para o pessoal mais recente.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

A: *Meter as patas*. Outra que me disseram foi para ter *cagança*, não no mau sentido, mas para ter orgulho naquilo que representamos e no que estamos a fazer. *A chuva cai de cima para baixo*, ensinaram-nos rapidamente e nós percebemos num instante o significado.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

A: Acho que é – pelo menos, era o que eu fazia quando me diziam isso – abstrair-me um bocado do momento, quase que desligar e estar ali em “piloto automático”. Naquele espaço de tempo, ficamos ali parados a olhar em frente, mas sem estar a ver nada. Estamos ali a ver, mas não estamos a ver absolutamente nada. Para mim, acabava sempre por ser uma introspeção e que dava para pensar nas coisas que tínhamos feito.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

A: Na faculdade é externato, as pessoas vão às aulas e quando acabam vêm embora para casa. Assim, nunca se tem um verdadeiro contacto com as pessoas,

é um local de trabalho. No fundo, estão desligados, não há cooperação, não há um espírito de equipa, não há camaradagem. Acho que era isso que se ia perder um bocado com o facto de, chegando à hora de almoço, o pessoal ir embora cada um para sua casa, seguindo a sua vida. Perdia-se um pouco da proximidade que acaba por haver entre todos nós. Há sempre uma proximidade diferente entre os vários anos, que é natural. O objetivo do internato é também esse: uma vez que vamos trabalhar *lá-fora* todos juntos, convém conhecermo-nos para nos podemos entreatujadar.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

A: Em primeiro, não gostaria de estar a empurrá-lo para uma determinada área só porque já estou na polícia ou onde quer que fosse. Se fosse realmente o desejo dele, dizia-lhe que já passei por isto, que iriam acontecer certas situações, que não iria ser fácil. Quando queremos uma coisa, temos de ir atrás dela, as coisas fáceis também não têm piada. Aconselharia, contando-lhe que me aconteceram coisas más – entre aspas – aqui dentro, mas que ganhei muito com esta experiência. Acho que quando uma pessoa experimenta este tipo de camaradagem e formação, acaba por gostar porque se criam laços interessantes com outras pessoas que não se desenvolvem em qualquer lado. Ganha-se um espírito de entreatujada benéfico para quando chegasse *lá-fora*, enquanto cidadão. Além das memórias, pois nunca se esquece o que se passa aqui dentro, adquirem-se novas formas de ver o que se passa na vida. Pelas coisas que se passam aqui dentro, podemos fazer uma introspeção, levar isso lá para fora e acaba por corrigir o que não fazemos tão bem ou mesmo defeitos que tenhamos.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

A: Eu acho que acaba por ser mais virado para o oficial de polícia. Aqui dentro, como este é o Instituto, é para formar oficiais de polícia. Acredito que se aposte mais nessa vertente, se bem que também não posso deixar de referir que também há sempre uma vertente cívica que acaba por estar ligada à profissão. Se um oficial de polícia não tiver o civismo dentro de si, não pode desempenhar bem a sua função. Diria que se aposta mais na parte do oficial de polícia, havendo também uma parte de formação pessoal, por assim dizer. Diria que há uma maior percentagem para o oficial de polícia, mas pelo menos entre companhia tenta-se que haja uma parte mais humana.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

B: Nalguns aspetos sim, noutros não. Em relação à camaradagem, sinto-me bastante à-vontade, sei que tenho todo o pessoal que preciso para me apoiar. Mas depois há sempre aquele sentimento de haver aqui pessoas com que não posso estar completamente à-vontade, por isso, não se tem aquele sentimento de total segurança.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

B: Penso que isso também depende um bocado da pessoa. Pelo menos fazendo uma introspeção, tenho reparado que estamos sempre acompanhados, raramente fazemos alguma coisa sozinhos. Mas mesmo dentro do meu curso, há pessoas que optam por estar mais sozinhas, por exemplo no estudo e afins. Eu tento ir pela parte do grupo. Com tanta gente à volta é sempre difícil estarmos sozinhos.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

B: Aquela semaninha inicial foi interessante, é o choque inicial que é preciso. Agora olhando para trás, vejo que não foi fácil, mas faz parte e leva uma pessoa a juntar-se muito mais ao grupo. A mudança que mais notei foi a completa falta de tempo nas semanas de integração, não ter tempo para fazer nada. Uma pessoa quer estudar e não consegue. Na integração, se temos cinco minutos de descanso, alguém nos arranja alguma coisa para fazer. No geral, no Instituto é sempre assim, mas na integração ainda é mais acentuado.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

B: Eu pessoalmente, e vou assumir que seja toda a gente assim, é raro. E, quando acontece, também é por curtos períodos de tempo, não há grande interação.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

B: Isso também depende do oficial em questão. Há oficiais que não estão dispostos a ter uma interação com os alunos, enquanto outros que lecionam algumas unidades curriculares nos fazem sentir, não completamente à-vontade, mas um pouco mais à-vontade para falar extra-aula. Na minha opinião, depende do oficial, mas no geral há pouco à-vontade.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

B: Na parte das aulas, é dar aquelas unidades curriculares mais viradas para a atividade policial. Extra-aula, parece-me que é mais para dar aquela ideia do que é a polícia, como temos de comportar-nos, o que podemos fazer. Mas parece-me que certas vezes não é transmitido da forma correta, poderia melhorar o dar o exemplo, penso que por vezes poderia ser melhor. Toda a gente tem uma opinião que acho que está de acordo com a minha, certas atitudes fazem com que uma pessoa perca a legitimidade, e quando se perde a legitimidade, perde-se também o respeito por essa pessoa. Dizem-nos “faz assim!”, e depois fazem exatamente o oposto e isso faz com que o aluno deixe de respeitar aquela pessoa enquanto oficial, enquanto superior. Ou seja, vai cumprir apenas por ter de cumprir e não por carisma.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

B: No geral, penso que sim. Há sempre um ou outro caso em que não é tão dada a viver com outras pessoas, mas, no geral, considero que estarmos vinte e quatro sobre vinte e quatro horas juntos leva a que fiquemos muito mais próximos num curto espaço de tempo. A entreaajuda torna-se bastante visível.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

B: No nosso curso em específico, parece-me que, sempre que alguém pretende melhorar o comportamento de outra pessoa, toma uma forma direta, ou seja, diz-se na cara da pessoa o que é que acha que está a fazer mal e em que é que podia melhorar. Penso eu que ninguém devia ficar melindrado quando nos fazem uma crítica construtiva, pode não parecer-nos construtiva, mas no fundo trata-se disso. Quando a diplomacia falha, existem sempre outras formas. Não tenho observado muito, não estou a querer dizer que haja repercussões físicas... existe, por exemplo, “o nosso camarada fez isto mal, vamos todos encher juntos”, mas não passa disso. É uma boa forma de ele perceber que fez aquele erro, mas que todos os outros passaram sofrimento.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

B: As horas de sono, sem dúvida alguma. Em casa dormia oito horas e achava pouco, aqui se dormir seis num dia é espetacular. Também contribuiu para me ter tornado mais responsável. Ainda sou jovem, mas penso que já amadureci bastante nestes meses. De resto, penso que ainda está a melhorar. Só a questão de uma pessoa ser escolhida entre centenas e centenas já dá motivação e ânimo, uma pessoa fica muito mais desenrascada a todos os níveis: a questão de perder medos,

de ter muito mais confiança em falar com pessoas que supostamente são superiores hierárquicos que têm algum poder sobre nós, a questão de encararmos essas pessoas e termos uma voz também mudou bastante em mim. Tornei-me muito mais autónomo e revelaram-se certas capacidades que eu não tinha.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

B: Não por completo. Sempre que vou a casa, tento estar com amigos e eles têm uma atitude exatamente igual à que tinham. As pessoas, por enquanto, não olham muito para as estrelinhas no ombro, até porque o pessoal civil não sabe bem a diferença entre um oficial e um agente e, então, dizem-me “senhor agente”. Eu na brincadeira rio-me. De resto, mantém-se tudo igual, claro que os vejo muito menos vezes, falamos muito menos vezes, especialmente porque saí do secundário agora, estava com eles todos os dias, sete, oito horas por dia e de repente vejo-os uma hora por semana, quando é possível. Também por causa do internato que não facilita. Em relação a familiares, acho que cresceu um maior sentimento de respeito porque afinal veem que já não é aquele miúdo do secundário, já vai ser o oficial de polícia. Começaram a tomar-me mais como uma pessoa adulta.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

B: O fim de semana é ir a casa, também por ser de longe representa ter ainda menos tempo do que se tem no Instituto. Ou seja, chego a casa à noite de sexta-feira, é jantar tarde e mal com a família, pôr a roupa a lavar, sair com os amigos, domingo acordar, ir às compras e vir embora. Não dá para nada. A sexta-feira é o dia alegre do Instituto, toda a gente canta, toda a gente dança, só se está à espera daquela horinha em que nos dispensam.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

B: Não me tem custado assim muito sair de casa e vir para o Instituto. Há colegas meus que, por acaso, dizem que “não me apetecia nada ir”. Não me custa muito a parte de vir, a parte de sair de casa, mas a parte da viagem é horrível. Muita hora de viagem por fim de semana.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

B: Eu tenho sempre a noção de que a cada esquina poderá estar alguém a ver. E já aconteceu. Tento também andar preparado com uma posição de respeito e, se passar alguém, tomar as devidas deferências. Existe sempre – não diria receio – mas também não há o à-vontade de andar pelos corredores, porque pode aparecer

um oficial e temos de estar preparados para tudo. Certamente que é algo que nos faz pensar e agir de forma um pouco diferente, não tão à-vontade.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

B: Sim, existe sempre uma ou duas divisões que gostamos mais ou onde nos sentimos mais à-vontade, nomeadamente o meu quarto que, apesar de sermos doze pessoas, é um espaço em que toda a gente convive mas que não se tem grande receio de entrar lá alguém. Também a sala onde passamos grande parte do tempo e a sala de cadetes onde nos conseguimos abstrair um pouco deste ambiente fechado.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

B: Ah, isso sinceramente não sei, porque nunca fui chamado e espero não ser. Mas certamente não seria para me congratular. É para ir à direção tratar de algum assunto sobre o qual não sei, porque aqui no Instituto há sempre essa coisa de nunca ninguém saber nada, para o que é que vai.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

B: Tal como nos disseram na integração, aqui um dia dura por três e sente-se isso, porque acordamos, especialmente no primeiro ano, muito cedo e deitamo-nos muito tarde. Quando vamos almoçar, já fizemos coisas para um dia inteiro *lá-fora*, já tivemos muitas aulas, já tivemos que fazer coisas que ninguém faz *lá-fora*. Mesmo quando acabam as aulas e supostamente temos tempo livre, esse tempo livre é aparente, há sempre desportos, estudos, um trabalho, uma aula que não estava marcada e vai ser dada. Essas pequenas nuances é que tornam o dia maior do que aparenta, porque o horário tem uma coisa estipulada, mas passa-se outra.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

B: Sim, há sempre essas técnicas, têm de se utilizar, nomeadamente deixar a roupa preparada, a camisa sai ao mesmo tempo que o pulôver para não ocupar tempo. Há outras técnicas de ter tudo organizado no espaço certo para saber o que vestir, quando vestir, para qualquer eventualidade em que nos digam para trocar de fardamento. Em relação ao quarto propriamente dito não é fácil vivermos doze, há sempre uma luz ligada, uma pessoa a falar alto e é imperativo os tampões para os ouvidos, sem eles não dá para dormir, e, de resto, uma pessoa vai-se habituando. Os horários já tentava cumprir *lá-fora*, mas há pessoas que tiveram que melhorar bastante a pontualidade, o relógio é essencial. Penso que são características que qualquer pessoa, mesmo não sendo oficial de polícia, deve possuir.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

B: Aqui temos o planeamento já definido, o planeamento dos desportos, o horário não se altera. O que se altera são sempre as atividades que aparecem à última da hora que ninguém está à espera, que vão trocar por completo os horários. Uma pessoa tenciona fazer o trabalho à hora tal, mas à última hora alguém diz que temos de ir para a sala, ter uma reunião, ter uma aula de substituição. Há sempre alguma coisinha que vai alterar a semana e estraga o planeamento.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

B: Penso que a formatura em si não é um ponto negativo. É uma forma de criarmos uma postura correta, de oficial. Mas o número de formaturas e a hora talvez não sejam os mais indicados. Uma pessoa janta às sete da tarde, um cadete de primeiro ano sai da messe às sete e cinquenta, oito, começa a estudar às oito e meia e tem uma pausa às nove e meia da noite que vai estragar por completo o ciclo de estudo. Estamos concentrados numa tarefa, temos planeado fazer essa tarefa, estudar uma determinada matéria e temos uma interrupção que vai estragar por completo esse planeamento. Depois da formatura, uma pessoa tem que começar a preparar-se para ir à cama, mas mesmo assim acabamos sempre por nos deitar tarde porque aparece sempre alguma coisa para fazer. A essência não considero que seja má, a parte da ordem unida, de termos uma postura correta. A quantidade e a hora talvez pudesse ser revista, talvez não seja o mais pedagógico.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

B: A que me lembro mais rapidamente – não sei se era da minha falta de vocabulário ou não –, que não conhecia, é *sabujo*, que acontece também muito no Instituto. É a arte de “dar a volta a alguém” para obter um fim. Não conhecia e foi uma palavra que me marcou bastante.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

B: Sinceramente, não estou muito dentro do assunto. Só me recordo da integração de ouvir essa expressão e penso que se referia, basicamente, quando alguém estava com a cabeça na lua a olhar para lá do imaginável, dizem-nos para olharmos de frente para as pessoas, encarar o problema de frente. E há sempre aquelas pessoas que estão de queixo para cima a *olhar para o infinito*.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

B: Penso que haveria perdas mas também ganhos. Haveria a perda um pouco da camaradagem, o facto de estarmos vinte e quatro sobre vinte e quatro horas uns com os outros. Mas haveria ganhos, na medida em que estar aqui dentro sempre fechado para alguns indivíduos, para cadetes mais novos que nunca tinham experienciado tal regime, torna-se negativo, começam a ficar desmotivados e isso leva a mais perdas do que ganhos. Ou seja, a ideia de estarmos sempre neste ambiente, sempre a estudar, não é má, mas depois na prática acaba por tornar as pessoas menos motivadas.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

B: No geral, sim. Mas também dependendo da academia. A ideia que eu tenho é que na academia militar é demasiado físico, mais do que deveria ser, enquanto no Instituto, a carga que temos é mais psicológica do que física. No geral, diria que sim. Ainda tenho a ideia de que vai compensar, espero não estar enganado. A questão de tornar-se oficial de polícia, que eu considero uma profissão bastante nobre, o orgulho que eu sinto a pisar a parada faz-me perceber isso. Pode haver quem não sinta, mas quem não sinta, não está aqui de boa vontade e vai acabar por passar mal, porque é preciso gostar para estar cá. Há muitos aspetos maus, mas também há muitos aspetos bons. A formação, de certa forma, é de qualidade, há muitas questões que não nos apercebemos do porquê, o porquê de serem ensinadas, mas no geral tem a sua função e torna-nos, de certa forma, melhores pessoas, suponho eu. Há sempre pessoas que não vão de acordo com a regra.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

B: Eu tento que influencie apenas a segunda parte, a parte profissional. Infelizmente, vejo demasiados casos em que a parte pessoal do cadete em si também muda, nesse aspeto de um sentimento de superioridade, da vaidade também, da rudez que caracteriza demasiado as pessoas, na minha opinião. Espero que sejam uns casos particulares. Eu tento ao máximo prevenir isso para que não aconteça, manter a minha personalidade, aquilo que sou. Melhorar certos aspetos que não estavam tão bons quanto desejava, mas que o impacto seja maioritariamente enquanto profissional.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

C: Sim, sem dúvida, como passo aqui a maior parte do tempo. No fim de semana quando vou a casa, a maior parte do tempo é a tratar das coisas do Instituto, a farda e isso tudo. Praticamente é como se fosse a minha casa. Aliás, os meus amigos agora são quase todos daqui, é como se fosse família.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

C: Em grupo, praticamente tudo. Mesmo nos exercícios de liderança, que tivemos na semana de interrupção letiva, para o primeiro ano é tudo em grupo. No quarto ano já é mais individual porque o grau de dificuldade é maior. No primeiro ano é quase tudo em grupo. Ontem estivemos a arrumar cadeiras, a colocar mesas no refeitório por causa do INTER-EMPES [*i.e.*, torneio desportivo entre estabelecimentos militares e policial de ensino superior] porque sempre que precisam de arrumar qualquer coisa é sempre o primeiro ano, sempre tudo em grupo. Individual, se calhar, ontem ao receber as pessoas das academias.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

C: O que me custou mais acho que foi a distância da família, quebrou os laços. Aos fins de semana costumava estar sempre com os meus amigos, agora à sexta-feira chego a casa só quero dormir, nem sequer saio. Acaba por quebrar um bocadinho, acaba por ser diferente, como agora a nossa vida é isto. As conversas que nós temos aqui, *lá-fora* não conseguimos ter com os nossos amigos. Mas acho que me adaptei bem, sou uma pessoa que me consigo adaptar facilmente. Senti a diferença das regras, não digo a exigência, mas a rotina que temos aqui é tudo muito estável, os horários são muito rígidos.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

C: Praticamente só o chefe de curso é que interage quase todos os dias, qualquer problema ou para pedir para sair, comunicamos a ela e ela é que fala com os oficiais. De resto, nas aulas de ICAL, na interação com o oficial tutor, nos exercícios nas semanas de interrupção letiva, nos torneios internos de desporto, nas formaturas...

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

C: É sempre uma grande distância. Agora já não tanto, mas ao início tinha sempre um grande receio até de falar. Ao início parece que quando passava alguém ficávamos com medo. Agora já é diferente, como nos começámos a habituar e a conhecer. Ao início é que era aquele medo, se alguém passasse, o que é a gente faz. Acho que há uma distância, e acho que sempre vai haver. Se calhar no futuro, quando sairmos daqui, isso quebra um bocadinho, mas durante os cinco anos que vamos passar aqui, acho que vai ser o mesmo.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

C: Sim, nas aulas de ICAL. Na nossa última aula, foi para sabermos os distintivos da escola naval porque os oficiais vinham cá. Falamos também da Constituição e sobre a atividade policial, ficamos a saber algumas coisas novas para nós civis, porque os polícias já têm noção. Deviam proporcionar mais oportunidades dessas.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

C: Acho que sim. Acho que até o facto de vivermos todos juntos faz com que a nossa cabeça esteja sempre virada para a camaradagem, para o grupo. Principalmente no início, quando tínhamos a integração, faz mudar o nosso pensamento. Eu vim para aqui e *lá-fora* temos os nossos amigos mas não temos aquela coisa da camaradagem. Acho importante que sejamos todos unidos, mas somos um bocadinho distantes entre cursos, o segundo ano é o mais próximo de nós.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

C: O mais importante é chegarmos ao pé da pessoa e dizermos “olha, erraste neste ponto” e chamar à atenção. A pessoa tem que levar isso como uma crítica construtiva e não levar a mal. Acho que é assim que nós aprendemos. Eu também *meti as patas* e vieram ter comigo e disseram-me que fizeste isto mal e eu aceitei. Mecanismos mais indiretos acho que não resultam, como mandar boquinhas e não identificar diretamente a pessoa não adianta nada.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

C: Nem sei explicar o que é que mudou, mas não tenho mesmo nada a ver com o que era. Sinto que estou completamente diferente, mesmo os meus pais notam quando chego a casa...as regras, há coisas tão simples que fazem confusão. Mas é o facto de estarmos aqui e sermos completamente formatados, não é num mau sentido, é a exigência que eles nos incutem. Penso nas coisas de forma diferente, acho que isto nos faz crescer um bocadinho.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

C: Sim. Aliás, com os meus amigos nem dá para ter piadas. Não percebem. Nós aqui acabamos por ter as nossas piadas, só daqui, depois eu chego *lá-fora*, já é tão natural eu dizer certas coisas...

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

C: Estar com a família e amigos, sem dúvida. Quer dizer, o meu fim de semana à sexta-feira não aproveito nada porque chego a casa, tiro a farda para lavar e depois dormir. Eu durmo a noite toda, chegamos cansados. Nós deitamo-nos cedo mas também acordamos cedo, os horários arrebatam. Durante a semana temos os horários todos definidos, chegamos ao fim de semana e não temos horários nenhuns. Acho que o fim de semana é só um dia, é só o sábado.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

C: Às vezes custa-me um bocadinho. Às vezes nem é assim mau, porque nós também nos habituamos a estar aqui. Como os nossos amigos também são daqui, eu admito que agora nas férias, na interrupção, eu senti saudades. Não de estar aqui, mas das pessoas. Criamos aqui uma ligação muito mais forte do que com os nossos amigos *lá-fora*. Mas pronto, às vezes não me apetece nada voltar para aqui.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

C: Tenho muito, às vezes até parece que alguém me está a vigiar. Nas formaturas então, quando não está ninguém, está só o primeiro ano, eu nem me quero mexer porque tenho noção que pode estar alguém nas janelas.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

C: No quarto e na sala de cadetes, porque a sala de cadetes é um espaço mesmo próprio para estarmos à-vontade, é um espaço onde os cadetes estão.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

C: Falar com os oficiais e “puxarem-nos as orelhas”. Quer dizer, depende, mas eu penso logo nisso. “Vão chamar-me à atenção” é logo o primeiro pensamento. Às vezes até evito ir lá. Quando tenho que ir, vou, mas...

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

C: Acho que não. Há pessoas que dizem que os dias aqui são muito longos, mas eu por acaso não sinto. A meu ver, aqueles dias em que estamos mais ocupados, em que estamos sempre a fazer qualquer coisa, o tempo passa mais rápido. Os dias em que não temos nada para fazer, passam mais devagar.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

C: É fazer várias vezes. É, por exemplo, chegar à parada de zuarte e dizerem “têm cinco minutos para trocar de fardamento!”. Eu noto, por acaso, que nas primeiras vezes que íamos trocar de fardamento demorávamos muito. Conforme fomos fazendo mais vezes, o tempo parece que ia diminuindo, íamos apanhando os truques. Por exemplo, tirar primeiro as botas que é o mais difícil.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

C: Não, porque aqui nós estamos sempre à espera de alguma coisa. Há sempre alguma coisa, principalmente nós, quando é para arrumar alguma coisa, é sempre o primeiro ano. Acho que não dá, mesmo que a gente queira planear, acho que aqui não dá.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

C: Primeiro, é para ver as faltas, quem está a faltar, saber quem são os lesionados. Nas revistas, para saber se estamos bem fardados, se os rapazes têm a barba feita, se as meninas têm o cabelo ajeitado, se temos os sapatinhos engraxados e as calças bem vincadas.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

C: No momento é tão natural, agora assim a pensar...o simples facto de fazermos formatura, os meus amigos não percebem isso. Eu nem consigo explicar. Quando alguém falha, *patas* ou *avaría*.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

C: Quando estamos formados, não é olhar para a frente nem muito para cima. Às vezes, estou assim a pensar em nada.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

C: Passava a ser uma faculdade normal, portanto. Perdiam o espírito de camaradagem, sem dúvida. A união entre nós. As regras e a exigência que eles querem que nós tenhamos, acho que acabaria, não ia tão ao ponto que eles querem.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

C: Nós acabamos por ser influenciados pelos nossos pais. As regras, a exigência e a educação acaba por mudar sempre um bocadinho porque nós não estamos habituados a tantas regras, mesmo que *lá-fora* se tenha uma rotina como jantar a uma determinada hora. Aqui é completamente diferente. É bom termos regras.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

C: Acaba por influenciar mais a nossa personalidade, acaba por nos moldar um bocadinho. Vai influenciar-nos no futuro, mas eu acho que tem um maior impacto na nossa personalidade. Aliás, eu acho que muito das unidades curriculares que nós temos não são muito direccionadas para o futuro.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

D: Não. Não, porque na minha casa eu tenho coisas que me fazem apegar a ela, que o Instituto não tem. É realmente o sítio onde eu estudo, onde tenho de pernoitar, mas aquela parte familiar não a tenho aqui. A mim, pelo menos faz-me falta.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

D: Em grupo. Maioritariamente em grupo. Nós dentro do curso temos aqueles a que nos apegamos mais, aqueles a que nos apegamos menos, convivemos com todos. Essencialmente, estou sempre inserido num grupo restrito, de acordo com as minhas características, vivências, perspetivas. As aulas são em classe, os intervalos são em grupo: ou fumar um cigarro, ou beber café, quem não bebe ou quem não fuma, acompanha. Se alguém quiser ir à biblioteca ou ao pavilhão, fazemos companhia uns aos outros. Pouco há em individual.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

D: Para mim, o maior choque é o internato. O facto de não poder ir a casa, se bem que no serviço também passava dias sem ir a casa. De resto, nada de novo. A parte inicial da integração, somos um grupo heterogéneo e que tem de se tornar mais ou menos homogéneo. Já tive a minha espécie de integração pelos sítios onde passei, é mais um.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

D: Principalmente em aulas, nomeadamente ICAL. Na interrupção do semestre temos um convívio maior com oficiais. Frequente acaba por ser, nem que seja pela passagem nos corredores, mas não mais do que isso.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

D: Depende de pessoa para pessoa. De nós cadetes e do oficial. Há oficiais em ambiente de sala de aula em que é um ambiente mais tranquilo, conversamos, há piadas, mas quando passamos por eles no corredor isso já não acontece. A interação acaba por ser mais cordial, mais respeitosa, mais formal. Outros, se calhar nos claustros, mesmo que não seja a mesma informalidade que há nas aulas, vê-se

que há um maior à-vontade. Há um sorriso, há mais uma palavra em vez de só “bom dia”, às vezes param para perguntar “então, está tudo a correr bem?”.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

D: Acho que o oficial que nos forme deve ser sempre um exemplo para quem está abaixo dele. Principalmente aqui com alunos e principalmente alunos que nunca tiveram contacto algum com a polícia, vêm aqui frescos, têm uma ideia – certa ou errada, influenciada ou não por familiares, ou conhecimentos que já tenham de trás sobre a polícia. O oficial, sendo um exemplo, deve ajudar a que se formem bons oficiais para que isto seja sempre um ciclo de bons vícios, de uma boa moral, de transmissão de bons valores.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

D: Não. Por uma razão muito simples: se isso assim fosse, víamos no seio do corpo de alunos mais união, mais espírito. E não o há. Pelo menos, eu não o revejo aqui. Nós somos uma escola muito fechada, com regime de internato e particularidades únicas, com vivências e experiências que são só nossas e que não se repetem em mais faculdade nenhuma. No entanto, aquele espírito de união que devíamos ter, de gostarmos de estar aqui e de convivermos uns com os outros, dar-mo-nos uns com os outros, acho que não acontece ou, pelo menos, não acontece como deveria acontecer numa escola como a nossa, com tão poucos alunos, num regime fechado. Numa faculdade é precisamente o contrário, o regime é totalmente aberto e os grupos ainda se unem mais, vão todos para o mesmo sítio, vão todos juntos. Estamos muito habituados a fecharmo-nos muito para o nosso curso. Os outros são os outros. Mas não são os outros, porque quando sairmos todos daqui, vamos ser nós. E afetar um vai afetar todos. Quando houver uma manchete no jornal de um, eu vou-me sentir ofendido. Ele até pode estar errado. Mas da minha casa só eu é que falo mal, mais ninguém. E por alguma razão isso não é incutido. Uma demonstração disso é a quantidade diminuta de placas emblemáticas, das comemorações de curso na parada, porque as pessoas só querem sair daqui. Seja para sair das cinco às sete da tarde, seja para acabar o curso. Nos sítios onde eu trabalhei na polícia nós tínhamos isso. Aqui parece-me mais desunião, olhamos mais para nós do que para um todo.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

D: Nós temos a mania de fazer reuniões. Sempre que alguém *mete as patas*, discutimos uns com os outros o que deveria ter sido feito e chama-se a pessoa à responsabilidade. Até agora sempre que aconteceu, as pessoas foram atinando, foram percebendo.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

D: Sinto-me mais cansado, psicologicamente, de cabeça. *Lá-fora*, no trabalho, era cansaço físico, depois dormia e recuperava. É muita coisa para estudar e depois são muito atabalhoadas. Às vezes também descuro e deixo o estudo para à última da hora. Mas, mesmo que não o faça, surge mais um teste, e mais...

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

D: Não senti um afastamento. Senti que antes, mal ou bem, dentro daquelas oscilações de horários, ainda conseguia ir à minha terra. Agora, não consigo. Ou estou aqui trancado, ou no fim de semana tenho de estar a estudar. Tenho amigos meus com acontecimentos importantes na vida deles – ou vão ser pais, ou vão casar, ou os próprios convívios –, eu também gostava de estar lá. Mas lá está, eu já sentia isso. Os meus amigos de secundário estão longe, sempre tiveram. Em relação a familiares, se combinássemos um jantar de família, devido à rotatividade de horários e aos turnos, às vezes não podia. Não senti estranheza, nem diferença nenhuma.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

D: Gostava que representasse descanso. Relativamente ao Instituto, é tentar recarregar baterias seja a nível de cansaço, seja de contacto com a minha família. Repor os níveis emocionais, por assim dizer. Tento sempre que posso, estudar e fazer trabalhos. Comentamos que quando vamos *lá-fora*, quando sentamos na cadeira num café ou assim, pensamos “eeh, sabe mesmo bem”, e pomo-nos a pensar “que coisa parva, quantas vezes é que já fomos a um café?!”. O que era banal anteriormente agora tem outro valor.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

D: Para mim, é um sentimento um bocado ambíguo, porque, apesar de tudo, eu gosto disto. Já quando era no trabalho, eu dava-me muitas vezes como voluntário. Eu adorava o meu trabalho quando estava *lá-fora* e gosto de estar aqui, gosto da polícia. E gosto do grupo do curso e das pessoas com quem convivo aqui.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

D: Principalmente no início em que todos os olhos estavam postos em nós. E diziam-nos que num dia qualquer, tínhamos feito não sei o quê em tal sítio. Às vezes nem nós próprios sabíamos. Acho que nós olhamos todos uns para os outros, para ver o que estamos a fazer de mal. Olhar superior só nas formaturas ou perto desse horário porque estão nos claustros e estão mais observadores, ou algum comportamento que possamos ter ao cruzarmo-nos com eles, não é que eles estejam atrás de nós “como hienas”.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

D: Para mim, é tudo igual. Nós ainda não podemos andar no corredor das salas do quarto ano. Temos de ir dar a volta, só vamos se for com alguém do quarto ano ou com algum oficial. A única vez que passei lá foi quando estava de cadete de serviço a fazer a ronda.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

D: “Ir ao tapete” por algum motivo, normalmente não bom, ir ter com os oficiais, ir ter com alguém que manda, levar uma reprimenda. Quem tem algum poder sobre nós e quem nos pode, em calão, “fazer a folha” está lá. São as pessoas que não queremos desrespeitar de alguma forma e que isso possa ter consequências negativas. É o único corredor que nos temos de cobrir para entrar lá.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

D: Sim e não. Depende da altura. Por exemplo, na semana de interrupção, estávamos cá em regime de internato igual e o dia parecia eterno, no bom sentido, de haver tempo para tudo. Quando começam as aulas, parece que o tempo começa a encurtar, há mais aceleração, sai-se de uma aula, vai-se para outra, depois a aula não é aqui, temos de ir a correr, temos aula no pavilhão, temos que nos desfardar. Com o aproximar dos exames, os dias são sempre a abrir, quanto mais não seja por não haver tempo suficiente para estudar o que precisava.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

D: Eu já tinha isso antes, não é só daqui. A vestir-me, por norma, tenho os cabides já por roupas (civil, a farda de época, cerimónia, zuarte,...), tudo esquematizado, as gavetas também. Se eu for tomar banho, dispo-me rápido, quando venho não tiro a camisola interior, a camisola e a camisa é tudo de uma vez. Tento ser metódico na forma como disponho as coisas, na forma como deixo as coisas à mão para ser mais rápido e ser mais fácil.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

D: Há atividades que surgem inesperadamente. Quando estávamos na altura pior de exames, começámos a ter aulas de tiro e ocupavam-nos uma tarde inteira. Sem ser esses imprevistos, por norma, sim.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

D: Tinha uma visão das formaturas lá de fora. Supostamente está institucionalizada nas esquadras e não se faz em quase nenhuma, eu acho que se devia fazer. No Instituto, servem para contar pessoal, principalmente de manhã, há externos, há doentes. No Instituto e *lá-fora*, para passagem de conhecimento, por exemplo que uma aula muda para outro dia. Hoje avisaram na formatura da manhã que ia haver uma reunião, acho que isso é essencial. Algum respeito também, mas se não for em cerimónia não interessa.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

D: Muitas expressões que se dizem vêm lá de fora: *meter as patas*, maçarico.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

D: No fundo, para manter a postura, olhar lá para o fundo, para não estar a olhar para todo o lado e começar-me a mexer. Apesar de não concordar em estar quarenta minutos formado, não gosto de mexedelas na formatura, é para estar quieto, é para estar quieto. Eu posso ser a maior porcaria à face da terra, mas ali tenho de parecer exemplar. Chateia-me dar motivos para me apontarem o dedo. Sou perfeccionista.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

D: É uma pergunta difícil. O facto de ser em regime de internato não quer dizer que as pessoas vão ser melhores ou piores profissionais na sua função. Há pouco disse que não tínhamos união, e também disse que o pessoal da faculdade não está em regime de internato e tem união, união essa que é precisa para nós na nossa profissão. É um bocado contrassenso. Ainda assim, acho que o internato devia continuar, pelo menos no primeiro ano. Não tanto para agentes porque já passámos lá por fora, mas para o pessoal civil ter o desagarrar daquilo que vem do secundário, de ainda ser muito fresco, de ainda não perceber como isto funciona. Tem de haver esse corte do cordão umbilical com a criança, o desprendimento da vida civil, agora vêm para outra coisa e têm de levar isto a sério. O primeiro ano devia ser sempre em internato e depois devíamos mudar alguma coisa na cultura de cadetes.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

D: Espero que sejam aquilo que quiserem, desde que seja minimamente correto. Mas se me perguntassem se devia vir para cá, ou isto muda muita coisa, ou eu dizia que não. Para a polícia em geral. Somos mal pagos, trabalhamos imenso, não há proteção por parte da tutela, nem preocupação acima de tudo, estamos a ser sempre escrutinados pela comunicação social, pelos tribunais e pela instituição em si.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

D: Aquilo que somos como pessoas vai influenciar obrigatoriamente o tipo de oficial que seremos. Comandar é sobretudo uma questão de carácter. O internato influencia a mudança de personalidade, quanto mais tempo mais influenciado o é. Também depende de quem os vai influenciar, não é só por estar fechado dentro de quatro paredes que vai ser “assim ou assado”. Os modelos que estão ao seu dispor, se tiver um bom modelo o internato só o ajudará; se tiver um mau modelo, só vai piorar e cavar mais fundo. É um problema que só vai perdurar porque ele vai fazer o mesmo a outros.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

E: Não, claramente que não. A minha casa é a minha casa. Aliás, a vontade que eu tenho de ir embora à sexta-feira é mesmo um sinal que não me sinto em casa. Porque se me sentisse em casa, confortável aqui, não sentia esse desejo, essa necessidade iminente de ir para casa à sexta-feira. Portanto, não, de todo.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

E: No primeiro ano, tentam instruir-nos e inculcar um espírito de grupo, de camaradagem, pelo que noventa por cento das atividades são executadas em grupo. Precisamente para que criemos uns laços afetivos e de camaradagem que nos permita levá-los para a vida e na continuidade do curso. Mas há sempre um trabalho individual, nomeadamente a nível académico para alguém que queira ter umas notas um bocadinho melhores. Acaba-se sempre por ter algum trabalho suplementar que é feito individualmente. Diria que noventa por cento das atividades se realizam em grupo e dez por cento individualmente.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

E: Enquanto elemento policial, o meu trabalho de dia a dia era de contacto com a população, andar na rua, fazer o meu giro diário. Tinha essa liberdade dentro do que me era instruído pelo meu comandante. Ter entrado para aqui foi um pouco encarado como um desligar ou um cortar com aquilo que eu tinha na minha atividade profissional. Portanto, a adaptação foi difícil precisamente por causa disso. No meu trabalho não sentia esse confinamento a um espaço, e termos de viver aqui fechados é um choque bastante grande que requer algum poder de encaixe.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

E: Muito pouco frequente, até porque temos de seguir uma hierarquia e os elementos do primeiro ano têm que reportar tudo ao chefe de curso e este, aí sim, tem algum contacto com os oficiais que integram o corpo de alunos. O contacto que temos é em algumas reuniões que são feitas precisamente para nos chamarem à atenção, ou alertar sobre determinadas condutas ou eventos que possam ocorrer,

mas que não têm de estar diretamente relacionadas com algum cadete em específico. É demasiado escasso.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

E: Sempre muito formal, porque nos é instituído isso. Desde que se entra no gabinete até ao momento em que se sai, o discurso é todo feito em sentido e com as devidas deferências porque assim é exigido. Poderá eventualmente a conversa ser mais longa, mas sempre com um extremo formalismo. Há uma distância que claramente se quer manter aqui bem delineada.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

E: Têm uma importância forte, até porque cada curso tem o seu oficial tutor. Principalmente, porque depende deles a autorização para fazer algumas coisas fora do âmbito escolar e académico. Quando existe um problema extrainstituto, vamos falar com eles para tentar resolvê-lo. Não existe uma empatia, uma abertura em me dirigir a essa pessoa a pedir ajuda ou proteção, no caso de eventuais problemas que ocorram, não existe. Mas que têm uma extrema importância, têm. Nessa medida sim, como ligação entre o curso que tutelam e a hierarquia que está acima deles.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

E: Penso que sim, mas sinto isso mais para as pessoas que têm idades inferiores. Eu, como já tenho uma personalidade muito vincada, já tenho outras necessidades a nível de não me sentir em casa, de não ter a minha privacidade. Sinto necessidade de me resguardar mais, de me isolar mais. E, de facto, existe alguma incompatibilidade de personalidades derivado à diferença de idades que me separam em relação aos meus colegas mais novos. Agora, sinto que eles – de dezoito, dezanove, vinte anos, principalmente essa faixa etária – sentem uma grande proximidade muito grande por estarem a vivenciar aqui vinte e quatro sobre vinte e quatro horas. Eu, pessoalmente, não sinto isso, talvez por ter mais idade, sinto que preciso mais do meu espaço. Não sinto essa coisa de estabelecer mais laços por se estar aqui fechado.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

E: É a importância de existirem elementos que já eram polícias e são mais velhos necessariamente, acabam por ser a figura, não digo maternal porque acaba por ser muito forte, mas de exemplo que eles têm e que acabam ouvir essas pessoas mais

velhas e têm muito mais respeito. Quando alguém não proceda da forma mais correta, seja por ter o quarto desarrumado ou por ter as botas fora do sítio, algo até bastante simples, acaba por ser aquele elemento que é mais velho a repreender e dizer que não é só a imagem da pessoa que está em jogo, é a imagem do curso. São os elementos policiais que tentam anular essas coisas que vão acontecendo que são perfeitamente normais.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

E: Características pessoais, talvez não. Talvez a minha visão, não diria da vida, mas valorizo muito mais pelo facto de estar distante das pessoas que me são mais próximas, acabo por valorizar muito mais o tempo que passo com eles. Há outra coisa que também me apercebo: eu sou uma pessoa relativamente organizada, sempre fui relativamente ao meu tempo, já o era quando estava a trabalhar, já tinha o hábito de ter uma agenda organizada, mas aqui acresce uma panóplia de atividades, desde as formaturas até aos treinos, mais as aulas, mais os trabalhos, ou seja, acabou por incutir em mim um espírito de organização. Principalmente isso, valorizar o tempo que passo fora daqui, tento aproveitar muito mais os meus tempos de lazer e também o facto de me ter tornado uma pessoa mais organizada a nível de tarefas porque não tenho muito tempo aqui.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

E: Não, porque eu já tinha a experiência de estar longe deles. Já tinha esse fator distância. Mas não sinto que tenha perdido laços, acaba por acontecer precisamente o contrário. Quando as pessoas estão longe, acabam por ter aquele sentimento de saudade que pode fortalecer a relação. Não há essa quebra de afetividade porque depois compensamos.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

E: Recarregar energias. Noto que, no percorrer da semana, o meu pico de humor está na segunda-feira, ou seja, o dia em que uma pessoa está mais bem-disposta, mais recetiva às pessoas, mais alegre, mais extrovertida é segunda-feira. Daí para a frente vai em declive até quinta-feira à noite, porque na sexta-feira uma pessoa já está com o pensamento no fim de semana e já está mais animada.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

E: É difícil. Uma pessoa largar a sua casa. Para alguém mais jovem, é mais fácil, porque eu largo algo que é meu. Não é o fim do mundo, é um mal necessário. Nós temos um objetivo e esse objetivo depende de vir para aqui.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

E: Sim. Sinto-me muito confortável com os meus colegas, não tenho qualquer tipo de problemas em expressar-me. Mas há sempre aquele sentimento de que te estão a ver e que tens de ter uma conduta de excelência, tens de te comportar como a farda que vestes. E, por vezes, fazemos coisas irrefletidas que podem estar a ser observadas por alguém, a simples mão no bolso, estar com o telemóvel, passar algum oficial superior e não se reparar. Tens que transparecer uma boa figura.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

E: Só um, que é o meu quarto. E há uma coisa que me custa um pouco: sinto falta de ter um espaço para falar ao telemóvel, e mesmo no quarto, há mais colegas comigo. Sinto falta de um espaço onde possa estar só e cem por cento à-vontade. Aqui não há nenhum sítio que seja só teu. Pode-se dizer que há pessoas mais introvertidas, é puramente isto: há pessoas que se sentem muito confortáveis em estar sozinhas, com os seus próprios pensamentos, com a sua maneira de ser e eu prezo muito a minha privacidade e o meu espaço. Nem o quarto é cem por cento meu.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

E: Dizemos sempre na brincadeira que “já fizeste alguma!”. Quase nunca é uma advertência. É mais o mito, do que uma expressão propriamente negativa.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

E: Passa mais rápido. É muito mais difícil para quem está *lá-fora* à nossa espera do que para nós que estamos aqui. Aqui o tempo passa muito rápido. Não tens um momento de pausa muitas vezes para refletir. Não temos tempo de pensar efetivamente na falta que faz certas coisas, porque temos um dia muito corrido. Absolutamente, o dia passa muito rápido, apesar de custar.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

E: A própria organização do meu armário, as coisas que tenho no meu quarto estão mais ou menos divididas por secção. Não altero a ordem das coisas, porque já sei onde está o fato de treino, onde está o equipamento de judo, as sapatilhas, os produtos de higiene estão todos no mesmo sítio, precisamente para otimizar o tempo e para que seja mais rápido aceder às coisas. Acaba por ter alguma influência, é-nos instruído principalmente que organizemos as fardas de maneira a que se tivermos de trocar, a farda esteja minimamente preparada – os acessórios, a gravata...

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

E: Mais ou menos. Ao domingo publica-se o horário dos treinos. Há também o horário das aulas, já sei que essas horas são dedicadas ao Instituto. Tenho algumas horas livres que depois se revelam não livres. Portanto, aqui a jogada pode ser eu achar que tenho três tardes livres e, na teoria, tenho só duas, por exemplo. Como hoje que tinha tarde livre e acabei por ter uma aula complementar porque o professor faltou. Não tenho grande capacidade de gestão. É raro acabar a semana sem qualquer rasura na agenda, mas dá sempre para ter uma ideia.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

E: As formaturas são necessárias. Não é por uma tradição militar, mas acho que é imprescindível existir sempre a noção de quem está, de quem não está, de quem não está em condições. Perceber-se, nos diversos momentos do dia, quem está apto e quem está presente. Acho importante, até porque nós treinamos à vez apresentar formatura, até elimina algum nervosismo e cria uma certa habituação a uma situação que não é confortável, que não é natural, em que estás exposto, em que tens que dar vozes de comando, em que tens que dar uma imagem forte.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

E: Não me recordo assim nada de especial, há algumas expressões que fazem parte da minha vida policial. Nas primeiras semanas em que estive aqui, tínhamos de dizer “bom dia”, “boa tarde” a toda a gente que passava, a tudo o que mexia, até se tornava um bocado psicótico. Lembro-me de responder “não, senhor!” a uma pessoa *lá-fora*, aquilo saiu-me com tanto vigor...

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

E: O que diz a regra é que temos de ter uma postura adequada de olhar em frente, para nada em específico, mas para a frente. Não olhar para baixo, manter a cabeça erguida, com pujança, ter atitude. Até para evitar que estejamos a olhar para outros sítios quaisquer que não o infinito.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

E: Eu digo muitas vezes que os meus colegas mais jovens perdem, perdem muito. Aqui estão limitados, não podem ter a uma vida mais boémia. Talvez tenha alguma importância, fazem-se algumas coisas na hora que se têm de fazer, no momento certo da vida. Se não fosse internato, era uma faculdade normal. Tinha uma componente mais física, mas a faculdade de desporto também tem. Por isso, o que se perderia era o facto de ter uma experiência académica diferente, perdia essa diferença, essa particularidade.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

E: Eu acho que a educação de um jovem, de uma criança deve basear-se em alguns pilares: a atividade física, uma instrução com algumas regras e uma educação com valores como o amor e o afeto. Por isso, sim, gostava de incutir isso. Pelo menos, que fosse uma opção, é uma possibilidade muito válida.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

E: Continua a ser a mesma pessoa. A integridade da pessoa está lá. Portanto, se esta experiência me muda mais a nível pessoal, isso também me afeta profissionalmente. Saber que os meus subordinados também vão estar longe da família, alguém que deixe a família com dezoito anos e venha para aqui não tem a experiência de polícia, mas já tem a experiência de estar longe da família, vai sentir de alguma maneira empatia com aquele que é seu subordinado e que também está longe da família. Portanto, muda-te a nível pessoal e tem muito impacto a nível profissional, porque te dá conhecimento de causa, dá-te empatia, dá-te capacidade de compreensão – e isso é o que falta muitas vezes nos oficiais: não entender o outro lado.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

F: Não, não é a minha casa propriamente dita. Sinto que é a minha escola, o sítio onde eu estou, em que tenho de permanecer em regime de internato. Mas a minha casa é o sítio onde estou com a minha família.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

F: Acho que a maior parte do dia acaba por ser em atividade individual. A parte letiva é individual, a aprendizagem é feita por cada um, cada um tem o seu método, a parte do estudo acaba por ser individual. Depois, ao longo do dia há certas tarefas que acabam por ser em grupo: formaturas, jogos coletivos, os desportos normalmente são em grupo.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

F: O que custou mais foi simplesmente a autonomia que é o ir para casa depois do trabalho, o descanso, o nosso espaço. A rotina que nós criamos quando somos trabalhadores acaba por se perder aqui no Instituto. Quando eu terminava um dia, ia para casa, isso acaba por não existir aqui. Basicamente, os dias são sempre afastados desse ambiente familiar.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

F: A interação com os oficiais do corpo de alunos acaba por ser a maior parte das vezes indireta. No dia a dia são as formaturas, ninguém contacta com eles. Demais, será nalguma situação esporádica em que somos chamados. Por exemplo, quando recebo uma notificação do tribunal, a interação acaba por ser com alguém da secretaria do corpo de alunos e não com oficiais. De resto, é nas aulas.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

F: A maior parte do contacto acaba por ser formal. Apesar de haver alguns momentos em que são mais descontraídos, há sempre a formalidade inerente e própria da hierarquia.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

F: Enquanto oficiais do corpo de alunos, pelo conhecimento que eu tenho, já são formados aqui todos no Instituto. Portanto, além de serem o primeiro apoio nas dificuldades e na integração dos novos alunos, devem ser também o modelo a seguir. Ou seja, tem de haver a capacidade dos alunos se revestirem da imagem dos oficiais que têm aqui. O corpo de oficiais que está ao serviço do Instituto tem de ter a capacidade de inspirar os alunos que vêm para aqui.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

F: Sim, incute, as vivências internas, as dificuldades que são vividas em grupo acabam por ser comuns a todos, ou seja, é um ponto de união. Não havendo o tal porto de abrigo que é a nossa casa, o porto de abrigo passa a ser o camarada do lado. Isso é um forte motivo para criar laços e, em certa parte, uma união. O regime de internato adequa-se à finalidade de formar oficiais de polícia, na medida em que quando aqui chegamos cada um é um indivíduo, mas quando sai daqui como curso, todos são uma elite. Ou seja, hão de ser um dia aquilo que vai ser a gestão do corpo que é a polícia. Têm de funcionar como um grupo coeso, como uma elite, e nesse sentido acho que o internato contribui.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

F: O primeiro mecanismo é a própria repreensão do camarada que está ao lado e depois, enquanto grupo, reprovar as ações que são tidas como irreverentes. Se continuar a reincidir, claro que acaba por funcionar como um sistema informal de repreensão, começa a ser um indivíduo que fica de parte nas atividades, começa a ser cada vez menos tido em consideração e acaba por ser uma punição informal. Em casos extremos, tem que se recorrer à hierarquia para resolver esses casos.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

F: Muda sempre. Por cada experiência nova que temos, acabamos sempre por ficar mais esclarecidos, adquirimos conhecimento e percebemos coisas que até então não percebíamos. Claro que entrar aqui no Instituto já sendo elemento policial, algumas coisas vêm responder a algumas dúvidas que eu já tinha na minha profissão. Acabo por sair enriquecido das experiências, não digo que fiquei mudado a nível daquilo que sou, mas adquiri sempre conhecimento.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

F: As relações com amigos acabam por ser menos frequentes, mas mantêm-se, porque aquilo que são as amizades, aquilo que une essas pessoas é mais forte do que propriamente o contacto que acabam por ter. Sempre que há um contacto, vem ao de cima aquilo que já havia de anterior. Sempre que posso mantenho o contacto com pessoas lá de fora, amigos, colegas de serviço. Ainda hoje, costumo ir muitas vezes à esquadra onde prestei serviço e o convívio continua a ser o mesmo.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

F: É a altura do descanso, é recarregar baterias. É fazer aquilo que me der na cabeça, acaba por ser o mudar da rotina, é o período onde nós nos desligamos daquela rotina diária mais rígida que é o estar em internato.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

F: Depende. Há períodos em que em internato é mais difícil. Na altura dos exames, normalmente quando voltamos a um domingo vimos sempre mais tristes, até porque o fim de semana foi tendencialmente utilizado para estudar, acaba por não ser um fim de semana propriamente relaxante. Nos fins de semana normais, aproveitando bem o período de descanso, o retorno ao Instituto acaba por ser o reencontrar dos camaradas que também foram de fim de semana e o retomar da semana, o convívio normal. Ganhando o hábito, não é assim tão difícil como é ao início.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

F: Sim. Há a sensação de que todo e qualquer comportamento, qualquer atitude pode ser escrutinada e até pode levar a consequências desleais. O que pode acontecer é uma má interpretação de uma atitude que não é confrontada com a pessoa e nem ela se apercebe das repercussões que essa mesma atitude pode vir a ter. Essa sensação é criada pelo quadro de oficiais e acaba por ser veiculada pelos alunos mais antigos. É tido como verdade porque é algo que acontece dentro das instituições, os boatos, aquilo que é falado entre cursos vai-se prolongando no tempo.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

F: Sim, no meu quarto.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

F: *Ir-lá-acima* depreendo que seja ir ao andar dos oficiais, ser chamado *lá-acima*, não acontece com muita frequência. Ou é por um motivo de força maior, ou é porque vamos “pisar o tapete”, que, na gíria, é o mesmo que ser repreendido.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

F: Normalmente, quando se vive em internato não existem tempos mortos. Os dias, tendencialmente, parecem mais preenchidos, mas também passam mais rápido. Quando não acontece isso, ou seja, quando temos tardes livres ou somos obrigados a ficar cá, quando não podemos sair por estarmos no primeiro ano, os dias são um bocado mais aborrecidos porque o tempo realmente demora mais a passar. Mas no geral, como temos sempre as tardes ocupadas, ou com desportos, ou com aulas, o dia acaba sempre por passar rápido.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

F: Normalmente, começo sempre por vestir as calças, posteriormente, apertar logo os sapatos, até porque é o que despende mais tempo à partida, e é o que fica logo arrumado. A camisola já tem por dentro a camisa, acaba por ser um aperto rápido. São estratégias, passa por acordar e fazer logo a cama, já tenho sistematizado como é que a faço e depois os rituais acabam por ser uma rotina.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

F: Normalmente, as semanas não fogem muito ao planeamento semanal. Agora, às vezes acontece como aconteceu na semana passada: íamos ter plano de formação de tiro e já não tivemos, passou para esta semana. Ou seja, se estivéssemos a contar fazer alguma coisa nessas tardes livres, acaba sempre por se ter que alterar. No geral, o planeamento é cumprido e dá para se definir bem o que se quer fazer.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

F: É verificar se estamos todos, garantir que a companhia está presente para a refeição. É a altura de passar revista aos elementos, para ver se estão bem uniformizados, bem ataviados e alguma situação que haja a relatar pelo corpo de alunos para a com a comunidade de alunos, as mensagens que há a transmitir são logo transmitidas na formatura.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

F: A primeira palavra que me ocorreu foi *urubus* que é como os alunos do primeiro ano são conhecidos.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

F: *Olhar para o infinito* é olhar com a cabeça levantada, não olhar para quem está a falar e olhar para cima.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

F: Perderiam os laços de união em termos de curso, não se formaria uma elite, porque efetivamente ao final do dia ninguém precisava de ninguém. Não se criaria o sentimento mais elementar de camaradagem, de entreaajuda, ou seja, passaria a ser uma faculdade normal com relações triviais entre amigos. Não haveria uma necessidade comum, uma dificuldade generalizada, não haveria a necessidade de trabalhar em conjunto. No primeiro ano, acho o internato essencial quer para polícias, quer para civis, até para não criar distinções dentro do próprio curso. Se o primeiro ano for intensamente vivido e bem organizado, lança as bases para um curso poder trabalhar de futuro. Efetivamente, o essencial é trabalharem em conjunto e principalmente conhecerem os elementos constituintes do grupo, porque cada um de futuro vai contribuir para o objetivo comum, independentemente de cada pessoa ter as suas valências.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

F: Sim. A ideia seria fazer o que sempre fizeram comigo, o total à-vontade para escolher. Se fosse a vontade do meu filho, saberia elucidá-lo sobre o que é a polícia e encaminhá-lo. O que acaba por ser mais positivo é a relação interpessoal com um curso inteiro, aquilo que se cria entre curso vai perdurar ao longo do tempo. As matérias que se aprendem são essenciais mas amanhã mudam, renovam-se. Aquilo que se leva como formação, como curso, como grupo de trabalho é o que se vai prolongar no tempo, é o mais forte.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

F: As vivências em internato têm a capacidade de moldar aquilo que a pessoa é, a personalidade da pessoa. O que se deve fazer aqui é conduzir a personalidade, munir e fazer despertar as pessoas para um certo modelo de valores que as levem a ser um bom comandante e um bom líder. A personalidade de cada um é decisiva naquilo que é a aceção desses valores. As pessoas não são todas iguais, a personalidade mais forte ou menos forte tem preponderância sobre isso. Contudo, há elementos que têm uma personalidade que não se coaduna ou é indomável. Se se conseguir moldar uma personalidade, isso vai ter repercussões futuras enquanto comandante, apesar de não ver aqui uma grande vocação para essa parte. Muitas das vezes as personalidades aqui não têm uma tendência de ser desmontadas até a pessoa fazer uma introspeção daquilo que é, como levar a pessoa a um limite até a pessoa perceber o que ela é perante as várias situações de stresse. Não há esse tipo de preparação. Há pessoas que vêm com grandes valores para aqui, acaba por ser uma adaptação quase direta daquilo que já vem como antecedente; há outras pessoas que não têm esses valores, e eu reparo que a evolução dessas pessoas, no sentido daquilo que eu considero que são os valores que deviam guiar o oficial de polícia, não tem grande efeito, até porque os meios com que se tenta alcançar acabam por não ser os mais eficazes.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

G: Não, não acho que seja a minha casa. Um dos tópicos que o diretor refere é que devemos encarar o Instituto como a nossa casa. Eu não acho que seja esse o caso. Estou aqui para estudar, para tirar um curso. A minha casa não é onde eu passo a maior parte do meu tempo. É onde eu me identifico, onde eu me sinto bem, onde está o meu grupo familiar, de amigos, fora do ambiente profissional. Isto para mim é um ambiente profissional, mais formal. Não é a minha casa.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

G: Realizam-se em vários grupos. Não é a companhia de alunos, é mais um grupo formado por cursos e, ainda mais pequeno, um grupo de turma. Muitas das atividades que temos é algo que os professores mandam fazer e, nesse caso, é a turma. É claro que partilhamos atividades com o resto do curso, mas algumas atividades são feitas em grupos mais pequenos. Mas, em geral, penso que se divide em cursos. Raramente há uma atividade conjunta entre cursos, tirando a semana de interrupção letiva. Atividades individuais são raras, só quando algum oficial nos chama para alguma coisa.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

G: O facto de usar fardas e de ter horários não me incomodou. O que mais me custou é que isso foi forçado num curto período de tempo. No espaço de dois ou três dias aprendemos o nome de oficiais, nomes de uniformes, como trajar. Lembro-me principalmente de um episódio em que não sabia o que era uma precinta, assim como do curto espaço de tempo que nos deram para aprender e habituar.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

G: Muito raramente. Chefe de turma e chefe de curso *chegam à frente*, a não ser que seja um assunto pessoal que tenha de ser tratado com alguém, normalmente empurra-se sempre. Isto também vem dos oficiais que nos dizem que qualquer coisa a tratar é o chefe de curso que *vai-lá-acima*.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

G: Já tivemos três oficiais tutores. O mais recente acho que mantém um relacionamento próximo, é um relacionamento com cuidado porque é oficial. Mas dentro do que seja expectável, daquilo que tenha por obrigação por ser nosso orientador, acho que é acessível.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

G: Eu encaro a função deles mais como árbitros. Estamos aqui no nosso meio, eles raramente interagem connosco, vão à formatura, recebem a formatura. Eles estão lá para corrigir os eixos, caso haja algum desvio que no padrão deles não esteja certo.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

G: Eu acho que sim, mas há que distinguir camaradagem de amizade. Estamos aqui dentro todos juntos, mesmo que alguém não goste de outra pessoa seja pelo que for, aprendemos a tolerar e a conviver. Portanto, em termos de união, sim. Mesmo que haja algum conflito, na altura de ajudar, “estamos todos no mesmo barco”. Não há volta a dar.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

G: Normalmente esse ajuste é feito por oficiais, se chegar ao conhecimento deles. Ou se acontecer dentro do curso, fazemos uma reunião de curso, todos na mesma sala, discutimos abertamente, a pessoa diz o porquê de ter feito aquilo, nós falamos de volta e tentamos passar a opinião do grupo de que esteve errado. A partir daí, partimos do pressuposto que ele percebeu. Mas não há como obrigar alguém a agir de determinada forma, tem de partir de si.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

G: Sou mais pontual. Sou mais calmo, acho que lido melhor com a pressão. Penso antes de agir, já não vou “para ali” sem perceber o que tenho de fazer. Lido melhor com as pessoas, não é fácil porque cada um tem a sua opinião, ter que gerir bastantes pessoas, não é fácil. Acho que melhorei.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

G: Não diria enfraquecimento. Quando nós convivemos, convivemos de igual modo. Estou menos a par da vida diária deles e da família, agora só aos fins de semana.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

G: Descanso. Repor os horários de sono, esquecer o ter de acordar cedo, ter de fazer a barba, ter de formar, ter que fardar, ter de cumprir horários, aulas. É descontrair e preparar-me para a outra semana.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

G: Tenho que vir, venho. Até gosto de cá estar.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

G: Sim. Tanto superiormente, como pelos colegas. No primeiro ano, coisas tão simples como dar dois ou três passos e ter de pôr o bivaque e “levar nas orelhas” logo a seguir. Coisas triviais e devido a elas ter de ficar cá o fim de semana. Tendo a ter cuidado com o que digo, com o que faço, quanto mais não seja para não ter sequelas. O facto de convivermos vinte e quatro sobre vinte e quatro horas é como se fosse uma pequena aldeia. Toda a gente sabe o nome de toda a gente, toda a gente tem uma ideia geral da vida de cada um. É normal ver as coisas e comentar o que vemos. Em termos de cuidados, é manter uma postura correta na aula, manter uma atitude correta nos corredores, é não fugir das normas e agir como se estivesse *lá-fora cá-dentro*.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

G: Sala de cadetes e quarto.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

G: É ir ao corpo de alunos. *Ir-lá-acima* porque são oficiais e estão acima de nós. Depois, porque na maior parte das vezes que lá vamos nunca é por um bom motivo. É logo encarado como “vou levar na cabeça”.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

G: Comparado ao fim de semana, sim. Mas não é de estar aqui dentro, é de acordar tão cedo. É normal adormecer tarde por termos mais pessoas no quarto. É normal que um dia pareça longo por começar tão cedo.

- 6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?**
G: Prefiro fazer as coisas e ter de esperar. Por exemplo, na formatura das sete e cinquenta, prefiro estar dez minutos antes sem fazer nada e descer do que estar mesmo no limite. Preparo as coisas com antecedência, tenho os uniformes todos prontos. Tenho já tudo organizado em gavetas seguidas, por causa das trocas de fardamento, ficou hábito.
- 6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?**
G: Mais ou menos. Normalmente sim, mas só ao domingo à noite é que temos acesso ao planeamento de desportos. De vez em quando, pode haver uma atividade qualquer, um dia ou outro está condicionado.
- 7.1. Qual a utilidade das formaturas?**
G: As formaturas não são todas de igual uso. A formatura da manhã para garantir que estamos todos aprumados, para garantir que ninguém adormeceu e que estamos prontos para ir para as aulas, já que são de assistência obrigatória. A do meio-dia é para quem tem almoço poder comer. A das vinte e uma e trinta não faz sentido, interrompe o estudo, além de não haver revista por estar escuro.
- 7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?**
G: Algumas. *Granel, urubu.*
- 7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?**
G: *Olhar para o infinito* é manter a cabeça erguida, não olhar para o chão, também não é estar a olhar para o céu. Peito para fora, cabeça erguida.
- 8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?**
G: O convívio forçado. A ligação entre nós, isso nota-se com os externos do meu curso agora. Raramente os vejo, só nas aulas. Convivo com eles na mesma, mas há coisas que já não se partilham.
- 8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?**
G: Sim. Em primeiro lugar, é estável. Tens as aulas, a parte das propinas ajuda, no fim, é uma profissão que tem saída.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

G: Envolve mais a minha vida, no âmbito pessoal. Dá-me características que se eu fosse externo ou se não estivesse aqui, não tinha. Obriga-me a conviver e a lidar com situações, isso muda-me a nível pessoal e vai-me ajudar a nível profissional. Ambos, mas primeiramente a nível pessoal.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

H: Depende. Eu sinto que é a minha casa pela quantidade de tempo que passo cá, mas não sinto que é a minha casa por gostar de estar cá o tempo todo, porque não. Portanto, a nível espiritual, não; a nível físico, sim, é totalmente a minha casa.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

H: Pelo menos com o meu curso, acho que é totalmente em grupo. Depois das aulas e tudo mais, convivemos sempre o tempo que temos, somos obrigados a estar cá, temos sempre o intervalo entre a uma e as duas da tarde em que não temos nada para fazer e estamos sempre juntos, em convívio. Portanto, acho que é mais em grupo. Quer dizer, há sempre tempo passado individualmente, quando não nos apetece estar em grupo, vamos para o quarto fazer alguma coisa, ver uma série, estudar, fazer trabalhos...

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

H: O primeiro ano foi horrível, com a integração e tudo. Não foi por causa das aulas, nem por causa das pessoas que estavam comigo. Nós agora passamos tempo em conjunto fora da integração, no ano passado, oitenta por cento do tempo que passávamos juntos era na integração. Ou seja, não era fazer coisas em convívio, era mais em conjunto e forçados. E não éramos só nós, era com a integração. No primeiro ano, estávamos sempre a ser vigiados, dentro e fora do Instituto, então, sentíamos-nos sempre mal aqui dentro, não podíamos estar à-vontade que qualquer coisa que fizéssemos éramos postos de parte, repreendidos pelos membros da integração. A nível de curso, acho que me adaptei bem porque nós começamos logo a conviver e a dar-mo-nos bem. Mas no Instituto acho que não me adaptei muito bem no início, eles queriam que nós soubéssemos tudo logo no início e repreendiam-nos por coisas mínimas. Também por causa da pressão psicológica que eles faziam – que é normal e eu concordo que haja no início, mas é no início e não no segundo semestre, nem dizer “não és bom o suficiente, vai-te embora”. A diferença que senti lá de fora para aqui é a liberdade e os horários. Há muitos horários e uma pessoa quase não pode ter vida própria durante a semana porque tem estar sempre aqui: na formatura, no treino, em qualquer coisa.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

H: Do meu ponto de vista, nunca. Eu, este ano, só interagi com o meu oficial tutor quando tive uma representação, só. De resto, não.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

H: Eu acho que isso depende do oficial, porque há oficiais com quem podemos estar mais à-vontade e com outros menos à-vontade. Não é à *vontadinha*, não é uma relação assim próxima. É uma relação interpessoal distante.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

H: Eu acho que é mais dar-nos uma imagem do que é ser um bom oficial, porque a imagem que nós temos de oficial de polícia é a deles. Pelo menos, a minha, do pessoal que não era agente. Eu não conheço um oficial *lá-fora*, não sei bem qual a posição deles, só conheço estes. A posição deles acho que deveria ser um bom modelo para os cadetes.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

H: Não, porque estarmos aqui juntos tantas horas, tantas horas, tantas horas só faz com que fiquemos fartos uns dos outros muito rápido e que não queiramos ter mais nada ver a ver com o Instituto. Portanto, acho que não cria uma forte união. Cria porque nós temos de estar todos aqui e temos, porque queremos lutar todos por aquilo que é a vontade de toda a gente. Mas, a nível de, se estivermos cá mais tempo, vamos ter um espírito de união maior, não acho que seja assim.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

H: Isso acontece também este ano, mas no ano passado acontecia com maior regularidade. Em geral, lidávamos bem com a situação. Toda a gente errou pelo menos uma vez. Primeiro, vamos explicar-lhe como é a situação, pagamos todos por ele – é normal, é o primeiro ano, faz parte da camaradagem. Na maior parte das vezes, a pessoa pedia desculpa e percebia que agiu mal. Outra situação é quando um camarada comete algum erro e ele não parece estar arrependido, na semana seguinte comete o mesmo erro e nós dizemos que aqui há regras – demasiadas! –, que ele não pode fazer isso. No nosso curso, fazemos reuniões de curso. Se não resultar, problemas, algum tipo de praxe só para mostrar que está errado e não voltar a acontecer. A maior parte da praxe era desfazer camas, o típico.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

H: Não sei, não sei responder. Acho que *lá-fora* sou a mesma pessoa, não me sinto diferente, mas também estou a ver-me a mim. No meu grupo de amigos, senti-me diferente por causa do sotaque. Eu acho que estou diferente, mas não sei porquê, não é a nível da personalidade. De certa forma, tive que amadurecer porque não tenho os meus pais comigo, só isso já é diferente. No segundo ano já podes sair mais, não tens tantas regras dos teus pais, não tens que dizer onde vais e a que horas chegas. É um bocado nesse sentido; noutros sentidos mais abstratos, acho que continuo a mesma pessoa.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

H: Sim, mas não é por viver em internato, é por estar longe a semana toda. Eu estou em internato em Lisboa, grande parte dos meus amigos estão em faculdades de várias cidades, isso faz com que não consigamos estar juntos regularmente. Mesmo com amigos em Lisboa, eu estou em Lisboa mas não estou com tanta liberdade, estou em Lisboa mas não estou onde eles estão, estou num mundo paralelo a Lisboa. Afinal, o internato tem influência. Se eu tivesse um amigo cá a estudar, concordo que a nossa relação ia ser completamente diferente, ia ser como se eu estivesse em Lisboa e ele não. Em relação aos meus familiares, acho que está tudo exatamente igual. Até é melhor eu estar um bocado afastada para perceber algumas atitudes que eu tinha antes, que não tenho agora.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

H: A sexta-feira é um dia santo. O fim de semana é longe do Instituto, representa a minha vida social, é o oposto. O internato: o Instituto, policial, interna, a semana toda, sempre a mesma coisa; depois o fim de semana: a minha vida social, a minha vida como tinha antes, mais ou menos, com algumas alterações. É um desabafo, o conforto de casa, é necessário só.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

H: É um desespero. É mau, o domingo já não é fim de semana, já é Instituto, por causa da viagem. O fim de semana é sexta-feira à noite e sábado. De resto, o domingo é para arranjar as coisas, comprar comida. É um dia triste, não gosto de recordar domingos.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

H: Sim, claro. Agora nem tanto por causa da integração e de repreensões, até mais por causa dos boatos. Só por estar um rapaz e uma rapariga, aqui os rumores... Esses olhares são mais pelos boatos, mais por colegas, porque os oficiais não andam assim tanta vez à espreita, menos quando são oficiais de dia. Aí já sabemos, o pessoal já tem mais cuidado.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

H: Eu concordo que aqui também dá para espairecer, por exemplo, na sala de cadetes, estamos sempre uns com os outros, mas *lá-fora* é sempre um ambiente diferente. Mas é mais: há espaços no Instituto onde me sinta menos confortável? Sim, no corpo de alunos, nessa parte de cima, na secretaria do corpo de alunos nem tanto, no auditório nas reuniões. No primeiro ano sentia-me mais confortável na sala e no quarto, mesmo aí podia alguém entrar. De resto, agora sinto-me minimamente confortável em todo o lado.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

H: Ao corpo de alunos. O ano passado, quando lá ia, sentia nervosismo porque toda a gente dizia “não sei quê, os oficiais...”. Sinceramente, agora é menos, claro que é preciso ter mais algum respeito com bivaque e tudo mais, mas eu até me sinto minimamente confortável.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

H: Sim. Aqui equivale a três dias, sempre ouvi dizer, concordo plenamente. Amanhã tenho aulas o dia todo, já sei que vai ser terrível. Vão ser três ou quatro dias. Já estou a suar só de pensar.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

H: Acho que isso ganhamos todos com a integração. A coisa boa que a integração nos deu é conseguirmos preparar-nos rápido quando é necessário. Já temos aquele método de ir tomar banho já rápido, arranjarmo-nos rápido. Não é bem um método, é mais a facilidade que temos. No início demorávamos mais tempo, claro. Na segunda-feira, um professor de desporto deu-nos dez minutos para tomarmos banho e estarmos na formatura, saímos ao meio-dia. Conseguimos, que remédio! Já estamos habituados, é mais isso.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

H: Um “não” a cem por cento, o maior “não” desta entrevista. Isso acontece todas as semanas: ou tenho um treino, ou há reunião, ou não podemos sair só porque sim. Há sempre alguma coisa.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

H: Acho que a formatura da manhã até tem algum sentido porque impede que nos atrasemos para as aulas. Se não houvesse formatura da manhã, o pessoal chegava cinco minutos atrasado porque os professores não iam marcar falta. A do meio-dia “vá lá que não vá”. As outras não percebo, não têm sentido absolutamente nenhum. Já a do meio-dia questiono-me muito porquê.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

H: Por exemplo, menos *granel*, temos de ter mais brio. Há muitas, no dia a dia utilizamos sempre imensas expressões que temos *cá-dentro*, que nós próprios fazemos *cá-dentro*. Não foi o meu curso, passou de curso para curso.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

H: *Olhar para o infinito* vírgula meus senhores. Significa que, quando estás na parada, não podes olhar para quem está à tua frente, não podes olhar para as janelas, tens que olhar para o corrimão em cima.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

H: O curso em si perdia um pouco de união, porque estando em internato, estamos todos juntos. Por acaso, se milagrosamente toda a gente tivesse casa em Lisboa, saíamos das aulas e íamos para casa, depois de casa para as aulas, não havia tanto convívio. Se houvesse convívio era mais entre um grupo restrito de pessoas, não era um grupo de trinta que saía, não se convidava toda a gente, convidávamos quatro ou cinco. Enquanto aqui é “vamos todos para a sala de cadetes”, vamos em grupo. Se fosse *lá-fora* não era assim, criavam-se grupos mais específicos, ficavam grupinhos.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

H: Não sei, também depende da personalidade do meu filho. Não acho que toda a gente consiga viver neste regime. Por exemplo, se o meu filho fosse agente, não aconselharia porque ia perder cinco anos da vida dele por completo. Há pessoal do meu curso que já é pai e está a perder a vida dos filhos porque tem de estar aqui a maior parte do dia. Para o pessoal que sai do secundário é um bom futuro – claro, todos sabemos – por isso é que estamos aqui. Também não sabia se ia desenrascar-se sozinho, depende, se calhar sim. Ganharia, de certa forma, um pouco de mais responsabilidade.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

H: Não sei ainda, é difícil. Acho que me vai influenciar mais como oficial de polícia. Acho que a minha personalidade se manteve, pelo menos *lá-fora*, e aqui é tudo a nível da PSP, um polícia disse-me “se tens medo de um professor, como é que vai ser *lá-fora*, quando tiveres de enfrentar um mitra”. Porquê que tudo o que fazemos cá temos que fazer uma analogia à PSP? “Se fizeres isto aqui, o que é que achas que vais fazer como oficial de polícia”, “se aqui perdes o bivaque, o que é que achas que vai acontecer quando fores oficial de polícia?”. Porquê que temos de pensar vinte e quatro horas que tudo o que faço vai influenciar o meu futuro como oficial de polícia? Acho que influencia, mas não aprecio esse facto. Acho que deveria influenciar de uma maneira normal, como uma faculdade normal influencia, ao nível da responsabilidade, sabes quando saíres dali vais trabalhar. Aqui tudo o que fazemos reverte-se para o futuro de oficial, compara-se com a PSP.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

I: Sim, porque passo muito mais tempo aqui do que na minha casa.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

I: De um modo geral, é em grupo. Embora haja algumas que são individuais. Todas as atividades, para além das aulas que temos e desportos, são em grupo. A única que coisa que deixa espaço só para nós aqui dentro é quando vamos ao ginásio ou assim, aí tudo o que fazemos é por nossa conta. De resto, é tudo em grupo.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

I: Eu considero que tenha boas capacidades de adaptação. No entanto, o grande choque está em quem vivia com os pais e passa a viver *cá-dentro*. Depois, o facto de partilharmos as vinte e quatro horas do nosso dia com outras pessoas. Dificilmente conseguimos estar sozinhos no Instituto.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

I: Muito pouco frequente, fora as aulas quando as há. Muito dificilmente há esse tipo de interação, até porque não há qualquer tipo de abertura. Tirando os chefes de curso que, pela sua posição, acabam forçosamente por interagir mais. De uma forma geral, sem exceções, há muito pouca interação com os oficiais, o que acaba por pecar aqui nesta casa. Noutras academias, quando vou lá, noto que há uma maior proximidade, o que facilita as coisas.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

I: Bastante formal e é de uma forma geral para todos os oficiais. Mas isso, pronto, tem que ser assim.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

I: Aquilo que ressalta logo é o exemplo. Quer seja bom, quer seja mau, eles são os nossos exemplos. Quando estamos a aprender, estamos a olhar para aquilo que eles fazem e temos noção que, daqui a uns anos, vamos estar no lugar deles. Então, pauta-se muito pelo exemplo. No entanto, para além disso, podemos

procurar aprender a partir de determinadas atitudes deles que consideramos erradas. O que prevalece mesmo é o exemplo.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

I: Sim. O facto de vivermos em internato é talvez aquilo que mais contribui para esse espírito, a par das adversidades que passamos todos juntos. Uma prova disso é que, quando passamos para o segundo ano em que já há liberdade para se conseguir externato, nota-se um pouco essa distância para o pessoal que vai dormir fora.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

I: Falando pelo meu curso, quando há alguma infração de algum camarada nosso, procuramos apurar todo o contexto que levou a isso e quando percebemos que o camarada errou realmente, aí sim chamamos à atenção. Não passa de advertências. É claro que tentamos ao máximo que não saia do nosso seio.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

I: Provavelmente muita coisa. Às vezes é difícil nós próprios termos essa noção. É mais perceptível para as pessoas que são de fora e já nos conheciam antes. Questões de responsabilidade, questões de compromisso e espírito de sacrifício, senti mudanças. O saber ser camarada, a união, o trabalhar e o viver em grupo são coisas que obrigatoriamente vão ser inculcadas ao entrar aqui ou vão ser reforçadas.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

I: Sim, talvez um pouco. Por um lado, amigos que entraram para a faculdade, é verdade que houve um enfraquecimento. Por outro lado, um grupo de amigos de vizinhos e assim, continua tudo igual. Mas acho que não é culpa do internato, porque se formos para a faculdade também podemos passar menos tempo com amigos que vinham do secundário, acho que não tem muita influência.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

I: Significa descanso, é aquele alívio. É bastante importante porque aqui todas as semanas são exaustivas, cansativas, umas mais que outras, claro. Mas, o fim de semana é o tempo que temos só para nós, com a nossa família, em nossa casa, para tirarmos a cabeça aqui do Instituto. São dois dias que passam a correr.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

I: Sinceramente, não é uma coisa que eu queira ver assim tão afastada, não me custa assim muito. Quer queiramos quer não, eu estou aqui porque gosto. Se eu não gostasse, eu não estava aqui.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

I: Sim, principalmente aqui no Instituto é um espaço bastante fechado, estamos todos muito próximos uns dos outros. Para além de se ser observado, temos noção de que tudo o que fizermos aqui vai ser conhecido noutro lado e por outra pessoa qualquer do Instituto.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

I: Talvez a sala de cadetes, porque o espaço é convidativo para isso e existem lá certas atividades que são propícias a tal. Apesar de essas atividades estarem ao nosso dispor, continuamos com a pressão de conviver com camaradas de outros cursos, com os nossos próprios camaradas com quem passamos o dia e continuamos com eles. É difícil haver aqui um espaço onde estejamos verdadeiramente à-vontade. Talvez só mesmo o nosso quarto.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

I: Ir aos oficiais. Significa que, muito provavelmente, é por um mau motivo. Significa que vamos ter que estar prontos para ouvir o que um oficial tem para nos dizer, ou se quer dirigir a nós por algum assunto. É, de certeza, o espaço onde nos sentimos menos à-vontade, pela presença dos oficiais e por ser o local onde vemos negadas as nossas intenções.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

I: Bastante. Quer dizer, um dia talvez não, porque aqui temos um dia mais ocupado do que se tivéssemos *lá-fora*. Mas uma semana demora imenso a passar.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

I: Basicamente, passa pelo planeamento. Procuro ao máximo ter a minha semana planeada e realmente isso foi incutido no primeiro ano. Acabei por tomar para mim, tanto no quotidiano aqui dentro como *lá-fora*.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

I: Não. Isso acaba por ser um bom treino, que nos leva a fazer bons planeamentos, porque o planeamento mais difícil é aquele que tem sempre imprevistos. E aqui dentro é precisamente isso que se passa. Muito dificilmente temos garantias daquilo que temos de fazer até ao fim da semana, muitas vezes eu planeio e programo alguma coisa e depois há sempre uma imposição qualquer que vem de cima que nos diz que “neste dia não podes sair”, “neste dia há aquilo” ...

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

I: Para mim, mostrar presença, em qualquer das formaturas. Depois, nas duas formaturas que antecedem as refeições é uma maneira de nos organizarmos para entrar na messe.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

I: Uma coisa que eu *lá-fora* raramente ouvia e que agora já está no meu inconsciente e sai-me: quando chamam por mim, eu respondo *pronto!*, quando fazemos alguma coisa errada, *já meteste as patas*.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

I: Ouvíamos isso quando estávamos na integração, na parada, tanto por oficiais como por cadetes que nos estavam a dar integração. Em termos literais, na parada é simplesmente olhar para o corrimão que temos lá em cima. Indo para além disso, percebemos que é adotar uma postura de uma atitude mais erguida, de cabeça levantada, pronta para assumir o que for preciso. E mostra orgulho de estar formado e de envergar a farda.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

I: A união que temos entre nós seria enfraquecida, porque passaríamos menos tempo juntos. De certeza que iríamos estar menos focados na vida aqui dentro e podia ter o lado negativo de nos focarmos noutras coisas *lá-fora*, perdíamos mais tempo com elas. Mas ganhar-se-iam outras coisas, estar aqui é completamente cansativo a nível psicológico, não tanto físico. Passar a semana inteira aqui fechados, ainda para mais o Instituto é um espaço fechado, não temos ar livre nenhum, o único sol que apanhamos é quando estamos na parada formados. Por isso, faz muito falta simplesmente ir *lá-fora*, apanhar ar e abstrairmo-nos um bocado.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

I: Sim, não forçando, até porque foi isso que se passou comigo. Acho que para além de se formarem aqui oficiais – e não descurando outras formações que há *lá-fora* –, formam-se Homens com determinados valores, a profissão assim o exige, valores esses que são bastante benéficos e úteis para o dia a dia de qualquer pessoa. Realmente, uma pessoa que passe aqui cinco anos, quer queira, quer não, fica com um pensamento completamente diferente, com uma atitude diferente que não traz nada de mau, antes pelo contrário, para aquilo que é o nosso futuro.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

I: Em relação ao futuro profissional, isso pode ser bastante útil porque há a possibilidade de irmos trabalhar longe do local onde crescemos, onde temos a nossa família, de irmos viver sozinhos. Aqui, se bem que não vivemos sozinhos, mas vivemos longe da nossa família. E, talvez por aí, serve como preparação. Em relação ao pessoal, inevitavelmente, transmitem-se crenças, valores, formas de pensar e de ver as coisas diferentes ao estarmos todos os dias aqui fechados. Se é bom, se é mau, é uma pergunta bastante difícil porque ainda não saí daqui e não sei como vai ser *lá-fora*. Uma coisa eu posso dizer porque começo a ter noção disso: quando estou *lá-fora*, eu dou valor ao tempo que estou *lá-fora* e por isso faço por esse tempo render e por valer a pena. Creio que, quando deixar de estudar aqui e tiver *lá-fora* a trabalhar, o tempo que tiver fora de serviço vou procurar que seja proveitoso.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

J: Mais ou menos. Por um lado, é a minha casa porque eu estou sempre aqui e fiz aqui grandes amizades, durmo cá, a minha vivência é aqui. Acaba por ser a minha casa, quer eu queira, quer não. Por outro lado, estou sujeito às regras e às rotinas que não são as escolhidas por mim. Por isso, de certa forma, não estou aqui livremente na minha casa, estou condicionado.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

J: Há de tudo e depende sobretudo das pessoas e também de algumas condicionantes. No que respeita a aulas e atividades que fazem parte do Instituto, facilmente se está em grupo, nos intervalos também. Fora isso, as pessoas já estão mais ou menos como quiserem, embora tenhas uma condicionante dos teus companheiros de quarto. Acho que ninguém está sozinho no quarto. No ano passado, estava num quarto de doze, ou seja, estava sempre em grupo durante vinte e quatro horas. Isso teve coisas boas, mas também teve coisas más – o meu descanso o ano passado foi quase nulo, quatro horas por noite, foi terrível. Mas depois cada um faz as suas coisas, também é um bocadinho opcional.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

J: Foi uma mudança complicada, muito mais complicada do que eu imaginaria que fosse. A nível de estar distanciado de casa foi a mesma coisa, não houve diferença. A mudança para mim foi mais de passar de total independência para um conjunto de restrições e ausência de controlo sobre a minha vida. E isso foi uma adaptação bastante difícil, foi como regredir vários anos na minha vida. E, nesse aspeto, sei que é diferente para um civil e para um policial. Desta forma, aos meus olhos, as coisas estão montadas e só fazem sentido para quem é civil, que vem quase sempre da casa dos pais, vem para aqui e vai ganhando as liberdades aos bocadinhos. Quem já tem uma certa idade, vir para aqui e estar condicionado em tudo, na sua liberdade, na sua possibilidade de ir ver a família e os amigos, ou resolver os seus problemas, os seus compromissos. É muito complicado de gerir. As nossas relações pessoais não compreendem muito bem, também é uma mudança que choca as outras pessoas.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

J: No fundo, é o mínimo possível. A interação com os oficiais do corpo de alunos será no caso de darem aulas, nomeadamente ICAL que é dado sempre por alguém do corpo de alunos. Normalmente, será quando se dirigem a nós por alguma razão ou se tivermos algum problema a resolver com o corpo de alunos.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

J: À base de formalidades, no fundo os alunos acabam por quase evitar, mas, com o tempo, essa distância vai diminuindo.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

J: Além da coordenação e da organização do funcionamento do Instituto, o papel do corpo de alunos seria mais interessante se os oficiais desenvolvessem algum tipo de atividade de ensino na qual partilhassem verdadeiramente o conhecimento e experiência policial, em vez do planeamento atual que é tão diverso, vago e, em certa parte, inútil.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

J: Cria-se um grupo e, face a dificuldades, um grupo fica normalmente mais unido, mais forte. E, nesse caso, supostamente diria que sim. Mas uma vez que eu já passei pela EPP, em ambiente de caserna, ao ter de dormir lá todos os dias, não vejo que este internato reforce mais positivamente do que na EPP em que tinha controlo do que podia fazer depois das cinco da tarde. Acho que há aqui espírito de corpo, os grupos estão dentro dos grupos: temos o grupo das pessoas mais próximas, depois temos a turma, depois temos o ano, depois temos a companhia, depois os anos também têm relações entre anos. Em certos momentos, a companhia parece unida; noutras situações, parece que não. Também depende se as coisas começam a apertar para um lado ou para o outro.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

J: Depende da situação, acho que aqui há sempre a filosofia do *por um, pagam todos* que é sempre um bocado mais complicado, porque se uma pessoa começar a cometer muitas vezes erros, o grupo vai começar a sentir-se desconfortável com ela. Um erro que qualquer pessoa pode cometer não é mal recebido. Agora uma pessoa que persista no erro ou que esteja a prejudicar o grupo, o grupo acaba por reagir e fazer um bocado de controlo social, seja a nível de palavras ou *praxadelas*.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

J: Não sei. Acho que talvez tenha regredido um pouco desde que vim para aqui, do ponto de vista da maturidade, de estar ocupado e preocupado com coisas mais fúteis, do tempo de estudante. A vivência também é com pessoas mais jovens e uma pessoa deixa-se ir nas atividades, nas brincadeiras dos mais novos.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

J: Sim, sem dúvida nenhuma. Principalmente, no primeiro ano em que não podia sair daqui e em que ao fim de semana ia sempre a casa, as relações que tinha cá em Lisboa foram completamente negligenciadas. Eu visitava os meus colegas de esquadra apenas quando ia a tribunal.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

J: É um escape, é ver a família, ver os amigos.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

J: É desanimador. Por acaso, é uma coisa que eu já falei várias vezes. Quando uma pessoa sai de casa para ter de fazer uma viagem de três horas e meia para vir trabalhar, independentemente de qualquer que seja o trabalho, já não é positivo. Mas quando as pessoas se sentem motivadas no que estão a fazer, vêm com motivação e para aqui não vêm com motivação.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

J: Sim, sem dúvida, tudo se fala, tudo se sabe. Isso é o bê-á-bá. Há sempre essa possibilidade.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

J: Sinto-me mais descontraído no quarto, mas de qualquer forma mesmo no quarto pode entrar qualquer pessoa ou um oficial a qualquer momento. Portanto, privacidade não existe de forma alguma. Agora, um local onde uma pessoa se sinta melhor, não diria. Se há locais onde uma pessoa se sente mais constrangida, talvez, nomeadamente a parada e as salas de aula.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

J: É ir falar com alguém do corpo de alunos. Provavelmente significa que vai ser repreendido.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

J: Sim, sem dúvida. Claro que sim. Não quero dizer falta de ocupação, porque as pessoas também se ocupam com o que quiserem. Quando uma pessoa está envolvida em algo que fique absorvida pelo que está a fazer, o tempo passa a correr. Basta comparar uma aula teórica de direito e uma aula de educação física, a duração é a mesma mas não tem nada a ver. Eu noto que, nos dias do Instituto, uma pessoa vai arranjanado ocupações, seja ler livros, ver filmes, jogar jogos, estudar quem gostar de estudar, para que isto passe mais depressa. Porque se uma pessoa estiver aqui parada só, o dia custa a passar, como é óbvio.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

J: É uma questão de preparar uma rotina, de preparar quanto tempo é que se demora a fazer “x” coisas e fazê-las com a devida antecedência para cumprir os prazos. Nisso ajuda, também o facto de as pessoas serem organizadas.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

J: Embora eu não faça planeamentos semanais, tenho a noção de que também não valia a pena fazer porque aqui há sempre alterações de última hora: aulas para repor, os treinos que mudam, atividades do Instituto, há cerimónias, há tudo o que se puder imaginar...nem que seja móveis para mudar de sítio.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

J: A única utilidade das formaturas é para o Instituto como forma de nos controlar. Para saber quem está, quem não está, para obrigar as pessoas às “x” horas a estar num determinado local. Não faz muito sentido fazer-se uma formatura para ir para as aulas. Toda a gente poderia ir autonomamente às aulas, mas é uma maneira de garantir que sabem se alguém faltou a essa formatura e tentarem perceber o porquê – se ficou a dormir, se está doente. Ao nível de ficar em formatura à espera para ir almoçar ou jantar é um exercício de masoquismo que não faz muito sentido.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

J: Lembro-me de *patas*.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

J: É, no fundo, levantar o queixo e olhar não para o plano em que as pessoas estão, mas para um plano superior. Não ter contacto direto com alguém.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

J: O que é que perderiam na formação enquanto oficial de polícia, zero. Enquanto espírito de corpo, talvez algo. Embora isso pudesse ser colmatado com atividades extracurriculares que promovessem o espírito de corpo.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

J: Se ele tivesse interesse, sim. É um futuro promissor com garantias que não tem em qualquer profissão. Vem para uma instituição em que não paga alimentação, não paga vestuário, não paga dormida e ainda recebe salário, que vai ganhar progressivamente mais dinheiro e mais independência. Portanto, é tudo positivo para quem for civil. Sem dúvida que acho que o sacrifício compensa. O que se retira daqui é a vivência com os pares, com os colegas, mas não acho que tenha de ser obrigatoriamente em internato que se consiga essa vivência.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

J: Sobretudo experiência pessoal, embora haja sempre o quociente formatação de viver numa casa durante tantos anos, com certas regras e seguindo certas filosofias. As pessoas, umas mais que outras, ficam moldadas em certos aspetos. O internato enquanto oficial de polícia não se leva nada. Da perspetiva da formação, leva-se alguma coisa, embora eu ache que não seja adequada e direcionada para a função a desempenhar, não nos prepara devidamente para a função futura.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

K: Não. Para já não tens comodidades, e depois não se tem espírito. No primeiro ano, ainda havia algum, andávamos embebidos naquilo e eu achava que havia algum espírito. Quando passei para o segundo ano morreu. Então este ano, está morto de todo a nível de companhia.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

K: Em grupo, tudo em grupo.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

K: O que custou e custa mais é a falta de privacidade, de não se estar sozinho em lado nenhum, também precisas disso para te adaptar. Mas o que me custou mais nem foi o entrar aqui, foi mais o perceber que isto não era o que tinha idealizado. Ou seja, entrei no primeiro ano, levámos aquele choque e percebi que aquilo que as pessoas transmitiam não era de todo o espírito que elas viviam.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

K: Para o chefe de curso deve ser frequente, para os restantes não. Aliás, para aqueles que têm alguma ligação direta, o chefe e o adjunto de curso. Os outros raramente, só em aulas de ICAL, mas raramente falam para nós, falam para toda a gente.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

K: Dirigimo-nos com aquela teoria toda: em sentido, direita-volver, esquerda-volver, continência para entrar, continência para sair, dá licença que saia, que me levante, que me sente...

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

K: Para já, eu acho que os oficiais que cá estão deveriam ser aqueles com maiores provas dadas, os melhores. Porque isto é a formação, o exemplo vem de cima. Se vires um oficial mau, vais ser um mau oficial, porque vais imitar. Durante quatro anos da nossa vida estamos aqui e depois passamos de besta a bestial, metem-te duas estrelas ao ombro. Não faz sentido. Quem tem juízo, quem tem exemplos

lá-fora, quem era agente acaba por ter alguma consciência. Eu acho que quem não era mau, torna-se, que quem era mau, fica pior. Quando saís daqui, passas a bestial e achas que podes tratar toda a gente que está abaixo de ti como te trataram enquanto aqui estiveste.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

K: Não. Isto podia ser muito bom, tinha potencial para ser muito bom. Lembro-me que nos disseram que éramos “a nata da nata”. Realmente, para entrarem vinte e cinco no meio de mil, se não escolherem os melhores... Passam seiscentas pessoas nas provas físicas, têm muito por onde escolher. Entram aqui personalidades muito fortes, são muitas personalidades fortes juntas, por isso é que isto às vezes corre mal. As personalidades fortes têm tendência a manter as suas características. Quem é moldável, quem não tem as coisas bem definidas perde a noção do real, fica a viver num mundo utópico que criam aqui dentro. Isto é um pequeno universo da polícia, eu nunca fui a uma esquadra, mas espero que não tenha nada a ver, até o espírito em si. Não quero acreditar que vou tratar alguém como me tratam a mim. É isso que falha: a moldagem ser para nos tornar superiores, nós mandamos mas tem que haver uma separação entre ser superior e deixar de ser um ser humano. Há aí gente intragável.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

K: Depende muito do camarada, se conheces a pessoa e notas que pode haver uma evolução. Eu lembro-me de *meter as patas* no primeiro ano e dos meus colegas treinarem debaixo dos claustros ordem unida comigo. Faz sentido que assim seja. Há pessoas que não vale a pena, que se põem um bocadinho à margem. O grupo faz a seleção natural.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

K: Acho que não sou a mesma pessoa. Pela idade, é uma evolução natural, mas acho que se cresce muito rápido. *Lá-fora*, com os meus amigos, eu não tenho o mesmo tipo de problemas, nem de preocupações. Eles pensam em álcool e festas, para mim não se encaixa. Portanto, acho que nós somos obrigados a crescer. Sem dúvida que mudei, o fundo está cá, agora o resto não. Acho que estou mais ponderada.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

K: Não, as relações não continuam iguais, mas isso também era impossível, vai cada um para seu lado. Agora, o fundo das amizades e das relações mantém-se, acaba por ser quase o refúgio. Em parte, tenho os meus amigos aqui, mas continuo a ter os meus amigos em casa.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

K: Casa, comodidade, conforto, lareira no inverno porque aqui “rapa-se” um bocado de frio. Vamos para casa à procura do que não há.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

K: É “espetar-me uma faca e deixar-me esvair em sangue”. Aquele comboio é horrível, a viagem custa. Eu não desgosto de estar aqui, nem em casa, o que não gosto mesmo é da viagem, é um bocado cansativa. Transportar roupar de um lado para o outro é chato.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

K: Eu não tenho a capacidade de me retrair, embora às vezes achasse que devíamos estar sempre a ser observados. Ou seja, como eu não tenho essa capacidade, acho que isto é tudo um grande ciclo de mentiras, como a história do ser e do parecer. Eu pareço exatamente aquilo que sou; há pessoas que conseguem ludibriar completamente o sistema. Não, não estamos sempre a ser observados. Há pessoas que têm mais sorte que outras, eu não tenho sorte nenhuma.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

K: Claro que há sítios que uma pessoa não gosta muito de andar – passar no corredor do corpo de alunos, entrar naquele corredor de bivaque na cabeça é pensar “de onde é que ela vai cair?”, “vai-me vir aí alguém de frente, vou já *meter as patas*, bater três continências”. Nos sítios onde há mais oficiais, há maior probabilidade de *meter as patas*. O quarto é o mais à-vontade, porque é onde tenho as minhas coisas, onde passo mais tempo.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

K: Corpo de alunos, ou problemas ou...problemas. Para mim é, não sou chefe de curso. Ou quando *vou-lá-acima* é para me queixar de alguma coisa, o que também é raro. Quem se mete muito a jeito, “leva com elas”.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

K: Em relação a um dia de férias, parece de certeza. Mas um dia de férias também parecia maior quando estava na escola. Há alturas em que passam muito rápido, na altura de exames é um “tirincho”. Temos muita coisa para fazer em pouco tempo, acho que é um dos grandes defeitos daqui. É muita solicitação e não tens assim tanto tempo livre.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

K: No primeiro ano não tomava banho com tanta frequência porque me ia suar logo a seguir. Um desperdício de água, é uma questão de logística.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

K: Planear, planeio, cumprir é que não. Surge sempre alguma coisa para fazer, uma tarde ocupada que não depende de nós. Não há tardes livres, estão à disposição da direção.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

K: Em sentido utópico, faziam lógica se efetivamente controlassem alguma coisa, ver se as pessoas andam bem ataviadas. Em sentido real, a formatura das vinte e uma e trinta não tem razão de ser, só interrompe o estudo. A das sete da tarde “dou de barato”, a da manhã tem que haver, a do almoço também não me queixo. Ninguém controla nada. Se controlarem, fazem sentido, se não controlarem, para quê fazê-las?!

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

K: Nós criamos dialetos, elas saem naturalmente. Toda a gente diz que vai para o *choco*, ou *estudar direito* para dizer que vai dormir.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

K: É olhar para algum lado sem ver nada. Olhar, mas fugir dali. Basicamente, *olhar para o infinito* é fixar um ponto e ficar ali a olhar para aquilo e mais nada.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

K: O espírito que não há. Para já, era um problema para todos os que vêm de longe, onde iam ficar. As pessoas iam-se perder, ia acontecer aquilo que acontece na universidade que é: ia sair daqui, ia para casa, ia sair à noite e isto era uma universidade normal. E eu acho que não é isso que deve acontecer. Acho que o motivo pelo qual há internato, que é unir-nos e preparar-nos para o “regime da cama

quente”, de viver em camarata, não existe. Porque nós não somos capazes de ter uma ligação entre cursos. Há pessoas com quem nos damos melhor, mas isso já tem a ver com o esforço de cada um ou às vezes por sorte – por acaso, estou doente, vou para hospital com aquela pessoa que estava de cadete-dia e fico com o número dela e temos uma afinidade.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

K: Claro que sim. Gosto muito disto. Gosto tanto que até é mau. Vim para a polícia com a ideia de que toda a gente adorava isto. Acho mesmo que se as pessoas sentem algum tipo de vocação, se se identificam minimamente com isto, efetivamente é uma boa oportunidade. Sais daqui, tens emprego, mesmo que a progressão na carreira já não seja aquilo que era. Eu sou da opinião que toda a gente devia ir à tropa por um motivo muito simples: na primeira semana em que estive no Instituto dei valor ao que era beber água e lavar os dentes. Acho que sim, aprendemos umas coisas, aprendemos a lidar com muitos tipos de pessoas, a engolir muitas vezes a nossa personalidade, que não é fácil, e aprendemos a viver sem regalias, a viver com o mínimo. Claro que não é o mínimo, mas é não ter tudo aquilo que desejávamos e que as pessoas normais têm.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

K: Espero que me traga mais-valias para alguma coisa, que não tenho a certeza que vá acontecer. Estou aqui há dois anos e meio e de polícia sei zero. Se me tivessem metido numa esquadra no primeiro dia em que aqui cheguei, a figura que eu ia fazer ia ser praticamente a mesma, eu ia perguntar. Ia ter que perguntar, nunca tive problemas e acho que nunca vou ter problemas de humildade. Para mim, é daquelas coisas que estão escritas na parada que ninguém respeita, ninguém quer saber. É a coisa mais importante. Vou chegar *lá-fora*, vou ser leal com quem eu quiser, vou ser camarada, mas se eu não for humilde o suficiente para perguntar, nunca vou ter nada. Portanto, a nível policial, tenho esperança de aprender qualquer coisa quando chegar ao quinto ano. A nível de pessoa, claro que nos molda, crescemos, aprendemos a lidar uns com os outros.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

L: De certa forma, sim, é a minha casa, passo cá a semana toda. É sempre difícil chamar-lhe casa, nunca estamos verdadeiramente à-vontade, existem sempre restrições.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

L: A maior parte delas é em grupo, essencialmente em grupo. Muito do individual deve-se também ao controlo que existe entre nós que é importante, para manter o aprumo de cada um.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

L: Gostei bastante, foi a parte de conhecer novas pessoas. Achei importantes todas as *praxadelas* físicas, já que vamos ficar cá cinco anos, temos de ter camaradagem entre nós. Essa fase inicial foi bastante importante. Acho que a adaptação tem mesmo de ser no primeiro ano, porque depois nos outros anos já não se ganha autodisciplina. Se não for no primeiro ano, só se fazem as coisas bem-feitas porque se têm de fazer.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

L: Muito reduzida. Acho que nós nunca ficamos à-vontade com os oficiais. É como se eles fossem sempre muito superiores a nós e nunca pudéssemos mostrar-lhes os nossos problemas. Há alguns cadetes que têm mais dificuldade em manter contacto.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

L: Há um distanciamento entre cadetes e oficiais. No início é importante, mas acho que devíamos ir ganhando confiança, sempre com respeito. Devia haver maior interação, cumprindo as regras, pedindo licença na mesma.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

L: Dão-nos aulas, se precisamos de alguma autorização, vamos falar com eles, podem autorizar ou não. Têm de instruir-nos pelo exemplo.

- 3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?**
L: É muito importante, principalmente no primeiro ano. Mas depois, a certa altura, deviam ser concedidas licenças porque muito tempo juntos cria alguns desacetos entre nós.
- 3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?**
L: Alguns de nós vão falar com a pessoa em causa; outros gostam mais de desfazer camas, mais às escondidas.
- 3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?**
L: Acho que já mudou alguma coisa desde que entrei, certas particularidades minhas. Somos de alguma forma mais reservados. Por exemplo, a pronúncia de algumas palavras, na forma de ser. Continuo a mesma pessoa em termos de valores.
- 4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?**
L: Com alguns amigos mais próximos, fiquei mais distante deles, deixei de os ver tanto. Agora, já não saio tanto com eles como saía. Familiares está igual.
- 4.2. O que representa para ti o fim de semana?**
L: Pensar sobre a semana. É muito importante ir a casa no fim de semana, há certas coisas que acontecem aqui que temos de ir para casa descansar. Esquecer e só estar com a família, não pensar mesmo no Instituto.
- 4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?**
L: Quando venho no domingo, até já venho com saudades dos camaradas. Venho contente.
- 5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?**
L: Sim, temos de estar sempre atentos, protegemo-nos. Estamos sempre a ser observados por todos, mesmo entre cadetes. Também por oficiais e mesmo professores, por ser um espaço bastante pequeno. Durante a integração, fomos para a parada *encher* por causa de queixas de pessoal da portaria.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

L: Sim, o quarto. Estão só pessoas do nosso curso, é raro entrarem oficiais ou pessoas de outros cursos. Nas salas, é provável entrarem pessoas de outros cursos. Até na sala de cadetes, com essas licenças todas para entrar e sair, nunca se está à-vontade. No primeiro ano, nem sequer me apetecia lá ir.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

L: Ir ao corpo de alunos. É dos espaços onde nos sentimos menos à-vontade. Estamos na presença de oficiais.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

L: Parece, pelo facto de estarmos sempre condicionados, não nos podemos deitar à-vontade. Em casa, deito-me, vejo um filme, o tempo passa rápido. Aqui não me posso deitar, ou se me deitar, nunca estou completamente à-vontade. A qualquer altura posso ser chamado por qualquer coisa.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

L: No primeiro ano, tinha muitas técnicas. No meu quarto, era eu que acordava mais cedo para fazer a barba. A farda deixava pronta na cadeira, tudo preparado, mal acordava estava tudo pronto. Preparava tudo na noite anterior.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

L: Não, estamos sempre à disposição da direção. Já cheguei a planear compromissos e numa sexta-feira à tarde, que nunca é suposto, tive de desmarcar por causa de uma reunião com o diretor.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

L: São importantes para aqueles cadetes que não ganharam autodisciplina no primeiro ano, assim impede que fiquem muito desleixados. Têm de fazer a barba porque o oficial vai passar revista.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

L: *Ronhas, cagança*. Não sabia o que significavam.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

L: Olhar em frente porque não devemos nada a ninguém. Temos de ter uma postura firme em formatura, não é olhar para o chão ou para baixo.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

L: Dessa forma, passava a ser tal como no secundário. Não se criavam aqueles laços fortes como são criados em internato.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

L: Sim, mas ele tinha de gostar mesmo de ser polícia. Se não conseguisse ir para a universidade, por exemplo, por razões económicas. Há boas condições, boas oportunidades.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

L: A minha vida, aquilo que sou como pessoa. Esta passagem tem uma maior influência na nossa vida. A carreira de oficial aqui não ganhamos muito a nível operacional, muito do que vai ser preciso para a carreira de oficial, aprendemos *lá-fora*. Grande parte é só teoria, daqui uns anos não me lembro de quase nada. Como oficial de polícia, aprendemos a cumprir a horários, a saber estar do outro lado, a saber como falar com as pessoas. Ao longo dos anos, lembramo-nos que já tiveram connosco atitudes que não gostamos, o que temos de fazer é não repetir isso. A tendência às vezes é “já que fizeram isto connosco, vamos fazer o mesmo”.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

M: É difícil de responder a isso. Visto que passo cá cinco dias da semana, passa a ser um pouco a minha casa, mas nunca sinto aquela ligação como se fosse mesmo a minha casa. De certa forma, sim e, de certa forma, não.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

M: Pela minha experiência, muito derivado ao meu curso, o nosso dia a dia é totalmente em grupo. Eu, por exemplo, não me vou deitar quase nunca antes da uma da manhã, nunca vou para o quarto sem ninguém. Estou sempre em grupo a fazer alguma coisa, mesmo até ao ginásio vou sempre com alguém.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

M: Não estava minimamente consciente para o que vinha. O que mais me chocou foi principalmente horas de sono, naquela parte da integração dormíamos muito pouco. Eu estava habituado a dormir bastante e chegar aqui e dormir três horas, quatro horas, no máximo, foi o que mais me custou. E depois, claro, as regras que imprimem no dia a dia, da vida de civil não se vem com essas regras.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

M: É nas aulas de ICAL ou quando há algum assunto urgente a tratar, que até passa, no caso do meu ano, pelo chefe de curso. Ou seja, fica quase restringido às aulas de ICAL.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

M: Muito afastamento.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

M: A função deles atualmente está a ser meter-nos medo. Não é mais do que isso, para mim. Nós devíamos ter respeito por eles e não medo. Deviam estar a ensinar-nos como vão ser as coisas *lá-fora*, sempre na perspetiva de ajudar e não de intimidar. Deviam preparar-nos minimamente para o que vai ocorrer *lá-fora*, qualquer coisa que precisássemos deviam ser o primeiro apoio. Não se tem verificado nada disso, bem pelo contrário, parece que só querem meter entraves.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

M: Considero que devia imprimir, mas que não imprime muito sobretudo por causa de picardias escusadas. Nota-se que mesmo dentro de cursos não há união. Cria-se um afastamento aqui, mas depois *lá-fora* somos todos subcomissários, vamos precisar todos uns dos outros. Aqui só por se ser mais antigo, é a tal coisa...o medo. Como se cria este sentimento de superioridade, acho que a união se perde muito. Há até muita responsabilidade dos oficiais, acho que, para uma companhia ser unida, os problemas de uns deviam ser os problemas dos outros. Às vezes vemos que há problemas alheios e dizemos “nós até fazíamos qualquer coisa, mas já sabemos que, se fizermos, vamos ter repercussões negativas” e acabamos por não fazer. Acho que não fazemos coisas que nos mantinham unidos, como lutar por uma coisa que nos parece injusta, porque podemos “levar nas orelhas”. Esse medo faz a desunião.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

M: É difícil quando é alguém mais antigo porque levam a mal. O meu curso acho que faz isso muito bem, quando alguém erra, somos os primeiros a dizer “olha, erraste, fizeste isto mal e melhora para a próxima”. Se errar outra vez, dizemos novamente.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

M: A maneira como olhamos para as coisas, a nossa postura acho que muda um bocado. Embora eu *cá-dentro* continue a ser muito brincalhão e tudo mais, mas *lá-fora* sinto que olham para mim como “ele está na polícia” e dizem “um polícia não pode ter essas atitudes” e nós começamos a ver um pouco isso. Se calhar, eu antes fazia uma determinada coisa e agora já não faço pelo simples facto de estar na polícia. Há certas atitudes que mudaram. Sinto que ganhei mais responsabilidade relativamente a colegas que estão na faculdade.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

M: Não, no primeiro ano ia todos os fins de semana a casa e saía para estar com os meus amigos. Na época de exames, não tanto. Mas mesmo agora, quando vou lá, tento estar com os meus amigos e mantém-se tudo igual. Claro que há conversas, que eles vão tendo, que não compreendo porque ocorreram durante a semana e não dá para acompanhar.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

M: Parece que é um pouco a libertação. Nós estamos tão sufocados de estar *cá-dentro*, de ver sempre as mesmas caras, as mesmas pessoas. Mesmo que se goste de estar com aquelas pessoas do curso, dos amigos aqui de dentro, chega a uma altura que é cansativo sempre as mesmas pessoas, sempre o mesmo lugar que é tão pequeno. Chegamos *lá-fora* parece que temos o mundo à nossa espera. É um pouco isso.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

M: Domingo é o dia mais triste, é o dia que temos de voltar. Vai-se encarando. É esperar pela sexta-feira seguinte. A interrupção letiva vejo de duas formas: não custa tanto porque já não estou cá há muito tempo e vou voltar a ver o pessoal do meu curso e os camaradas; mas depois, estando cá dois ou três dias, afinal, já queria ir embora de férias. Custa sempre.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

M: Sim, sem dúvida. Não são raras as vezes em que estamos no corredor e aparece um oficial. Já para não falar de colegas que estão sempre a ver-nos, mas de oficiais é o que temos mais receio.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

M: Sala de cadetes e o pátio.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

M: Ou à secretaria, ou ao corpo de alunos, se bem que há mais serviços lá. Quando dizemos *fui-lá-acima* é maioritariamente ao corpo de alunos. Aquele corredor é quase inacessível, só se vai lá quando se vai pedir alguma coisa, ou quando vamos tratar de alguma coisa séria, ou, na pior das hipóteses, vai-se ouvir uma repreensão.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

M: Quando chegámos, disseram-nos que era três vezes mais, que um dia aqui equivalia a três. Mas não sinto muito isso, se não gostasse nada de estar cá, se calhar sentia. Há coisas más no Instituto, mas há coisas boas, há pessoas boas. Como me sinto bem com elas...

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

M: Começa a ficar quase tudo rotinado – é acordar àquela hora, tomar o pequeno-almoço, a seguir tomar banho...começa quase a ser um ciclo vicioso.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

M: O planeamento sofre sempre alterações. Ainda hoje, ninguém estava à espera de uma conferência, avisaram-nos à hora de almoço que tínhamos de ir assistir. Há semanas que não há nada que se ponha no meio, mas normalmente há sempre uma coisa ou outra. Por exemplo, estávamos a planear almoçar rápido e ir cortar o cabelo e na segunda-feira há reunião de corpo de alunos. Há sempre alguma coisa que não bate certo.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

M: Eu acho que é um pouco para nos regravar, para saberes que há horas para tudo, que naquela hora tens de estar na formatura. Eu vejo as formaturas um pouco como controlo, senão podia ser uma bandalheira. Até para não chegar pessoal atrasado às aulas de manhã, assim estás dez minutos antes, de certeza que chega tudo a horas. Na hora de almoço, normalmente faz-se revista para ver como estás uniformizado.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

M: A que mais se usa, quando nós chegámos, é *patas*, já *meteste patas*. Se pensarem um bocado *lá-fora*, se calhar percebem, mas aqui para nós já é automático – *patas*.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

M: Normalmente quando diziam *olhar para o infinito* é porque o pessoal se estava a mexer muito e porque queriam outra postura. Normalmente, porque se estava a olhar para um lado que não para a frente.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

M: Acho que as amizades ficam mais fortalecidas quanto mais tempo passas com uma pessoa, logo aí a força da amizade não ia ser tão grande. Há momentos de estudo, pelo menos eu gosto de estudar em grupo e debater ideias, mesmo que não seja estudar, gosto de falar de assuntos policiais com pessoas mais velhas, gosto muito de ouvir o que os agentes têm para dizer. A verdade é que sabem muito mais da vida operacional do que nós, essa parte ficaria condicionada.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

M: O Instituto atualmente não funciona bem, mas eu acho que as academias têm tudo para funcionar bem. Acho que este Instituto tinha tudo para funcionar bem com as pessoas certas aqui. Por isso, eu acho que o aconselhava a vir, sabendo que o Instituto poderia ser mais benéfico, poderia aprender-se muito mais, a experiência poderia ser muito melhor. Mas eu aconselhava-o a vir, acima de tudo porque isto é uma profissão estável para os filhos. Um oficial não ganha mal em comparação ao salário mínimo, tem-se uma boa progressão na carreira. Se achava que a vida dele no Instituto ia ser boa, se o ensino ia ser bom? Dependia um bocado, porque a nossa formação podia ser muito melhor, muito mais exponenciada. Refiro-me a disciplinas que dão cultura, dá para falar com uma pessoa e verem que tens conhecimentos: algumas não tem aplicabilidade; outras não sabes o que é que dás, parece que estás a marcar passo. Há uma coisa que eu não gosto do ensino: os professores dão *cá-dentro* as aulas da mesma forma que dão *lá-fora*. Podíamos ganhar mais se as disciplinas fossem dadas de uma perspetiva policial, é tudo vago e teórico. A componente da direção e oficiais também podíamos melhorar. Se eles nos dominassem pelo respeito, se víssemos ali um exemplo...também aprendemos pelas falhas dos outros. Dá sempre para retirar algum ensinamento.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

M: Acho que está um pouco interligado porque o oficial vai ser sempre a pessoa por detrás do oficial. Levo muito como oficial, o conhecimento todo que apreendi, mas também levo muito com pessoa pelo que aprendi não só nas aulas, mas o que me fez crescer como pessoa aqui dentro, os valores que aqui aprendi, que nos passaram. Há aqui um nivelamento, não sei se a balança tende mais para um lado ou para outro. De forma oculta, na integração, passam-nos grandes princípios. Essa forma oculta foi mais importante do que até os bons exemplos.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

N: Neste momento, sim, na perspetiva de segunda casa. Aliás, atualmente, passo mais tempo cá do que na terra. Eu sinto-me confortável. Fora do ambiente das aulas, pelo menos para quem fica cá os fins de semana, conseguimos perceber algumas rotinas do Instituto em si, por exemplo, do pessoal da portaria, do pessoal da messe. Às vezes são esses pormenores fora do ambiente das aulas que dão aquele ambiente de casa, de confraternização com as equipas que estão de serviço. Tornam-se mais confortáveis os fins de semana aqui.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

N: Das nove às cinco é quase impossível não estar enquadrado no “rebanho”, digamos assim. Ou há uma justificação para não estar dentro do grupo ou, então, és obrigado. Na formatura tens que estar dentro do curso, as aulas mais segundo, menos segundo, tem que se estar dentro da sala, até mesmo nos intervalos. Há aquela autonomia de ir ou quarto ou não, de ir ao bar comer. Das nove às cinco ou até à formatura das vinte e uma e trinta, é o grupo que funciona. Depois, algum tempo de lazer é mais individual, mas o grosso é tudo em grupo.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

N: Inicialmente, a ideia que eu tinha era de entrar e sentir um grande choque, com um bocado mais de frieza, por ser um ambiente novo, a escola de oficiais. A adaptação no início gostei, mas depois o enquadramento acho que já não foi o mais saudável, porque a rigidez inicial devia ser só num início curto. A nossa manteve-se durante o ano inteiro, acho que a ideia é ir alterando esse enquadramento dos cadetes, acho que não houve essa sensibilidade. Foi do início ao fim o mesmo padrão, quando a ideia é ir evoluindo.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

N: Acho que é mesmo muito pouco frequente. Se calhar o chefe de turma e o chefe de curso têm um contacto mais regular. De qualquer maneira, há de ser um contacto meramente a nível de assuntos de curso.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

N: Acho que não há aquela abertura de chegar lá e sentir que se tem ali uma esponja, mas sim uma barreira. Pelo menos, eu sinto isso. Não vejo no corpo de alunos um grupo de pessoas com quem eu possa chegar lá e expor um problema e sair dali minimamente esclarecido. Acho que há ali uma barreira psicológica qualquer que me afasta do corpo de alunos.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

N: A ideia que eles passam é mais de rigidez, de impor regras e condutas. Mas eu considero que devia ser, em vez de estar à frente, estar ao lado. Estar ao lado dos cadetes, dar alguma abertura para os cadetes também sentirem confiança no oficial que têm ali ao lado. Dando um exemplo concreto, uma vez fui chamado à atenção à frente de docentes e pessoal do quadro orgânico porque o meu cabelo, segundo a apreciação daquele oficial, não estava conforme. Acho que essa conduta é errada do ponto de vista deontológico. É essa relação que eles criam e depois não há reciprocidade dos cadetes para os oficiais.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

N: Não. Sinceramente, não. Acho que o regime de internato funciona durante certo tempo, mas depois os objetivos pessoais sobrepõem-se aos do grupo. Começa a haver mais divisões, não partilham nada, já estão na competição das notas, embora estejam no mesmo quarto. Basicamente, o quarto é um lugar para ir lá dormir, trocar de roupa, fazer o que têm a fazer e não estão ali no quarto. Estão no quarto de outro cadete que faz parte do grupo deles. Entre companhia, também não, é um projeto falhado aqui dentro do Instituto. Não considero que haja aqui esse espírito que querem transmitir e é a falha principal para mim. O próprio corpo de alunos podia arranjar uns estratagemas para aproximar a companhia. Houve momentos-chave em que o corpo de alunos podia ter aumentado a solidariedade entre companhia e fez exatamente o contrário, ainda afastou mais. Não sinto que entre cursos haja esse espírito de união e camaradagem.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

N: Pelo menos do que eu vivi, foi à base do diálogo com as pessoas em questão – pessoas que têm mais dificuldade na adaptação, outras mais por carolice. Acho que o pessoal que era agente, ou por ser mais velho, se tiver uma boa retórica, acaba por conseguir resolver esses picos de resistência através do diálogo.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

N: A nível de génese, não. A nível de trato com os oficiais se calhar vou ter mais cuidado. Eu tinha uma visão mais cor-de-rosa que agora já começo a perder, vou ter mais cuidado no trato com camaradas oficiais, antes era mais descontraído. Eu vejo que a pessoa que progride na carreira na polícia é vista com desconfiança, com algum desdém. Cuidado a todos os níveis.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

N: Sim. Com o tempo, é como “sacudir as maçãs da árvore”, vão caindo algumas. Tem a ver com o dia a dia, a pessoa afasta-se. Claro que mantenho o contacto com camaradas de profissão e outros da terra, mas com o tempo tem vindo a distanciar-se mais. Agora só falo com eles ocasionalmente. Com familiares, no primeiro ano, se calhar o contacto diminuiu porque era mais intensivo, mas agora tem sido normal.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

N: É o escape à semana, é poder dormir a tarde inteira à sexta-feira. É não ter as formaturas, é poder ficar a dormir sábado até tarde. Fugir um bocado àquela pressão do dia a dia, de estar sempre naquele ambiente invisível de oficiais, de messe, de formaturas, aulas. Funciona quase como um oásis no deserto. À segunda-feira volta-se outra vez ao deserto.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

N: É quase como se fosse o primeiro dia, ter de voltar outra vez, saber que vamos ter de acordar cedo, formaturas...

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

N: Não, não sinto essa pressão. Se calhar há pontos mais nevrálgicos, a messe ou a parada. Nem penso que vai estar sempre alguém a olhar para mim.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

N: Diria a sala de cadetes. É um espaço mais de retiro porque à partida raramente estão oficiais, estão camaradas apenas da companhia. É um sítio onde uma pessoa está no computador a ouvir uma música.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

N: O que me vem à cabeça é que já vai levar um raspanete do corpo de alunos, de um oficial. Existe o ir à secretaria do corpo de alunos, que fica no mesmo piso, e só o *ir-lá-acima* tem uma carga mais pesada.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

N: Parece, parece. À segunda-feira parece que uma pessoa já cá está há três dias ou quatro. É a questão do fardar, desfardar, dos desportos. Uma segunda-feira em que se tenha aulas até às cinco parece um dia interminável. Eu acho que os próprios intervalos e horários não estão adaptados à realidade universitária, deviam ser aulas de noventa minutos e qualquer intervalo de vinte minutos. Uma pessoa passa a correr o dia inteiro e depois chega ao final do dia estoirado. Se tiver um desporto, é mais uma hora e meia, chega-se à noite “todo partido”.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

N: A organização do armário, já tenho a *t-shirt* por dentro do suadouro. Mentalmente já tenho as fardas todas esquematizadas, em pouco tempo consigo trocar uma farda. Até tenho o cuidado de ter sempre uma farda de cada pronta.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

N: Eu diria que isso não é a regra, é a exceção. Mas, por regra, consigo ter uma visão da semana, consigo projetar a minha semana na maior parte das vezes e não tenho que alterar assim significativamente.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

N: Espiritualmente, deveria fomentar a coesão do grupo, o espírito de camaradagem, de companhia. Agora, na minha ótica, temos formaturas a mais. Não somos militares, mas temos traços. A formatura das vinte e uma e trinta nem faz sentido. A da manhã, acho que sim. A do almoço, tradicionalmente, também não fica mal. Tem sentido a da manhã senão haveria um bocado de bandalheira, pessoal que ia para as aulas quase de seguida – aqueles dez minutos de reflexão, de uma certa disciplina. Daí, vamos para as aulas, senão iríamos quase desorganizados, os atrasos iam ser mais que muitos.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

N: *Urubu* é uma palavra que me vai acompanhar o resto da vida.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

N: Está mais relacionado com as formaturas, com a parte da integração, essa tal rigidez da formação. Eu associo mais ao estar ali quietinho e olhar para a frente, não mexer.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

N: No futuro trabalho de oficial de polícia, especialmente no período pós-trabalho é quando às vezes se consegue ter uma perspetiva fora do trabalho institucional e uma aproximação mais informal, onde se consegue perceber o grupo onde se está inserido. Se aqui fosse aulas e casa, seria como no secundário em que tínhamos só o nosso grupinho de amigos e “o resto era paisagem”. O facto de ser em internato obriga a esbarrar com muitas pessoas e, às vezes, quem estiver mais atento consegue identificar-se com algum problema, nesse tempo que somos obrigados a estar cá. Pode levar-se isso para as esquadras. Por exemplo, numa esquadra, quando se sai de serviço, é importante não ter aquela pressa de ir para casa e ganhar-se algum hábito de ficar no *hall* da esquadra. Consegue-se ter uma perceção mais humana de perceber que as pessoas estão ali como pessoas e não como polícias. Acho que aí traz mais-valias para o futuro.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

N: Sim. Porque espiritualmente a formação é toda boa, alguém que vem cá e faz o curso não sai indiferente. Este tipo de formação transforma, molda a personalidade de uma pessoa. No serviço de polícia lidamos diretamente com a sociedade. Se tivesse um filho, ia tentar direcioná-lo para que ele naturalmente procurasse uma formação destas, com algumas regras. Eu não acredito muito numa educação liberal, há profissões que não é preciso estar num ambiente destes. É preciso formatá-lo um bocadinho para enquadrá-lo numa formação deste tipo.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

N: Pessoalmente, levo mais como futuro oficial de polícia. Também já vim para aqui com alguma idade, já tinha passado por algumas experiências, já entrei aqui um bocado frio, já tinha alguns anos de agente, já tinha lidado com algumas situações na rua. Aqui, tive de fechar um bocadinho mais a minha personalidade porque aqui não se consegue ser exatamente como se é. Tem que se limitar um bocadinho a nossa personalidade e, depois, é dentro desse limite que vou orientar a minha profissionalmente. Pessoalmente, tenho a minha personalidade, mas profissionalmente é com base nestes cinco anos que vou moldar o meu feitio *lá-fora*.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

O: Sim. Muitas vezes me refiro ao Instituto como sendo a minha casa e acho que, nesta condição de internato, é impossível dissociarmos essa conotação de casa, não significando isso que eu não tenha outra casa. Aqui é o sítio onde eu passo a maior parte do tempo, em parte, considero-o a minha casa.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

O: No meu caso, diria que a maioria é em grupo. No estudo preciso de estar só, mas, no geral, vou sempre procurar companhia, nem que seja só para estar com alguém.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

O: Para mim, o ano de adaptação, o primeiro ano, foi o mais fácil. Isto era tudo novo, era um entusiasmo constante para fazer as coisas bem, para atingir mais. Julgo que não tenha sido difícil, porque eu já tinha vivido com mais pessoas, o viver em grupo e estar longe da minha família não foi um choque. Foi o melhor ano aqui. Custou-me, sim, imenso – e ainda hoje me custa –, dormir no mesmo quarto com várias pessoas e termos uma casa de banho minúscula partilhada. Para uma pessoa que custa a adormecer, como é o meu caso, e acorda bastantes vezes, foi muito difícil, ainda hoje é.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

O: Na minha opinião, é pouco frequente porque temos aquelas aulas de ICAL definidas. Falta aquela ligação. Por exemplo, temos um oficial tutor e é suposto que ele te conheça minimamente, que seja um condutor aqui dentro e isso não acontece. A interação ocorre nas aulas, se necessitares de alguma coisa ou se fores o cadete-dia. De resto, o contacto é mínimo, à exceção do comandante de companhia-aluno.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

O: Médio, porque eu tive quase sempre o mesmo oficial tutor. São contactos muito formais, mesmo que haja uma linguagem informal, nunca se passa daquele assunto ali. Se bem que eu acho que em cada curso há um grupo de pessoas que se sente

mais à-vontade com um oficial. Às vezes, em instrução poderá haver um ambiente mais tranquilo, mas não deixa de ser em instrução.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

O: Deviam ser os nossos guias aqui dentro. Deviam tentar, desde o início, mostrar-nos aquilo que é esperado de nós e mostrar como podemos atingir isso. Não é só dizer “faz!”. Todo o caminho nós fazemos sozinhos, sinto que não há um acompanhamento.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

O: Sim. Para mim, esse é o ponto positivo do internato. Também depende se te dás bem com as pessoas com quem estás ou não. No meu caso, acho que é uma mais-valia.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

O: Notei uma evolução desde que entrámos aqui, se calhar porque já nos conhecemos uns aos outros. Por exemplo, no primeiro ano, passava por desfazermos as camas, é aquela ideia que nos incutem aqui desde o início. Agora já é muito mais fácil falar, às vezes chateamo-nos. Lá está, já são muitos anos.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

O: Sinto que cresci, que quando aqui entrei era muito mais infantil. Mas também acho que tinha uma vivacidade imensa, estava sempre alegre. Agora considero que sou menos alegre. A pressão que sentimos aqui, as tarefas constantes, a falta de liberdade leva a que uma pessoa se retraia *cá-dentro* e que se seja mais sério. Não é que isso seja mau. É o objetivo do crescimento tornarmo-nos pessoas não infantis. Sinto que sou mais responsável, por um lado, mas sinto-me menos confiante do que quando entrei aqui.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

O: Familiares não. Aliás, sinto muito mais vontade em estar com a minha família. Penso sempre previamente se posso ir a casa naquele fim de semana ou não, sinto que é muito mais forte e que a minha família me vê de uma forma diferente. Antes, se calhar, não era notório porque estava lá sempre, agora sinto que me querem lá. Com amigos, sem dúvida que sinto um afastamento. No início não, porque era sempre “então, como é que está a ser?”, e eu respondia “ah, mas eu não posso ir”.

Jantares, eles já sabem que tenho que dizer com antecedência para marcar as refeições e isso inibe a vida social. Senti, ao longo dos tempos, que isso acontece devido ao facto de tu te tornares diferente aqui. Os interesses que tu tinhas, agora, já são outros, tu já és diferente. Às vezes dou por mim, principalmente nas férias, a pensar “se eu estivesse com o meu grupo do Instituto, eu estava a dizer isto e isto e isto”. É completamente diferente!

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

O: Tiras esta pressão toda de cima, é ires para junto daqueles que tu gostas. Libertares a cabeça, os pensamentos, fazeres outras coisas, porque aqui, mesmo que queiras, não tens tanto tempo assim para ler o teu livro preferido ou ver filmes. O fim de semana são os dias em que tu podes despir-te daqui: ser uma pessoa normal.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

O: Isso também mudou. No início com muita alegria, agora é mais difícil. Sinto que precisava de mais um bocadinho de descanso. Venho para aqui e sei que vou dormir mal durante a semana, sei que vou ter montes de coisas para fazer e que tenho uma tarde livre e vão tirar-ma. Então, o fim de semana é precioso e voltar no domingo é mais duro.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

O: Sinto, a toda a hora. E que tudo o que fazemos pode ser tirado fora do contexto. Principalmente observado por colegas. É mais uma forma de te sentires preso. Toda a sociedade funciona assim, mas aqui é a multiplicar.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

O: Sinto-me bem no meu quarto, principalmente, porque é um bocadinho do meu espaço que eu criei. No geral, sinto-me à-vontade em todo o lado, exceto divisões em que não temos tanto acesso. Lá está, é a minha segunda casa.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

O: É subires as escadas e ires ao corpo de alunos. Ou porque tens um recado ou tens de fazer a rendição de serviço. Nesse corredor, tempos de pôr o bivaque, à partida, o corredor é logo mais escuro.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

O: Depende do estado de humor com que se está naquele dia, ou dos afazeres que tenhas nesse dia. Mas, no geral, e comparando com um dia *lá-fora*, diria que os dias parecem maiores. Muitas vezes, estás sempre no mesmo espaço, ou seja, parece que nunca saís, que é sempre o mesmo.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

O: Preparar a farda na véspera, meter as platinas, verificar se as botas estão bem, apesar de não o fazer todos os dias. De resto, foi só mesmo conciliar o horário do despertador e adaptar-me: ver o tempo que tenho naquele intervalo específico e eu agora já sei, cria-se uma rotina em que, por norma, eu faço isto. Neste intervalo, vou à casa de banho, naquele intervalo, vou comer...

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

O: Eu tento sempre, mas, por norma, sai sempre furado. Ou porque alguma atividade demora mais tempo, ou porque penso que vou conseguir terminar alguma tarefa e é mais complicada do que pensava. Surgem os treinos que eu não pondero, o planeamento sai à última da hora, sai ao domingo à noite. Se quisesse ter planeado a minha semana, tinha de o fazer às onze da noite.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

O: É uma tradição, tem a utilidade de se manter viva a tradição e acho sinceramente que é um momento bonito. Estamos ali todos juntos. Em termos práticos, em si não dá nada. Vão passar revista para veres se estás apumado, mas muitas vezes o cadete só está apumado à hora da formatura. Ou seja, é falso, a utilidade deveria ser cumprir sempre. Verificar se os cadetes estão bem à hora da formatura é uma falácia.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

O: Ensinada por oficiais: *o cadete não pensa*.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

O: Acho que, à primeira vista, o que o oficial que ordena pretende ver é a tua postura, estarmos todos iguais a *olhar para o infinito*. No fundo, o que a pessoa quer ver é a confiança que tu transmites.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

O: O convívio e o viver em grupo. Os laços não seriam tão fortes como são construídos desta maneira.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

O: Aconselharia, porque, a nível pessoal, tenho o sonho de criar uma dinastia de polícias. Eu vejo o Instituto como o que me está a dar minha formação, outras coisas aprendemos por nós, nos estágios. Vejo o Instituto como um meio para atingir um fim, uma vez que eu gostava de ter os meus descendentes polícias, aconselharia uma academia. Considero que é uma profissão muito nobre.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

O: Ambas. Viver em internato e por toda a experiência vivida aqui acabas por aprender a viver com os outros e isso influencia a pessoa que tu és. Consequentemente, influencia o oficial que vais ser porque antes de ser um oficial, és uma pessoa. É completamente indissociável.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

P: A vivência em si do Instituto está longe de ser o meu dia a dia como se estivesse a estudar em casa ou numa faculdade. Portanto, há uma grande diferença, se bem que obviamente as condições que o Instituto cria para o dia a dia seriam aquelas que eu teria fora. Claro que a comodidade nunca será a mesma, fora isso, a nível do afazer não altera muito. Ao fim de semana, quem fica, tem muito mais liberdade e, se calhar, aproveita alguma comodidade que durante a semana não se pode aproveitar por causa do ritmo escolar.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

P: Acredito que haja atividades que se realizam de forma pessoal. No entanto, a forma como eu sempre encarei o Instituto, tento sempre levar as atividades em grupo porque acho que é aquilo que o ambiente do Instituto por si só proporciona – o hábito de estudar em grupo na sala, na sala de cadetes, no quarto com outros colegas. Poderá haver algum caso pontual em que alguém estuda individualmente, mas o que sinto é que o Instituto proporciona que todas as atividades sejam feitas em grupo.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

P: Ao nível do ambiente em si, da rigidez, de ter um ambiente mais militarizado do que propriamente civil não tive tanto esse impacto, até porque tinha familiares militares já com certos hábitos em casa. Portanto, aí não houve grande adaptação. A grande adaptação foram os horários, quando ia para a cama, o acordar tão cedo logo com tanta atividade. O acordar cedo e começar logo o dia, parece que o mundo está a rodar todo à nossa volta e que não temos um momento para acordar como deve ser e perçecionarmos tudo à nossa volta.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

P: Por um lado, depende do oficial que se tenha. Dos quatro anos que aqui estou, a relação que se cria entre os oficiais do corpo de alunos e os cadetes é distante. Daquilo que vejo durante os quatro anos e fazendo uma ponte daquilo que vejo nas competições INTER-EMPES, com os oficiais de outras academias, noto que a nossa relação é muito mais distante. A proximidade que há é em casos muitos

particulares ou mesmo só nas aulas. Acredito que se não houvesse as aulas, se calhar a única pessoa que tinha contacto com o corpo de alunos era o cadete-dia ou o chefe do curso. Acho que esse à-vontade de ir falar com os oficiais não é proporcionado.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

P: Muito formal, à exceção do quarto ano, por causa dos projetos-escola que ajudam a aproximar um pouco. Cabe ao oficial responsável de cada curso mediar essa proximidade.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

P: Enquanto civil, acho que o papel de um oficial aqui dentro deve ser simplesmente à base do exemplo. Acho que o que vamos retirar daqui, destes cinco anos, vão ser os exemplos que temos aqui dentro, porque nunca tivemos um contacto anterior com outros exemplos para poder distinguir.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

P: Sim. Se há alguma coisa boa relativamente ao espírito de internato que se cria aqui, é mesmo essa. Em certos aspetos, acho que podemos ser moldados – e somos moldados aqui dentro. Mas também acho o contrário: cada pessoa já tem a sua personalidade, há muita coisa que cada um, aqui dentro neste regime, não faz, mas quando tem oportunidade e sem a pessoa “dar por ela” mostra aquilo que realmente é. Isso nota-se, por exemplo, em exercícios de campo.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

P: Ainda tenho isso no quarto ano. Daquilo que me recordo do início, das duas, uma: ou é à base da *praxadela* em que a pessoa fez asneira e leva com a cama desfeita ou a cadeira desaparece durante uma semana e a pessoa pensa “ok, *meti as patas*”; ou, através de uma reunião, em que há aquele estigma em que toda a gente aponta o dedo e a pessoa encolhe-se e fica ali. Atualmente, já não é tanto assim, é à base da *praxadela* ainda, a pessoa percebe sempre o que aconteceu ou que fez alguma coisa de errado. O que faz falta, se calhar, é continuar o hábito do primeiro ano em que toda a gente reunia e “encostávamos a pessoa à parede”.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

P: A minha forma de estar, a postura. E também o estar mais sério para com tudo. Fui moldado por estar aqui dentro, a tal pequena parcela em que há sempre uma margem para moldar. A personalidade, no fundo, mantém-se, mas há pequenos toques que foram dados ao longo destes quatro anos.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

P: Familiares, não. Amigos, sim. Perdi um pouco de laços que tinha com amigos, reduzi esse número de amigos com que me preocupo e com quem tento estar em contacto. A nível familiar, aumentou mais. Cada vez tenho mais aquela preocupação de ir para casa no fim de semana.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

P: Representa o tempo a correr. Domingo à tarde é para esquecer, depois de almoço. Por estarmos aqui dentro, tento fazer tudo aqui dentro do Instituto, para não levar nada para casa e para poder aproveitar ao máximo com a família. Portanto, para mim, fim de semana é esquecer o Instituto.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

P: Depende das semanas, depende dos momentos. Se há coisa que motiva ao domingo para vir são as pessoas com quem eu mais me dou. O que motiva menos é voltar àquela rotina das sete da manhã até às...não sei.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

P: Sim, até o estar com determinadas pessoas, por vezes. Mais por colegas, a minha preocupação é mais com quem não me dê tão bem, de outros cursos. O Instituto, pelo espírito que cria *cá-dentro*, costumo dizer que é uma pequena aldeia onde as bocas vão espalhando.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

P: Sim, o quarto por ser o meu espaço, por ter a noção do meu conforto. Depende também das pessoas com quem estou no quarto. A sala de cadetes, quando não está muita gente, por ser um espaço diferente que, apesar de estar dentro do Instituto, parece que está fora. A sala, pelo contrário, é o oposto, não estou tão à-vontade como estaria noutra sítio.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

P: *Ir-lá-acima*, pegando naquela distância que há entre os oficiais e os cadetes, do meu ponto de vista, tem essa conotação negativa por isso mesmo. Se não houvesse esse afastamento, *ir-lá-acima* era ir ao quarto e ir à sala de cadetes. *Ir-lá-acima*, das três, uma: ou é para pedirmos alguma coisa; ou é para os oficiais nos pedirem alguma coisa; ou então porque alguma coisa está a acontecer de mal.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

P: O dia é maior e mais pequeno. Isto é: é maior porque temos, sem dúvida, muitas atividades para realizar e parece que nunca acaba e há mais e mais e mais, e vão aparecendo, o dia aproveita-se de uma forma louca; por outro lado, ao final da semana, parece que os dias não foram dias porque passou num instante.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

P: Para ser mais rápido, há sempre coisas que se vão aprendendo. Deixar a farda pronta, fazer a barba no dia anterior. Cada vez menos tenho essa preocupação de pensar conscientemente nisso, como tinha no primeiro ano.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

P: Costumo receber o planeamento semanal e à segunda-feira, na primeira aula, costumo fazer o meu calendário. Não sai muito do que eu tenho planeado, nunca o cumpro totalmente. Há sempre algumas coisas que têm de ser alteradas.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

P: A meu ver, têm utilidade e são importantes. Acho que a forma como as formaturas são pensadas não é a mais correta. Por exemplo, a revista faz-se para ver se nós estamos ataviados, portanto, não tem lógica fazer-se revista de manhã, à tarde e à noite que já nem se vê tanto. Acho que perde um pouco a coerência e o efeito e, aí nesse momento, a formatura está a fazer-se porque se está a fazer, nada mais que isso.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

P: *Patas*, a primeira que me vem à cabeça.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

P: Não é tanto o olhar muito para cima ou o olhar muito focado em frente, porque no fundo não há nada para ver. Lá está, é *olhar para o infinito*, é olhar por olhar. Acho que é mais o “não olhes para aqui ou não olhes para ali” que se quer.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

P: Perderiam muita coisa. Não sou a favor da perda do internato, porque todo o espírito de união, do refúgio com outros, o agarrarmo-nos uns aos outros, tudo isso acho que se perdia.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

P: Sim. Acho que há muita coisa boa que se poderia retirar. Mas também acho que há muita coisa boa que se tenta ensinar que, a ensinar, seria mais em casa do que aqui. O bom de assimilar seria o espírito de grupo, o espírito de sacrifício, o estarmos dispostos a, o não controlamos tudo aquilo que temos.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

P: Influencia mais a minha pessoa, porque as principais lições que se tiram da vivência do Instituto são as relações interpessoais e não propriamente as relações policiais. Uma das falhas que se aponta à formação do Instituto é não ter uma parte tão prática, talvez por isso as lições que retire tenham a ver com a minha formação enquanto pessoa.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

Q: Sim, claramente. Ao início não tanto, mas com o passar do tempo começa-se a sentir isto como a tua casa. A partir do momento em que entro aqui, começo a ganhar um carinho especial pela polícia e, neste caso, o Instituto torna-se na minha casa.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

Q: A maior parte das atividades, pelo menos aquelas em que eu participei, em grupo. Agora, há sempre coisas individuais, a nível escolar, o estudo é individual, tirando pessoas que estudam sempre acompanhadas. As atividades extracurriculares, os seminários são mais a nível coletivo, não há uma coisa que seja só aquela pessoa a ir fazer.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

Q: No meu caso, houve um choque brutal: o regime, as horas, o ter de cumprir horários à certa. Foi complicado ao início porque não eram hábitos que eu tinha, a alimentação foi muito complicada. Considero que logo no primeiro ano me adaptei a este regime, bem e rápido.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

Q: Pouco frequente, ainda menos nos primeiros anos. Agora, naturalmente que no quarto ano já há uma interação maior e já há uma maior abertura por parte dos oficiais para essa relação existir.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

Q: Da minha experiência, dos oficiais cá da casa com quem já contactei, muito pouca formalidade. Às vezes até acho que há demasiada proximidade que nós não esperávamos do outro lado, ao tratarem-te por tu sem te conhecerem. Começa do oficial para o cadete, porque o cadete quando vai falar com o oficial não vai com esse espírito, mas depois vêes que do outro lado está a haver essa abertura e, se calhar, o cadete já começa a ter maior à-vontade a falar com os oficiais.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

Q: Tirando aulas e preparação delas, aquilo que eu acho que deveriam fazer – não sei se é aquilo que fazem –, enquanto oficiais tutores de cada curso, principalmente no primeiro ano, é verificarem se os alunos se estão a adaptar bem ao Instituto, se estão a conseguir estabelecer relações com os outros para se adaptarem ao ambiente, ao espírito de equipa e identificar possíveis situações de cadetes que não se estejam a adaptar e tentar fazer alguma coisa precocemente.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

Q: Não entendo isso como uma consequência. O facto de vivermos aqui não cria necessariamente esse espírito de grupo. A percepção que eu tive quando entrei foi que havia um verdadeiro espírito entre a companhia de alunos, espírito de corpo. A partir desse ano, senti que nunca houve nada igual. O espírito de grupo não consegue ser total, isto é, da companhia toda, há vários grupos entre cursos e o espírito acaba por existir apenas dentro desses grupos. Acho que não há um verdadeiro espírito de corpo aqui dentro, não há, isso vê-se quando queremos tomar uma posição... não se consegue. Tem a ver com os oficiais do corpo de alunos que talvez não nos inculcam esse espírito, tem a ver com quem está à frente da companhia de alunos que, se não tiver imbuído desse espírito também, não consegue transmiti-lo, e com o próprio curso do quarto ano, que são os mais antigos da companhia, que acabam por ser um reflexo daquilo que é a companhia como um todo.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

Q: Enquanto companhia, acho que é difícil isso acontecer, que me recorde. Entre curso, se houver algo mais gravoso, as medidas que se tomam – que, para mim, não são as mais indicadas – passam por nomear para representações que ninguém quer e vai essa pessoa. É um bocado *praxadela* por aquilo que foi feito, uma espécie de castigo. Face às armas que temos à disposição, é o que se pode fazer. Relativamente ao círculo mais próximo de amigos, de pessoas que lidam mais com esse elemento, falamos com essa pessoa, perguntamos o porquê de ter feito aquilo daquela maneira, dizemos que deveria ter feito de determinada maneira, mas acaba um pouco por ali. Fora desse grupo de amigos, as pessoas que estão à volta, é um bocado aquele rumor para pôr um pouco de vergonha na cara à pessoa que o fez.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

Q: Entrei aqui com a minha maneira de ser, sou uma pessoa impulsiva, se não gosto de alguém, não consigo disfarçar as minhas ações para com essa pessoa. E fui um bocado obrigado a ser impulsivo para mim, tento não explodir para os outros, guardar aquilo que estou a sentir e não exteriorizar e não causar mal-estar entre mim e essa pessoa, e entre o curso ou a companhia, para não chegar aos oficiais.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

Q: Há naturalmente uma quebra. Eu tinha um leque alargado de pessoas com quem me relacionava, antes de entrar para aqui. A partir do momento em que entro e deixo de estar tão presente, esse leque reduziu e o que vejo é que as pessoas que permanecem são aquelas que eu conheço verdadeiramente e que me conhecem melhor a mim. Quando estou com elas, é como se as tivesse visto ontem. As outras, eu percebo o afastamento.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

Q: Para mim, representa, em primeiro lugar, estar perto da minha família que é importantíssimo. O poder chegar ao pé deles, poder contar-lhes como é que foi a minha semana, saber como foi a semana deles. Estar próximo deles, dar-lhes aquilo que durante a semana não pude dar. A outro nível, é o afastar deste ambiente, ao início nem tanto, mas nós agora já estamos tão saturados disto, leva uma pessoa à exaustão. Já estamos tão massacrados disto que o fim de semana é um alívio do stresse para depois voltar à carga.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

Q: Depende das alturas e das fases da nossa vida. Ao início custava-me muito sair de lá e vir. Noutras ocasiões, vinha com outra disposição. Acho que tem a ver com estado de espírito das pessoas, que acaba por se refletir no resto da semana.

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

Q: Quando entramos aqui no primeiro ano, há muito esse sentimento de estar a ser visto, de estar a ser observado, tudo está a ser controlado, qualquer coisa que a gente faça vai ter consequências no imediato. Com o passar do tempo, há um relaxamento quase total com a sensação de impunidade de que se pode fazer tudo e nada nos vai acontecer. A minha perceção do que se passa aqui dentro tem um bocado a ver com aquilo que nós vemos do lado de lá, dos oficiais, com aquilo que

ele nos dão e aquilo que eles fazem. Mediante isso, nós adaptamos o nosso comportamento.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

Q: Obviamente no quarto, na nossa própria sala de aula também. Na sala de cadetes menos, porque estão pessoas de outros cursos presentes que não têm tanta proximidade connosco. Mas, de modo geral, sinto-me à vontade em qualquer espaço no Instituto.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

Q: *Ir-lá-acima* é um bocado não saber ao que vais. Por exemplo, no caso de *ires-lá-acima* por seres o cadete à turma, primeiro, não sabes quem vais encontrar, o que a pessoa te vai dizer, a quem te há de dirigir. É *ires* ao desconhecido e nunca sabes o que vai sair do lado de lá. Depois também depende com quem vais ter *lá-acima*, já fui uma vez chamado ao gabinete do comandante do corpo de alunos e fui com uma pressão completamente diferente do que quando vou ter com um dos oficiais tutores. Tem a ver com quem te chama também.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

Q: Claramente, pelo cansaço que o dia te provoca. Não pelo cansaço físico, porque podes ter um dia sem atividade física nenhuma. Mas é o cansaço mental, há aulas que te estimulam e o dia passa muito bem, tu sentes-te com energia para ir estudar, para ir treinar, o dia passa a voar, as próprias aulas passam a voar. Há dias que são das oito da manhã às cinco da tarde, com aulas que não te estimulam minimamente, acabas por ficar mais cansado, o tempo demora a passar e o dia parece que teve cinquenta horas. Aqui, o grosso são estes dias.

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

Q: Ganhas um sentido de organização pessoal muito maior do que aquele que tinhas quando vieste para cá. No desporto, acaba por ser mais evidente porque se tem dez minutos para se estar na aula seguinte, tens que tomar banho, tens que te fardar, tens que arrumar a roupa suja para ir para lavar. Por exemplo, quando vou para a uma aula de desportos ou quando acordo de manhã, eu já deixo a farda preparada, a jeito para o dia seguinte, para ser rápido.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

Q: Eu consigo planear a minha semana de forma autónoma, mas há sempre fatores que vêm atrapalhar esse planeamento que eu não controlo. Aquilo que eu consigo controlar, eu planeio à minha maneira e faço. Quando surgem esses fatores esporádicos, tento adaptar aquilo que tinha planeado para fazer.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

Q: Na prática, no meu entender, lá para cima serve para ver se está lá toda a gente, se não ficou ninguém no quarto a dormir, se vem toda a gente às refeições, para terem esse controlo. A parte teórica é mais a disciplina que isso incute em nós, isso vê-se mais no primeiro ano. Está no teu inconsciente, já não notas tanto aquela solenidade da formatura. No primeiro ano, apesar de não percebermos nada daquilo e *metermos as patas* frequentemente, entendemos a formatura como um verdadeiro momento solene. Com o passar do tempo, isso vai-se degradando. No entanto, quando há eventos, quando vem cá um ministro, tu estás na formatura e sentes a disciplina e a responsabilidade de estar ali.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

Q: *A chuva cai de cima* é a expressão que se calhar tenho ouvido mais aqui dentro, que não conhecia, percebo-a e faz algum sentido em certas coisas. Utilizando-a *lá-fora*, as pessoas não entendem.

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

Q: O significado por detrás disso é – ou, pelo menos, o que deveria ser – nós mantermos o foco naquele momento solene, é estarmos concentrados e entendermos que estamos a executar um momento solene e a sentir aquilo em nós próprios. Na prática, é para as pessoas não estarem a olhar para os lados, a mexer a cabeça, a ver o que os outros estão a fazer.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

Q: Apesar de todos os contras que tem o facto de estarmos em regime de internato, e não são poucos, eu sou a favor do regime de internato no formato em que está, de termos a possibilidade de ter recolhas e pernoitas. Acho que é o ideal, porque na nossa profissão vamos precisar muito de trabalhar em equipa, de nos relacionarmos com os outros. O facto de estarmos aqui em internato ajuda-nos nesse sentido: a trabalhar com os outros, a estar em permanência com as outras pessoas, a saber lidar com vários tipos de personalidades durante o dia inteiro,

durante semanas inteiras. Isso dá uma certa bagagem para aquilo que vamos desempenhar no futuro.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

Q: Em primeiro lugar, com um filho meu a liberdade de escolha recairia sempre sobre ele, em última instância. Eu teria o papel de aconselhar, de apoiar face à conjuntura atual o que seria mais indicado. Vantagens: nós temos um ensino e um curso que nos vai permitir pertencer a uma elite de imediato, temos um conjunto muito alargado de conhecimentos que nos permite falar com qualquer pessoa de outro ramo de atividade profissional. A nível intelectual, dá-nos uma bagagem muito grande. Para certas pessoas mais introvertidas, é muito importante relacionarmo-nos com os outros e só facto de virem para aqui e terem esta formação obriga-as a abrirem-se, a comunicarem. Isso é bom, para não falar também da disciplina e da responsabilidade.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

Q: Tem mais impacto naquilo que nós vamos ser, mas também tem – não tão grande – naquilo que nós somos. Eu se calhar, antes de entrar para aqui, não era uma pessoa que gostasse de dar ordens, acredito que muitas pessoas não gostem de dar ordens mas têm de as dar, até na nossa vida profissional, goste-se ou não. Aqui vai-se ganhando, há essa mudança em nós, nas nossas personalidades. Há uma interferência sim, mas acho que não é o principal, porque a principal mudança vai ser enquanto profissionais, a desempenhar o nosso trabalho, não tanto a nível da nossa personalidade.

ANO: 1.º 2.º 3.º 4.º

CONDIÇÃO CIVIL: VÍNCULO POLICIAL:

1.1. O Instituto é a escola onde estudas. Sentes que é também a tua casa?

R: Sim, é uma segunda casa. Acaba por tornar-se uma segunda casa porque eu passo mais tempo da minha vida aqui do que na minha própria casa.

1.2. De um modo geral, as atividades diárias realizam-se em grupo ou de forma individual?

R: De um modo genérico, em grupo. O dia a dia, o ir para as aulas, os intervalos, o ir tomar café é sempre em grupo. Raramente se vê alguém ir sozinho. No entanto, veem-se comportamentos muitos singulares, pessoas que são mais solitárias e, por isso, procuram mais a sua privacidade e têm autonomia nas suas atividades.

1.3. Como se desenrolou o período de adaptação a uma nova etapa da tua vida?

R: Foi curto. O meu período de adaptação foi fácil, não me custou nada viver em internato. Embora já tivesse muita autonomia e independência, ao mesmo tempo não me custou nada vir viver para aqui. Só me comecei a aperceber das diferenças para o que tinha antes mais tarde: o facto de não poder sair à rua, de não ter a liberdade que tinha. No início, estamos tão focados neste espírito e convivência de grupo, o espírito de estarmos todos para o mesmo, que nem damos conta.

2.1. Com que regularidade é que os cadetes interagem diretamente com os oficiais do corpo de alunos?

R: Supostamente, temos ordens que só o chefe de curso é que pode ir ao corpo de alunos comunicar seja o que for. No entanto, sempre tive abertura – no primeiro ano, se calhar não sentia tanto isso – mas, à medida que os anos vão passando, a abertura cresce, o que permite ir lá voluntariamente e completamente à-vontade, tratar do que assunto for.

2.2. Qual o nível de proximidade desse relacionamento?

R: Primeiro e segundo ano, muito formal. Terceiro e quarto ano, desce. Eles já nos conhecem, nós já os conhecemos a eles. Há um grau de proximidade maior.

2.3. Qual a função dos oficiais do corpo de alunos na vossa formação?

R: O papel principal é apoiarem-nos, darem-nos o apoio que precisamos. Acompanharem-nos, guiarem-nos, dar um bom exemplo. Um bom exemplo é importante para a nossa formação, com os maus exemplos também se aprende. Nós conseguimos ter essa percepção, o que fazer e o que não fazer.

3.1. Consideras que a vivência em internato incute um forte espírito coletivo?

R: No início, sim. Fora isso, torna-se só cansativo e exagerado. Cada um é como é, independentemente de viver em grupo.

3.2. Enquanto grupo, como procedem para que nenhum dos vossos colegas infrinja as normas?

R: Depende dos anos. No primeiro ano, muito provavelmente, quem infringiu era pressionado pelo grupo, pela generalidade das pessoas para deixar de fazer isso ou era corrigido. À medida que os anos vão passando, perde-se um bocado desse espírito. É cada um por si, “eu faço o que eu quiser, ninguém me vai dizer que estou a fazer mal”.

3.3. O que mudou em ti desde que entraste no Instituto?

R: Sinto que cresci muito, aperfeiçoei as minhas características boas e suprimi alguns pontos menos fortes. Melhorei imenso, ter vindo para aqui deu-me ainda mais independência e vontade. Sou mais confiante agora, a nível de formação.

4.1. Sentiste um enfraquecimento dos laços afetivos que tinhas com amigos e familiares?

R: Sim, claro que sim. A distância, o não estar, o chegar a casa no fim de semana não te dá vontade de ir sair, de ir tomar um café, de ir passear com pessoas. Eles criam novos grupos com amigos da universidade e depois apercebes-te que não há ninguém. Claro que se mantêm as amizades mais fortes, mas o grupo de amigos de antes já não existe. A nível familiar, se calhar, até mais forte. Estando longe, cria maior saudade, maior falta.

4.2. O que representa para ti o fim de semana?

R: É ir a casa, é estar com a família. É descanso e ir à terra.

4.3. Como encaras o regresso ao Instituto no domingo?

R: Depressão. Se for durante a semana, tem de ser, é. Agora, no fim de duas semanas de férias, ter de voltar, deixar a casa, a família...

5.1. Tens a sensação de que qualquer comportamento pode ser observado?

R: Sim, claro. Há montes de gente aqui, não consegues estar sozinho. Há muitas janelas, a parada é aberta, constantemente estão pessoas a passar. O nosso comportamento talvez seja influenciado por isso, mas mais do que isso, estamos fardados, num sítio que não é a nossa casa e em que temos de cumprir regras. Não vamos andar aos saltos porque não é um comportamento aceitável e normal.

5.2. Há determinados espaços onde te sintas mais à-vontade? Quais?

R: Claro. O quarto. No quarto posso estar à-vontade, posso tirar a farda. É onde eu durmo, é onde eu estudo.

5.3. O que significa *ir-lá-acima*?

R: Ir ao corpo de alunos, é o calão que se utiliza. Estão lá os oficiais, aí é que temos mesmo de cumprir as regras, um comportamento que não terias no teu quarto.

6.1. Em internato, a duração de um dia parece maior? Por que razão?

R: No meu primeiro ano, disseram-me que um dia aqui dentro equivale a três e é verdade. Às vezes chego ao final da segunda-feira e penso “que dia é hoje, já é quarta?”. Não, ainda é segunda. Tinha mais essa sensação no primeiro ano, porque nós estávamos tão ocupados, levantávamo-nos tão cedo e não saíamos daqui...

6.2. Que tipo de estratégias adotas de forma a cumprires os horários com rigor?

R: O despertador é uma estratégia para acordar cedo, mas isso já tinha, não foi novo. Pôr a roupa à mão. Aqui não tenho que escolher a roupa, levanto-me e a roupa está pronta e é mais rápido. Deixar as coisas prontas e sempre no mesmo sítio.

6.3. Consegues planear a tua semana de forma autónoma?

R: Não. Teoricamente, as nossas tardes livres estão à disposição do corpo de alunos. Temos o dever de disponibilidade e temos de estar disponíveis para tudo. Podemos ser chamados a qualquer momento. Coisas que combinámos têm de ser desmarcadas.

7.1. Qual a utilidade das formaturas?

R: São um hábito militar. A funcionalidade há de ser alguma, mas não sei dizer. É um ato solene. De manhã, para marcar o início de dia. Acho um exagero haver quatro formaturas, é só para restringir os nossos hábitos e comportamentos. Nunca nos foi explicado, nem os oficiais devem saber. Tem certamente uma lógica.

7.2. Lembras-te de palavras ou expressões próprias daqui?

R: *Chonar, bater choco, ronha...*

7.3. Qual o significado da expressão *olhar para o infinito*?

R: É na parada, na formatura. Dizem-nos isso para olharmos em frente, queixo erguido, ninguém olha para baixo.

8.1. Se o regime de frequência do curso deixasse de ser em internato, o que é que perderiam os alunos?

R: A longo prazo, há sempre qualquer coisa que fica. Pelo menos, as pessoas com quem partilhas quarto hão de sempre acompanhar-te *lá-fora* na vida futura. São quatro anos a morar juntos, de vivências, esses que estão contigo e dormem a teu lado são para levar lá para fora. Se estivesse a estudar em externato, nas universidades comuns, acaba por partilhar-se quarto na mesma. É muito importante o internato no primeiro ano, porque o objetivo é criar-se o espírito de grupo, de camaradagem, de corpo, sermos todos unidos e um só. O problema é que esse espírito vai-se perdendo porque o externato passa a ser concedido a um grupo de pessoas e as restantes não têm esse direito. Quem é de longe, está sempre constrangido a este local e a quem estiver cá para fazer companhia.

8.2. Aconselharias o ingresso numa academia policial a um filho teu? Porquê?

R: Não. O meu filho vai ser aquilo que ele quiser.

8.3. A experiência de internato influenciará mais a tua personalidade, o que és como pessoa, ou o que serás profissionalmente, enquanto oficial de polícia?

R: Os dois. Se não tivéssemos passado por este tipo de internato, de certeza que não seríamos os mesmos pessoalmente ou profissionalmente. Acaba por estar interligado, mas influencia mais a vida pessoal, a tua personalidade, quem tu és.